



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

RESULTADO DE 2024

***Apenas com aderência conforme indicativo da coordenação do Direito
para nossa área de concentração (Direito e Políticas Públicas)**

Produção bibliográfica de destaque (Artigos em periódico Qualis A) (Anais do Evento CONPEDI Qualis A)	20 Periódicos QUALIS A 14 Anais QUALIS A
Outros produtos bibliográficos (Artigos em demais periódicos, capítulos de livros e livros)	2 Periódicos QUALIS B
Produção técnica de destaque Atividades de impacto cultural, social ou econômico	6 Projeto permanente
Outros produtos técnicos	1 produtos técnicos
Atividades de internacionalização de destaque (natureza permanente ou fruto de ação permanente) ou não permanente	6 produtos internacionais
Outras atividades internacionalização	15 produtos internacionais
TOTAL:	64 produtos docentes com aderência (DPP)

ATENÇÃO! No relatório abaixo é indicada apenas a parte da produção docente que atende os critérios mínimos de produção bibliográfica/técnica qualificada e exigida no edital de credenciamento e recredenciamento.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	ANDRÉ RICARDO CRUZ FONTES
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 03/24 2.1.1)	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 03/24 2.1.3)	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 03/24 2.1.2 e 2.1.4)	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 03/24 2.1.5)	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 03/24 2.1.5 I, II e III)	A implementação do princípio da boa administração pública e das políticas públicas através da atuação do Conselho Federal. REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DOSSIÊ DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 1. N. 3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO (AIR) COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/br1mf05r/aZ8237e4ff045q0R.pdf
Atividade de extensão Edital 03/24 2.1.5. V	NÚCLEO DE AÇÕES DE DIREITO DO ESTADO (NADE)
Atividade de internacionalização (Edital 03/24 2.1.5. IV)	ORGANIZACION Y PONENCIA “JUDICIALIZACION DE LAS POLÍTICAS PUBLICAS” V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI). UNIVERSIDAD DE LAS AMERICAS/UNIVERSIDADE ANDRE BELLO/PPGD-UNIRIO https://www.unirio.br/ppgd/eventos/ProgramadelVCDCl.pdf
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 03/24 2.1.6.)	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 03/24 6.2.1.)	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 03/24 6.2.2. e 6.2.3.)	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	BENEDITO FONSECA SOUZA E ADEODATO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 03/24 2.1.1)	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 03/24 2.1.3)	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 03/24 2.1.2 e 2.1.4)	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 03/24 2.1.5)	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 03/24 2.1.5 I, II e III)	INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL ENTRE 2018 E 2022: UM ESTUDO SOBRE AS DIFICULDADES ALIMENTARES E A DESMEDIDA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS. REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DOSSIÊ DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 1. N. 3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 BUROCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: PARA ALÉM DA BUROCRACIA DE NÍVEL DE RUA, submetido à REDAP – Revista do Direito da Administração Pública. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 PRODUÇÃO LEGISLATIVO-REGULATÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AGENDA DE PESQUISA, VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/br1mf05r/1UIZ07883jCJzDsP.pdf
Atividade de extensão Edital 03/24 2.1.5. V	ÉTICA, MEDIAÇÃO E GOVERNANÇA NAS INSTITUIÇÕES
Atividade de internacionalização (Edital 03/24 2.1.5. IV)	CONFERENCE “UNITING NATIONS: TRANSNATIONAL POLICIES TO END HUNGER AND POVERTY” NO 2ND INTERNATIONAL MEETING: HUMAN RIGHTS, CONSTITUCIONALISM AND PUBLIC POLICIES UNIVERSIDADE MANIPAL, UNIVERSIDADE CHRIST (AMBAS ÍNDIA), UNIVERSIDADE TITU MAIORESCU (ROMÊNIA), UNIVERSIDADE NICOLAU COPÉRNICO, UNIVERSIDADE SZCZECIN (POLONIA) AND PPGD/UNIRIO https://www.sympla.com.br/evento-online/2nd-international-meeting-h-human-rights-constitucionalism-and-public-policies/2740721?referrer=www.google.com
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 03/24 2.1.6.)	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 03/24 6.2.1.)	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD	ATENDIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD

ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

(Edital 03/24 6.2.2. e 6.2.3.	
-------------------------------	--

DOCENTE:	EDNA RAQUEL RODRIGUES SANTOS HOGEMANN
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 03/24 2.1.1)	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 03/24 2.1.3)	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 03/24 2.1.2 e 2.1.4)	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 03/24 2.1.5)	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 03/24 2.1.5 I, II e III)	RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS FUNDIÁRIAS SUL-AFRICANAS E A IMPORTÂNCIA DA PERSPECTIVA PRINCIPIOLÓGICA UBUNTU EM POLÍTICAS PÚBLICAS. DIREITO & DEMOCRACIA. V.14, P.50 - 69, 2024. HTTPS://REVISTAS.PUCSP.BR/INDEX.PHP/DDEM/ARTICLE/VIEW/65172 DESAFIOS E PERSPECTIVAS: POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO EDUCACIONAL, NOVAS TECNOLOGIAS E O PARADIGMA DO ENSINO HÍBRIDO. REVISTA INTERDISCIPLINAR DE DIREITO. V.22, P.E20242205 - 20, 2024. HTTPS://REVISTAS.FAA.EDU.BR/FDV/ARTICLE/VIEW/1571 LITÍGIOS ESTRUTURAIS E A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DOSSIÊ DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 1. N. 3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 DESVELANDO AS AMARRAÇÕES DO PATRIARCADO: IMPACTOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DIREITOS REPRODUTIVOS NO BRASIL, VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/gb056o7r/1zeQU8347HT5r2kY.pdf
Atividade de extensão Edital 03/24 2.1.5. V	PÍLULAS DE DIREITOS HUMANOS PROJETO MEIO AMBIENTE INFORMA https://www.unirio.br/news/projeto-2018meio-ambiente-informa2019-pr-omove-atividades-de-ecologia-para-criancas
Atividade internacionalização (Edital 03/24 2.1.5. IV)	INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION "WINTER SCHOOL" – WINTER SCHOOL RIO EDITION curso de formação dos docentes realizado no PPGD/UNIRIO que além das aulas teve apresentação do paper "PUBLIC POLICIES IN HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: THE PROCESS OF CURRICULARIZATION OF



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD

ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

	UNIVERSITY EXTENSION” https://www.ippapublicpolicy.org/summerschool/international-winter-school-on-public-policy-rio-edition-2024/56 A IMPORTÂNCIA DO ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PROTEJAM OS DIREITOS HUMANOS DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS INFORMACIONAIS Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra https://trabalhoscidhcoimbra.com/ojs/index.php/anaiscidhcoimbra/index Loyalty and good faith in the implementation of public policies: the brazilian case. REVISTA DE DREPT CONSTITUȚIONAL - CONSTITUTIONAL LAW REVIEW. v.2024, p.11 - 17, 2024. https://revistadedreptconstitutional.ro/wp-content/uploads/nr_revista/2024_1/Art%2001%20%20Revista%20de%20drept%20constitutional%20nr%201-2024_Hogemann.pdf ORGANIZAÇÃO DO 2ND INTERNATIONAL MEETING: HUMAN RIGHTS, CONSTITUCIONALISM AND PUBLIC POLICIES UNIVERSIDADE MANIPAL, UNIVERSIDADE CHRIST (AMBAS ÍNDIA), UNIVERSIDADE TITU MAIORESCU (ROMÊNIA), UNIVERSIDADE NICOLAU COPÉRNICO, UNIVERSIDADE SZCZECIN (POLONIA) AND PPGD/UNIRIO https://www.sympla.com.br/evento-online/2nd-international-meeting-human-rights-constitucionalism-and-public-policies/2740721?referrer=www.google.com
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 03/24 2.1.6.)	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 03/24 6.2.1.)	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 03/24 6.2.2. e 6.2.3.)	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 03/24 2.1.1)	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 03/24 2.1.3)	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 03/24 2.1.2 e 2.1.4)	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 03/24 2.1.5)	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 03/24 2.1.5 I, II e III)	ABORDAGEM DE DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR: PROBLEMAS, DIAGNÓSTICOS E PROPOSIÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CURSO DE MESTRADO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITO DA UNIRIO, REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DOSSIÊ DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 1. N. 3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 “CONSTITUCIONALISMO SOCIAL, ORDENS CONSTITUCIONAIS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: A INTERPRETAÇÃO SISTEMATIZADA DA POLÍTICA URBANA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988” VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif MUNICÍPIOS MINEIROS E RESPOSTAS NORMATIVAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO E DE RESÍDUOS SÓLIDOS À PANDEMIA DE COVID-19 VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/uep495kl/84i3Lc331uENce3X.pdf A PROTEÇÃO DO DIREITO HUMANO-FUNDAMENTAL À MORADIA NA FUNÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS CONTRATOS IMOBILIÁRIOS: ANÁLISE DA TUTELA DO ADQUIRENTE DA PROPRIEDADE URBANA NA POLÍTICA HABITACIONAL NO TEMA 982 DO STF VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/ftn1ioq2/aTEw8BqM6si8M9wp.pdf
Atividade de extensão Edital 03/24 2.1.5. V	NÚCLEO DE AÇÕES DE DIREITO DO ESTADO (NADE) AMBIENTE-SE
Atividade de internacionalização (Edital 03/24 2.1.5. IV)	INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION “WINTER SCHOOL” – WINTER SCHOOL RIO EDITION curso de formação dos docentes realizado no PPGD/UNIRIO que além das aulas teve apresentação do paper “FROM JUDICIAL CONTROL TO SOCIAL CONTROL OF PUBLIC POLICIES: PARAMETERS FOR THE EFFECTIVENESS OF SOCIAL RIGHTS”



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD

ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

	https://www.ippapublicpolicy.org/summerschool/international-winter-school-on-public-policy-rio-edition-2024/56 ORGANIZACION Y PONENCIA "EL CONTROL POR PARTE DEL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DERECHOS SOCIALES EN BRASIL" V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI). UNIVERSIDAD DE LAS AMERICAS/UNIVERSIDADE ANDRE BELLO/PPGD-UNIRIO https://www.unirio.br/ppgd/eventos/ProgramadelVCDCl.pdf CONFERENCE "THE PROMOTION OF HUMAN RIGHTS AND THE FORMULATION OF PUBLIC POLICIES: LIMITS AND POSSIBILITIES OF POLITICAL-ADMINISTRATIVE INSTITUTIONS IN THE ELABORATION OF PLURAL GOVERNMENT ACTIONS" NO 2ND INTERNATIONAL MEETING: HUMAN RIGHTS, CONSTITUCIONALISM AND PUBLIC POLICIES UNIVERSIDADE MANIPAL, UNIVERSIDADE CHRIST (AMBAS ÍNDIA), UNIVERSIDADE TITU MAIORESCU (ROMÊNIA), UNIVERSIDADE NICOLAU COPÉRNICO, UNIVERSIDADE SZCZECIN (POLONIA) AND PPGD/UNIRIO https://www.sympla.com.br/evento-online/2nd-international-meeting-human-rights-constitucionalism-and-public-policies/2740721?referrer=www.google.com
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 03/24 2.1.6.)	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 03/24 6.2.1.)	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 03/24 6.2.2. e 6.2.3.)	ATENDIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD

ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

DOCENTE:	FERNANDA HENRIQUE CUPERTINO ALCÂNTARA
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 03/24 2.1.1)	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 03/24 2.1.3)	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 03/24 2.1.2 e 2.1.4)	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 03/24 2.1.5)	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 03/24 2.1.5 I, II e III)	MUNICÍPIOS MINEIROS E RESPOSTAS NORMATIVAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO E DE RESÍDUOS SÓLIDOS À PANDEMIA DE COVID-19”, completo, VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/uep495kl/84i3Lc331uENce3X.pdf “POLÍTICAS PÚBLICAS, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE RECICLAGEM”, completo, VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/uep495kl
Atividade de extensão Edital 03/24 2.1.5. V	AMBIENTE-SE
Atividade de internacionalização (Edital 03/24 2.1.5. IV)	Organização do VI SENESDE com palestra internacional de Sabina Dinamarco “Recuperadores de resíduos en Argentina” UFJF/PPGD-UNIRIO https://www2.ufjf.br/ambientese/senesde-2/ https://www.youtube.com/watch?v=kW-Y2dX7U1E
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 03/24 2.1.6.)	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 03/24 6.2.1.)	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 03/24 6.2.2. e 6.2.3.)	NÃO SE APLICA (COLABORADOR)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	FLAVIO GARCIA CABRAL
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 03/24 2.1.1)	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 03/24 2.1.3)	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 03/24 2.1.2 e 2.1.4)	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 03/24 2.1.5)	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 03/24 2.1.5 I, II e III)	A IMPLEMENTAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DO CONSELHO FEDERAL. REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DOSSIÊ DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 1. N. 3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO (AIR) COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/br1mf05r/aZ8237e4ff045q0R.pdf
Atividade de extensão Edital 03/24 2.1.5. V	NÚCLEO DE AÇÕES DE DIREITO DO ESTADO (NADE)
Atividade de internacionalização (Edital 03/24 2.1.5. IV)	CONFERÊNCIA “POLÍTICAS PÚBLICAS E O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO” CONGRESSO INTERNACIONAL COSACO DA do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC https://doity.com.br/cosaco2024
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 03/24 2.1.6.)	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 03/24 6.2.1.)	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 03/24 6.2.2. e 6.2.3.)	NÃO SE APLICA (COLABORADOR)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	FÁBIO RIBEIRO PERIANDRO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 03/24 2.1.1)	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 03/24 2.1.3)	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 03/24 2.1.2 e 2.1.4)	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 03/24 2.1.5)	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 03/24 2.1.5 I, II e III)	A INCORPORAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES COMO DIRETRIZ PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA. REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DOSSIÊ DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 1. N. 3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA NO BRASIL REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DOSSIÊ DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 1. N. 3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6
Atividade de extensão Edital 03/24 2.1.5. V	NÚCLEO DE AÇÕES DE DIREITO DO ESTADO (NADE)
Atividade de internacionalização (Edital 03/24 2.1.5. IV)	ORGANIZACION Y PONENCIA "DERECHOS Y CONTROL JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS" V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI). UNIVERSIDAD DE LAS AMERICAS/UNIVERSIDADE ANDRE BELLO/PPGD-UNIRIO https://www.unirio.br/ppgd/eventos/ProgramadeIVCDCI.pdf
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 03/24 2.1.6.)	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 03/24 6.2.1.)	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 03/24 6.2.2. e 6.2.3.)	ATENDIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD

ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

DOCENTE:	IVAN CÉSAR RIBEIRO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 03/24 2.1.1)	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 03/24 2.1.3)	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 03/24 2.1.2 e 2.1.4)	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 03/24 2.1.5)	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 03/24 2.1.5 I, II e III)	BUROCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: PARA ALÉM DA BUROCRACIA DE NÍVEL DE RUA, Revista do Direito da Administração Pública. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 PRODUÇÃO LEGISLATIVO-REGULATÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AGENDA DE PESQUISA VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/br1mf05r/1UIZ07883jCJzDsP.pdf
Atividade de extensão Edital 03/24 2.1.5. V	ÉTICA, MEDIAÇÃO E GOVERNANÇA NAS INSTITUIÇÕES
Atividade de internacionalização (Edital 03/24 2.1.5. IV)	ORGANIZAÇÃO DO III ENCONTRO WORLDWIDE NETWORK ON LAW AND PUBLIC POLICY (TNDNET) JUNTO COM A FIRST CONFERENCE ON EMPIRICAL LEGAL STUDIES (CELS) BRAZIL 2024 http://tndnet.org/ https://ceoe.org.br/cels-brazil-2024/
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 03/24 2.1.6.)	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 03/24 6.2.1.)	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 03/24 6.2.2. e 6.2.3.)	NÃO SE APLICA (COLABORADOR)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	JOSÉ CARLOS BUZANELLO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 03/24 2.1.1)	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 03/24 2.1.3)	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 03/24 2.1.2 e 2.1.4)	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 03/24 2.1.5)	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 03/24 2.1.5 I, II e III)	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TELECOMUNICAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO 5G NO BRASIL. REVISTA DO DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE: POLÍTICA DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA, VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/b7phsv51/7Mf3OoVs92V5ZQ7O.pdf
Atividade de extensão Edital 03/24 2.1.5. V	ÉTICA, MEDIAÇÃO E GOVERNANÇA NAS INSTITUIÇÕES
Atividade de internacionalização (Edital 03/24 2.1.5. IV)	INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION "WINTER SCHOOL" – WINTER SCHOOL RIO EDITION curso de formação dos docentes realizado no PPGD/UNIRIO que além das aulas teve apresentação do paper "JOSÉ PUBLIC TELECOMMUNICATIONS POLICIES IN THE IMPLEMENTATION OF 5G IN BRAZIL" https://www.ippapublicpolicy.org/summerschool/international-winter-school-on-public-policy-rio-edition-2024/56
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 03/24 2.1.6.)	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 03/24 6.2.1.)	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 03/24 6.2.2. e 6.2.3.)	ATENDIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD

ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

DOCENTE:	LEONARDO DE ANDRADE MATTIETTO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 03/24 2.1.1)	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 03/24 2.1.3)	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 03/24 2.1.2 e 2.1.4)	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 03/24 2.1.5)	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 03/24 2.1.5 I, II e III)	A POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O REGIME DAS INCAPACIDADES NO DIREITO BRASILEIRO, REVISTA DO DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL: O PROCESSO LEGISLATIVO PARA A CONFORMAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DE DADOS, REVISTA DO DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6
Atividade de extensão Edital 03/24 2.1.5. V	PÍLULAS DE DIREITOS HUMANOS
Atividade de internacionalização (Edital 03/24 2.1.5. IV)	ORGANIZAÇÃO DO 2ND INTERNATIONAL MEETING: HUMAN RIGHTS, CONSTITUCIONALISM AND PUBLIC POLICIES UNIVERSIDADE MANIPAL, UNIVERSIDADE CHRIST (AMBAÍ, ÍNDIA), UNIVERSIDADE TITU MAIORESCU (ROMÊNIA), UNIVERSIDADE NICOLAU COPÉRNICO, UNIVERSIDADE SZCZECIN (POLÓNIAS) AND PPGD/UNIRIO https://www.sympla.com.br/evento-online/2nd-international-meeting-human-rights-constitutionalism-and-public-policies/2740721?referrer=www.google.com
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 03/24 2.1.6.)	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 03/24 6.2.1.)	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 03/24 6.2.2. e 6.2.3.)	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	MARIA LUCIA DE PAULA OLIVEIRA
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 03/24 2.1.1)	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 03/24 2.1.3)	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 03/24 2.1.2 e 2.1.4)	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 03/24 2.1.5)	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 03/24 2.1.5 I, II e III)	A INCORPORAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES COMO DIRETRIZ PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA, REVISTA DO DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 TRIBUTAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE CAPITALISMO DE PRECARIZAÇÃO: UMA CRÍTICA À TEORIA DE AMARTYA SEN. VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/cu34xm13/K799E5252qjIWHxw.pdf
Atividade de extensão Edital 03/24 2.1.5. V	PÍLULAS DE DIREITOS HUMANOS
Atividade de internacionalização (Edital 03/24 2.1.5. IV)	INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION "WINTER SCHOOL" – WINTER SCHOOL RIO EDITION curso de formação dos docentes realizado no PPGD/UNIRIO que além das aulas teve apresentação do paper "DEMOCRATIC COMMUNICATION ON THE INTERNET AND PUBLIC POLICIES TO REDUCE GENDER INEQUALITY" https://www.ippapublicpolicy.org/summerschool/international-winter-school-on-public-policy-rio-edition-2024/56
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 03/24 2.1.6.)	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 03/24 6.2.1.)	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 03/24 6.2.2. e 6.2.3.)	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	OSWALDO PEREIRA DE LIMA JUNIOR
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 03/24 2.1.1)	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 03/24 2.1.3)	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 03/24 2.1.2 e 2.1.4)	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 03/24 2.1.5)	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 03/24 2.1.5 I, II e III)	O DIREITO FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ANÁLISE DA PEC N° 17 /2023 VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/351f5k20/df98100m/c6R2z85XCxK1zkB1.pdf BALANÇA DE ATENAS: DO DIREITO E DA JUSTIÇA NA ALVORADA DA DEMOCRACIA À BUSCA PELA CONCRETIZAÇÃO DA ÉTICA POLÍTICA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. https://conpedi.org.br/grupo-detrabalho/?tipo=ARTIGO_CONPEDI&grupo=1835&id-evento=97
Atividade de extensão Edital 03/24 2.1.5. V	PÍLULAS DE DIREITOS HUMANOS
Atividade de internacionalização (Edital 03/24 2.1.5. IV)	INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION "WINTER SCHOOL" – WINTER SCHOOL RIO EDITION curso de formação dos docentes realizado no PPGD/UNIRIO que além das aulas teve apresentação do paper "DEMOCRATIC PARTICIPATION AND ITS CHALLENGES IN THE CONSTRUCTION OF THE CIVIL RIGHTS FRAMEWORK FOR THE INTERNET IN BRAZIL AS REGULATORY PUBLIC POLICY" https://www.ippapublicpolicy.org/summerschool/international-winter-school-on-public-policy-rio-edition-2024/56
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 03/24 2.1.6.)	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 03/24 6.2.1.)	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 03/24 6.2.2. e 6.2.3.)	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	TAISSA SALES ROMEIRO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	BIG TECH E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSUMIDORES NO BRASIL. VII Encontro Virtual, CONPEDI, Florianópolis, 2024. REVISTA DO DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 A PARTICIPAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO MECANISMO DE MELHORIA NA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTUDO DE CASO: FUNÇÕES DE CONFIANÇA NAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS. VII ENCONTRO VIRTUAL, CONPEDI, FLORIANÓPOLIS, 2024. https://conpedi.org.br/grupo-detrabalho/?tipo=ARTIGO_CONPEDI&grupo=1835&i-d-evento=97 http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/tbhzcc21/WxtU5z517378ZcHR.pdf
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	ÉTICA, MEDIAÇÃO E GOVERNANÇA NAS INSTITUIÇÕES CLÍNICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION "WINTER SCHOOL" – WINTER SCHOOL RIO EDITION curso de formação dos docentes realizado no PPGD/UNIRIO que além das aulas teve apresentação do paper "BIG TECH AND PUBLIC POLICIES FOR CONSUMERS IN BRAZIL" https://www.ippapublicpolicy.org/summerschool/international-winter-school-on-public-policy-rio-edition-2024/56
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	WILLIS SANTIAGO GUERRA FILHO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	CONTRIBUIÇÕES DA ÉTICA QUÂNTICA TRANSREAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS REGULATÓRIAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL REVISTA DO DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 PROPORCIONALIDADE E A UTILIZAÇÃO DE ALGORITMOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. VII ENCONTRO VIRTUAL, CONPEDI, FLORIANÓPOLIS, 2024. http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/cbopu4tt/02VdrVRDgUrXhE72.pdf
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	PÍLULAS DE DIREITOS HUMANOS
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION "WINTER SCHOOL" – WINTER SCHOOL RIO EDITION curso de formação dos docentes realizado no PPGD/UNIRIO que além das aulas teve apresentação do paper "PRINCIPLE OF PROPORTIONALITY AND THE USE OF ALGORITHMS IN PUBLIC POLICY IMPLEMENTATION" https://www.ippapublicpolicy.org/summerschool/international-winter-school-on-public-policy-rio-edition-2024/56
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	ATENDIMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	ATENDIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	VANESSA SANTOS DO CANTO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: MA NECESSÁRIA ABORDAGEM HISTÓRICA (1995-2023). REVISTA DO DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: UMA ABORDAGEM DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA. REVISTA DO DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	PÍLULAS DE DIREITOS HUMANOS
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION "WINTER SCHOOL" – WINTER SCHOOL RIO EDITION curso de formação dos docentes realizado no PPGD/UNIRIO que além das aulas teve apresentação do paper "THE RIGHT TO ADEQUATE HOUSING AND STATE PLAN FOR THE PROMOTION OF RACIAL EQUALITY OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO" https://www.ippapublicpolicy.org/summerschool/international-winter-school-on-public-policy-rio-edition-2024/56
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	NÃO SE APLICA (CREDENCIAMENTO)
Orientação de discente e supervisão de estágio no	NÃO SE APLICA (CREDENCIAMENTO)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	
--	--

DOCENTE:	VANESSA DE FÁTIMA TERRADE
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA NO BRASIL REVISTA DO DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 UM OLHAR PRAGMÁTICO NO TOCANTE AO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR À LUZ DA POLÍTICA PÚBLICA DE PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE REVISTA DO DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	NÚCLEO DE AÇÕES DE DIREITO DO ESTADO
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	ORGANIZAÇÃO DO EVENTO "LES POLITIQUES PUBLIQUES ET LES INÉGALITÉS SOCIALES" COM DR. KOUAMÉ SAINT-PAUL KOFFI, DR. KARIM WALLY E ME. MÁRCIA DE SOUZA https://www.instagram.com/direitouffvr/p/DCHzSs6vllly/?img_index=1
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e "d")	NÃO SE APLICA - CREDENCIAMENTO
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	NÃO SE APLICA - CREDENCIAMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**ANEXO:
RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

DOCENTE:	MARÍA MÉNDEZ ROCASOLANO
REQUISITOS:	
Titulação de Doutor (Edital 04/23 3.1. "a" e 4.3. "a")	ATENDIMENTO
Carga horária disponível (Edital 04/23 3.1. "b" e 4.3. "b")	ATENDIMENTO
Não vinculação a outro PPGD ou autorização do colegiado para professor permanente (Edital 04/23 3.1. "c" e 4.3. "c")	ATENDIMENTO
Perfil acadêmico/produção acadêmica aderente ao PPGD (Edital 04/23 3.1. "d" e "e" e 4.3. "d" e "e")	ATENDIMENTO
Publicação de artigo em periódico (QUALIS A) e em anais (QUALIS A) (Edital 04/23 4.5. "a" e "b")	INTELIGENCIA ARTIFICIAL Y POLITICAS PUBLICAS. EL JUICIO DE MAAT: LA PLUMA DE LOS DERECHOS FRENTE AL SESGO ALGORÍTMICO DISCRIMINATORIO, UNA CUESTIÓN DE EQUILÍBRIO. REVISTA DO DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6 CONCEPTOS DEFINITORIOS DE LA POLITICA PUBLICA AMBIENTAL: PROSPERIDAD SOSTENIBLE Y ECONOMÍA CIRCULAR AL CUIDADO DE LA MADRE HERMANA TIERRA. REVISTA DO DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. V.3, 2024 https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/issue/view/6
Atividade de extensão (Edital 04/23 4.5. "c")	AMBIENTE-SE
Atividade de internacionalização (Edital 04/23 4.5. "d")	LUCES Y SOMBRAS DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LAS POLITICAS PUBLICAS PONENCIA NO PPGD/UNIRIO EM PARCERIA COM UNIVERSIDAD ALFONSO X EL SABIO https://www.unirio.br/ppgd/eventos/EventoInternacional.jpeg
Criação/Manutenção dos perfis acadêmicos (Edital 04/23 4.5. "e")	ATENDIMENTO
Oferecimento de disciplina no PPGD e lançamento de notas (Edital 04/23 4.6. "a" e	NÃO SE APLICA (CREDENCIAMENTO)

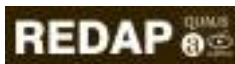


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

ANEXO:

**RELATÓRIO DO DOCENTE COM PRODUÇÃO QUALIFICADA DO EDITAL
INFORMADA/IDENTIFICADA E COMPROVADA NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO**

"d")	
Orientação de discente e supervisão de estágio no PPGD (Edital 04/23 4.6. "b" e "c")	NÃO SE APLICA (CREDENCIAMENTO)



[Início](#) / [Arquivos](#) / v. 1 n. 3 (2024): Dossiê Direito e Políticas Públicas

v. 1 n. 3 (2024): Dossiê Direito e Políticas Públicas

Publicado: 2024-11-30

Pesquisas Teóricas

A efetivação do princípio da boa administração pública e das políticas públicas pela atuação da Advocacia-Geral da União

Flávio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes (Autor)



PDF

INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL ENTRE 2018 E 2022: UM ESTUDO SOBRE AS DIFICULDADES ALIMENTARES E A DESMEDIDA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Benedito Adeodato (Autor)



PDF

LITÍGIOS ESTRUTURAIS E A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann (Autor)



PDF

A INCORPORAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES COMO DIRETRIZ PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Fábio Periandro de Almeida Hirsch, Maria Lucia Paula de Oliveira, Jailce Campos e Silva (Autor)



PDF

POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA NO BRASIL

Fábio Periandro de Almeida Hirsch, Vanessa de Fátima Terrade, Maria Carolina Barroso Bastos Monteiro, Carla Conchita Pacheco Bouças Periandro Hirsch, (Autor)



PDF

Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua

Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato (Autor)



PDF

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TELECOMUNICAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO 5G NO BRASIL

Marcio Andre de Assis Brasil, Jose Buzanello (Autor)



PDF

POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL: O PROCESSO LEGISLATIVO PARA A CONFORMAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Dr. Leonardo de Andrade Mattietto (Autor)



PDF

Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente

Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior (Autor)



PDF

BIG TECH E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSUMIDORES NO BRASIL

taíssa romeiro (Autor)



PDF

DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: Uma necessária abordagem histórica (1995-2023)

Vanessa Santos do Canto, Ilzver de Matos Oliveira (Autor)



PDF

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: Uma Abordagem das Principais Políticas Públicas para a Promoção da Equidade de Gênero e Raça

Vanessa Santos do Canto (Autor)



PDF

UM OLHAR PRAGMÁTICO NO TOCANTE AO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR À LUZ DA POLÍTICA PÚBLICA DE PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Vanessa de Fátima Terrade (Autor)



PDF

INTELIGENCIA ARTIFICIAL Y POLITICAS PUBLICAS. EL JUICIO DE MAAT: La pluma de los derechos frente al sesgo algorítmico discriminatorio, una cuestión de equilibrio

María Méndez Rocasolano (Autor)



CONCEPTOS DEFINITORIOS DE LA POLITICA PUBLICA AMBIENTAL : PROSPERIDAD SOSTENIBLE Y ECONOMÍA CIRCULAR AL CUIDADO DE LA MADRE HERMANA TIERRA

María Méndez Rocasolano (Autor)



ABORDAGEM DE DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR: PROBLEMAS, DIAGNÓSTICOS E PROPOSIÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CURSO DE MESTRADO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITO DA UNIRIO

Emerson Affonso da Costa Moura (Autor)



A POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O REGIME DAS INCAPACIDADES NO DIREITO BRASILEIRO

Leonardo de Andrade Mattietto (Autor)



CONTRIBUIÇÕES DA ÉTICA QUÂNTICA TRANSREAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS REGULATÓRIAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Willis Santiago Guerra Filho, Walter Gomides do Nascimento Junior (Autor)



DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CATEGORIA 'CRITÉRIOS': ANÁLISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE À LUZ DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Caroline Müller Bitencourt, André Afonso Tavares (Autor)



CONTROLE DE CONTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ENTENDER AS CAPACIDADES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA ANÁLISE FINANCEIRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Saulo Pinto Coelho, Lucas da Silva Rocha (Autor)



Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources

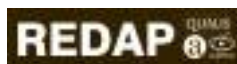


Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

A efetivação do princípio da boa administração pública e das políticas públicas pela atuação da Advocacia-Geral da União

Flávio Garcia Cabral

UNIRIO

Autor

André Ricardo Cruz Fontes

Autor

Palavras-chave: Boa Administração, Advocacia pública, Políticas Públicas

Resumo

O presente ensaio busca abordar o papel desempenhado pelas carreiras da Advocacia-Geral da União como instrumento para a efetivação do princípio da boa administração pública e das políticas públicas no Brasil. Verifica-se que tanto esse princípio, como as atribuições da AGU, ainda são questões pouco conhecidas pela sociedade e pelos seus juristas, merecendo uma abordagem de destaque nos estudos acadêmicos. Deste modo, pretende-se primeiro apresentar qual o conteúdo jurídico princípio da boa administração, seguido da verificação da relevância e limites do exercício de funções públicas, em especial a advocacia pública. Por derradeiro, apresenta-se a importância da atuação dos advogados públicos ao exercer advocacia de Estado e formular/defender políticas públicas e manter a segurança jurídica, com a apresentação de casos concretos de atuação da AGU que evidenciem o seu mister e concretização da boa administração pública.

Downloads

 PDF

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar

A efetivação do princípio da boa administração pública e das políticas públicas pela atuação da Advocacia-Geral da União. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3).

<https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/73>

Formatos de Citação

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Andre Ricardo Cruz Fontes, [LIBERDADE DE EXPRESSÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAMENTAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UM EXAME NO CONTEXTO DO REGIME POLÍTICO MILITAR E PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Flavio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes, [A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO \(TCU\) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

Artigos Semelhantes

- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, Rosana Ribeiro Felisberto, [ARRANJO INSTITUCIONAL SOCIOAMBIENTAL PARA POLÍTICA PÚBLICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS "PROCESSOS ADMINISTRATIVOS" E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann, [LITÍGIOS ESTRUTURAIS E A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Edna Raquel Hogemann, Benedito Adeodato da Fonseca, [UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR \(PNAE\) COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Fábio Periandro de Almeida Hirsch, Maria Lucia Paula de Oliveira, Jailce Campos e Silva, [A INCORPORAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES COMO DIRETRIZ PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Dr. Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL: O PROCESSO LEGISLATIVO PARA A CONFORMAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DE DADOS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Cecilia Silva Campos, Giulia Parola, [O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NO CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA GARANTIA DA MORADIA DIGNA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: 2022 E UM NOVO DESASTRE HABITACIONAL/AMBIENTAL EM PETRÓPOLIS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Paulo Roberto Soares Mendonça, Laura Mello D'Urso Vianna, [POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE E ONEROSIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO ATENDIMENTO A USUÁRIOS DE PLANOS DE SAÚDE: O INCIDENTE DE REPERCUSSÃO GERAL Nº 345](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

ELOY PEREIRA LEMOS JUNIOR

JOSÉ ANTONIO DE FARIA MARTOS

JUVÊNCIO BORGES SILVA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFRSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direitos sociais e políticas públicas III [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Eloy Pereira Lemos Junior; José Antonio de Faria Martos; Juvêncio Borges Silva – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-899-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. VII

Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

Apresentação

Advindos de estudos aprovados para o VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, realizado entre os dias 24 a 28 de junho de 2024, apresentamos à comunidade jurídica a presente obra voltada ao debate de temas contemporâneos cujo encontro teve como tema principal “A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade”.

Na coordenação das apresentações do Grupo de Trabalho “Direitos Sociais e Políticas Públicas III” pudemos testemunhar relevante espaço voltado à disseminação do conhecimento produzido por pesquisadores das mais diversas regiões do Brasil, vinculados aos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito. Os estudos, que compõem esta obra, reafirmam a necessidade do compartilhamento das pesquisas direcionadas ao direito do trabalho, como também se traduzem em consolidação dos esforços para o aprimoramento da área e da própria Justiça.

Nossas saudações aos autores e ao CONPEDI pelo importante espaço franqueado a reflexão de qualidade voltada ao contínuo aprimoramento da cultura jurídica nacional.

Eloy Pereira Lemos Junior

Universidade de Itaúna - MG

José Antonio de Faria Martos

Faculdade de Direito de Franca

Juvêncio Borges Silva

Universidade de Ribeirão Preto

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO (AIR) COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

REGULATORY IMPACT ANALYSIS (RIA) AS AN INSTRUMENT FOR IMPROVING PUBLIC POLICIES

Flávio Garcia Cabral ¹
André Ricardo Cruz Fontes ²

Resumo

O artigo investiga o instrumento da análise de impacto regulatório (AIR) como forma de melhoria das políticas públicas. Tendo em vista a importância das políticas públicas, como concretizadoras de direitos fundamentais, é necessário conhecer instrumentos que sejam capazes de aprimorá-las. Assim, dentre os possíveis mecanismos, emerge a análise de impacto regulatório, como instrumento hábil a levantar dados e informações para a tomada de decisão dos agentes públicos. O objetivo do artigo é investigar como a AIR incide nas etapas do ciclo de políticas públicas, de modo a auxiliar o desenvolvimento das políticas públicas. Para a realização do artigo, utiliza-se o método de abordagem indutivo, possuindo natureza descritiva e exploratória quanto aos fins e bibliográfica em relação aos meios. Ao final, apura-se que a análise de impacto regulatório tem potencial de auxiliar em todas as etapas do ciclo de políticas públicas, permitindo que elas sejam elaboradas e executadas com base em dados concretos.

Palavras-chave: Políticas públicas, Ciclo, Regulação, Planejamento, Análise de impacto regulatório

Abstract/Resumen/Résumé

The article investigates the instrument of regulatory impact analysis (RIA) as a way of improving public policies. Given the importance of public policies, as implementers of fundamental rights, it is necessary to know instruments that are capable of improving them. Thus, among the possible mechanisms, regulatory impact analysis emerges as a skillful instrument for gathering data and information for decision-making by public agents. The objective of the article is to investigate how RIA impacts the stages of the public policy cycle, in order to assist the development of public policies. To carry out the article, the inductive approach method was used, having a descriptive and exploratory nature regarding

¹ PÓS-DOCTORADO PELA PUCPR; DOUTOR EM DIREITO ADMINISTRATIVO PELA PUC-SP; PROFESSOR DO MESTRADO DA UNIRIO; PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

² PÓS-DOCTORADO PELA UFSC; DOUTOR PELA UERJ, UFRJ E UFRRJ; PROFESSOR DO MESTRADO DA UNIRIO; DESEMBARGADOR DO TRF 2.

V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI) PROGRAMACIÓN



V CONGRESO DE DERECHO
CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)
- 07/10/2024 – 09/10/2024 - EVENTO EN LÍNEA

V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)

Del lunes 07 al miércoles 09 de octubre de 2024

INSCRIPCIONES Y CERTIFICADOS: <https://www.even3.cl/e/v-congreso-de-derecho-constitucional-e-internacional-cdci-478073>

Conferencia de Apertura: Derechos y deberes recíprocos

Lunes 07 de octubre de 2024

Iniciaremos con la ponencia del profesor Rafael de Asís, en torno al tema de los derechos y deberes fundamentales, como aporte para enfrentar algunos de los actuales desafíos en el derecho constitucional. La profesora Emilia Bea Pérez, expondrá acerca de la relación entre los derechos, los deberes y la noción de responsabilidad. La profesora Cristiana Senigaglia analizará la correlatividad de los derechos y deberes en la obra de Hegel. Alexander Espinoza discutirá acerca de los derechos fundamentales y los deberes recíprocos, como habían sido concebidos desde Pufendorf, hasta los deberes frente al Estado, como quedarían plasmados en las Constituciones modernas.

Ver emisión en directo:

https://youtube.com/live/hCVV_Hr6VoM?feature=share

9:00 Chile / 14:00 Madrid - 9:15 Chile / 14:15 Madrid	Presentación
9:15 Chile / 14:15 Madrid - 9:45 Chile / 14:45 Madrid	Rafael de Asís. Catedrático de Filosofía del Derecho de la Universidad Carlos III de Madrid, España.
9:45 Chile / 14: 45 Madrid - 10:15 Chile / 15:15 Madrid	Emilia Bea Pérez. Profesora de Filosofía del Derecho y Filosofía Política en la Universitat de Valencia, España.
10:15 Chile / 15:15 Madrid - 11:45 Chile / 16:45 Madrid	Cristiana Senigaglia. Profesora de la Universidad de Passau, Alemania.
11:45 Chile / 16:45 Madrid - 12:15 Chile / 17:15 Madrid	Alexander Espinoza Rausseo. Académico investigador de la Universidad de Las Américas, Chile.

V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)

Del lunes 07 al miércoles 09 de octubre de 2024

INSCRIPCIONES Y CERTIFICADOS: <https://www.even3.cl/e/v-congreso-de-derecho-constitucional-e-internacional-cdci-478073>

Mesa 1: Direitos e controle judicial de políticas públicas

Martes 08 de octubre de 2024	
Neste espaço, apresentaremos diversos posicionamentos que servem para estimular a reflexão e o debate sobre a questão dos direitos e do controle judicial de políticas públicas.	
Ver emisión en directo: https://youtube.com/live/k0hHon_Xp6c?feature=share	
9:00-9:15	Moderador: Emerson Affonso da Costa Moura
9:45 Chile / 14: 00 Madrid - 12:15 Chile / 17:15 Madrid	Luis Guillermo Palacios Sanabria. Académico y Director del Departamento de Derecho Constitucional de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad San Sebastián, Chile. Ponencia: <i>La Representación Política de los Ciudadanos Residentes en el Extranjero: El Rol de la Jurisprudencia Constitucional en la Adopción del Sufragio Extraterritorial</i>
	Priscilla Alejandra Brevis Cartes. Académica investigadora de la Universidad de Concepción, Chile. Ponencia: <i>Violencia de género, participación política de las mujeres y Estado de Derecho.</i>
	Fabio Periandro. Profesor asociado de Derecho Constitucional y Ciencia Política de la Universidad Federal de Bahía (UFBA). Ponencia: <i>Deberes fundamentales para la implementación de políticas públicas en Brasil y Chile</i>
	André Fontes. Professor na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNI-RIO Ponencia: <i>Judicialização das políticas públicas</i>

V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)

Del lunes 07 al miércoles 09 de octubre de 2024

INSCRIPCIONES Y CERTIFICADOS: <https://www.even3.cl/e/v-congreso-de-derecho-constitucional-e-internacional-cdci-478073>

Mesa 2: Derechos fundamentales y políticas públicas

Miércoles 09 de octubre de 2024	
En este espacio presentaremos diversas posturas que sirvan para incentivar la reflexión y el debate en torno al tema de los derechos fundamentales y las políticas públicas, como aporte para enfrentar algunos de los actuales desafíos en el derecho constitucional.	
Ver emisión en directo: https://youtube.com/live/Z6h5n-USn50?feature=share	
9:00-9:15	Moderador: Emerson Affonso da Costa Moura
9:15 Chile / 14:15 Madrid - 11:45 Chile / 16:45 Madrid	Antonio Canova. Profesor en la Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), Venezuela. Ponencia: <i>Órdenes espontáneos educativos en Venezuela: Microescuelas por doquier.</i>
	Víctor Hernández-Mendible. Director del Centro de Estudios de Regulación Económica (CERECO) en la Universidad Monteávila (Venezuela). Ponencia: <i>El derecho humano al ambiente y las políticas públicas</i>
	Emerson Affonso da Costa Moura. Coordinador do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu da UNIRIO. Ponencia: <i>El control por parte del tribunal constitucional de las políticas públicas de derechos sociales en Brasil</i>
11:45 Chile / 16:45 Madrid - 12:15 Chile / 17:15 Madrid	Javier Gacía. Académico Investigador de la Universidad de Las Américas, Chile. Ponencia: <i>Políticas públicas para la protección de la libertad de prensa en Chile</i>

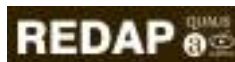
V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)

Del lunes 07 al miércoles 09 de octubre de 2024

INSCRIPCIONES Y CERTIFICADOS: <https://www.even3.cl/e/v-congreso-de-derecho-constitucional-e-internacional-cdci-478073>

Mesa 3: Derechos fundamentales y deberes recíprocos

Miércoles 09 de octubre de 2024	
En este espacio presentaremos ponencias y videos documentales en torno al método de desarrollo de casos de los derechos fundamentales y los deberes recíprocos.	
Ver emisión en directo: https://youtube.com/live/lvPCuptmJco?feature=share	
9:00-9:15	Presentación
9:45 Chile / 14: 00 Madrid - 12:15 Chile / 17:15 Madrid	Jhenny Rivas Alberti. Académica Investigadora de la Universidad de Las Américas, Chile. Ponencia: <i>La neutralidad del Estado en la educación</i>
	Leyla Manar Tadros Cárdenas. Estudiante de la Universidad de Las Américas, Chile. Ponencia: <i>Estado, educación, derechos fundamentales y roles de género</i>
	Catalina Osorio Oyarzun / Asunción Gacitúa De las Heras. Estudiantes de la Universidad Andrés Bello, Chile. Video: <i>El caso Doe vs las Escuelas Kamehameha</i>
	Gustavo Jorquera. Estudiante de la Universidad Andrés Bello, Chile. Video: <i>Runyon v. McCrary</i>
	Alexander Espinoza Rausseo. Académico Investigador de la Universidad de Las Américas, Chile. Video: <i>Lloyd Vs. Tanner y Los deberes mediatos prima facie</i>



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL ENTRE 2018 E 2022: UM ESTUDO SOBRE AS DIFICULDADES ALIMENTARES E A DESMEDIDA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Benedito Adeodato

UNIRIO

Autor

Palavras-chave: Insegurança alimentar; políticas públicas; Brasil; Período 2018-2022

Resumo

O presente artigo analisa a evolução da insegurança alimentar no Brasil entre 2018 e 2022, período marcado por instabilidades econômicas e sanitárias. O problema investigado é a intensificação do quadro de fome e insegurança alimentar no país, agravado pela pandemia de COVID-19 e pela crise econômica subsequente. As hipóteses suscitadas sugerem que fatores como o aumento da pobreza, desemprego e desigualdades sociais impactaram negativamente a segurança alimentar. Analisa a situação das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar que foram negligenciadas ao longo desses anos, destacando-se a importância de sua posterior retomada para garantir o direito humano à alimentação adequada. Utiliza metodologia mista, integrando análises quantitativas de dados oficiais, como os fornecidos pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), e revisão bibliográfica com autores como José Graziano da Silva e Amartya Sen. Os resultados indicam que a insegurança alimentar grave afetou mais de 33 milhões de brasileiros em 2022, revelando a urgência de políticas públicas eficazes posteriormente retomadas.

Downloads



 PDF

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar
INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL ENTRE 2018 E 2022: UM ESTUDO SOBRE AS DIFICULDADES ALIMENTARES E A DESMEDIDA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3). <https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/84>

Formatos de Citação 

Artigos Semelhantes

- Vanessa Santos do Canto, Ilzver de Matos Oliveira, [DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: Uma necessária abordagem histórica \(1995-2023\)](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Edna Raquel Hogemann, Benedito Adeodato da Fonseca, [UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR \(PNAE\) COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA](#)

[ALIMENTAR](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)

- Andre Ricardo Cruz Fontes, [LIBERDADE DE EXPRESSÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAMENTAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UM EXAME NO CONTEXTO DO REGIME POLÍTICO MILITAR E PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro¹, [ACCOUNTABILITY, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Saulo Pinto Coelho, Lucas da Silva Rocha, [CONTROLE DE CONTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ENTENDER AS CAPACIDADES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA ANÁLISE FINANCEIRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Laila Laila Maria Domith Vicente, Heloisa Melino, [GÊNERO, MIGRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO INCREMENTO DA ENTRADA DE MULHERES MIGRANTES NO BRASIL NA DÉCADA DE 2010-2020](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Marcio Andre de Assis Brasil, Jose Buzanello, [POLÍTICAS PÚBLICAS DE TELECOMUNICAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO 5G NO BRASIL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

1-10 de 49 [Próximo →](#)

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources

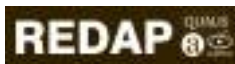


Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua

Ivan César Ribeiro

Universidade Federal de São Paulo

Autor

Benedito Fonseca e Souza Adeodato

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio

Autor

<https://orcid.org/0000-0002-7648-3382>

Palavras-chave: Burocracia, Políticas Públicas, Burocracia de Nível de Rua

Resumo

Este artigo propõe novos rumos para a investigação sobre as interações entre burocracia e políticas públicas. O exame coloca em perspectiva a utilização do inventário analítico da Burocracia de Nível de Rua (SLB em inglês), tal como proposto por Michael Lipsky e desenvolvido pelos seus seguidores. A análise bibliométrica utilizando o Google Ngram Viewer e técnicas de web scraping para o período 1960-2019 mostra que a ênfase na SLB se correlaciona com a diminuição da atenção a outros níveis da administração pública, nomeadamente funcionários de alto nível (redução de 78,5 % de 1972 a 2019). Esta tendência prejudica uma compreensão mais matizada dos processos de formulação de políticas públicas. Os estudos SLB mostram uma utilização limitada de métodos empíricos robustos, especialmente aqueles centrados no estabelecimento de fortes relações causais, e apresentam frequentemente uma atitude desdenhosa em relação aos padrões metodológicos da Revolução da Credibilidade. As teorias contemporâneas, como os modelos principal-agente, os quadros analíticos de motivação intrínseca e as abordagens multitarefa, revelaram-se mais propícias a pesquisas empíricas rigorosas, como evidenciado pela sua adoção mais ampla em estudos de políticas baseados em evidências. Com a avaliação e monitoramento de políticas públicas ganhando estatuto constitucional no Brasil em 2021, o campo deve ir além dos inventários descritivos em direção a estruturas teóricas mais robustas, capazes de apoiar análises causais e informar intervenções eficazes.

Downloads



Biografia do Autor

Benedito Fonseca e Souza Adeodato, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio
Professor Associado da UNIRIO nos cursos de Graduação em Administração Pública, Direito e Ciência Política. Professor de quadro permanente do programa de Pós-Graduação do Mestrado em Direito (PPGD). Ex-Vice-Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).



Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar
Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3). <https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/87>

Formatos de Citação

Artigos Semelhantes

- José Carlos Buzanello, Pedro Henrique Barbosa Rocha, [REGULAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURAS URBANAS: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS FAVELA-BAIRRO E MORAR CARIOCA NO RIO DE JANEIRO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Eduardo Henrique Lolli, Saulo de Oliveira Pinto Coelho, [CONTROLE INTERNO DOS INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS: UM ESTUDO DE CASO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2022\)](#).
- Caroline Müller Bitencourt, André Afonso Tavares, [DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CATEGORIA 'CRITÉRIOS': ANÁLISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE À LUZ DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Saulo Pinto Coelho, Lucas da Silva Rocha, [CONTROLE DE CONTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ENTENDER AS CAPACIDADES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA ANÁLISE FINANCEIRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Andre Ricardo Cruz Fontes, [LIBERDADE DE EXPRESSÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAMENTAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UM EXAME NO CONTEXTO DO REGIME POLÍTICO MILITAR E PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Flavio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes, [A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO \(TCU\) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Taissa Romeiro, [POLÍTICAS PÚBLICAS E CRIPTOMOEDAS: MARCO LEGAL DAS CRIPTOMOEDAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS "PROCESSOS ADMINISTRATIVOS" E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

1-10 de 55 [Próximo →](#)

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

ELOY PEREIRA LEMOS JUNIOR

JOSÉ ANTONIO DE FARIA MARTOS

JUVÊNCIO BORGES SILVA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - Ufersa - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direitos sociais e políticas públicas III [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Eloy Pereira Lemos Junior; José Antonio de Faria Martos; Juvêncio Borges Silva – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-899-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. VII

Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

Apresentação

Advindos de estudos aprovados para o VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, realizado entre os dias 24 a 28 de junho de 2024, apresentamos à comunidade jurídica a presente obra voltada ao debate de temas contemporâneos cujo encontro teve como tema principal “A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade”.

Na coordenação das apresentações do Grupo de Trabalho “Direitos Sociais e Políticas Públicas III” pudemos testemunhar relevante espaço voltado à disseminação do conhecimento produzido por pesquisadores das mais diversas regiões do Brasil, vinculados aos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito. Os estudos, que compõem esta obra, reafirmam a necessidade do compartilhamento das pesquisas direcionadas ao direito do trabalho, como também se traduzem em consolidação dos esforços para o aprimoramento da área e da própria Justiça.

Nossas saudações aos autores e ao CONPEDI pelo importante espaço franqueado a reflexão de qualidade voltada ao contínuo aprimoramento da cultura jurídica nacional.

Eloy Pereira Lemos Junior

Universidade de Itaúna - MG

José Antonio de Faria Martos

Faculdade de Direito de Franca

Juvêncio Borges Silva

Universidade de Ribeirão Preto

PRODUÇÃO LEGISLATIVO-REGULATÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AGENDA DE PESQUISA

LEGISLATIVE-REGULATORY PRODUCTION AND PUBLIC POLICIES: A RESEARCH AGENDA

Ivan César Ribeiro ¹
Benedito Fonseca e Souza Adeodato ²

Resumo

A ampliação das atividades do Estado, sobretudo com a emergência dos Direitos Sociais e Econômicos e a resultante necessidade de prestações positivas aos cidadãos, é reconhecida como causadora de uma maior proeminência das políticas públicas. Autores como Comparato (1998) e Loewenstein (1965) falam em uma migração de um governo fundado em leis para um governo fundado em políticas. O que se observa, entretanto, é uma ampliação da produção de normas em diversas frentes, uma delicada relação entre executivo e legislativo sobre a repartição dessas competências, e uma preocupação com o princípio de separação dos poderes. Este artigo examina a crescente proeminência do executivo na produção de normas visando a implementação de políticas públicas. Sugere que tanto a produção de regulações, quanto uma tendência de ampliação das iniciativas legislativas do governo, são fenômenos relacionados, podendo se falar em uma produção legislativo-regulatória. No caso da produção regulatória, a emergência de um processo administrativo normativo permite a extensão do debate sobre produção de normas para além de aspectos formalísticos e funcionais. Evolução semelhante pode ser sugerida para a produção legislativa, mostrando-se uma oportunidade para expansão da agenda de pesquisas relacionando normatividade e políticas públicas. Um exame dos decretos que lidam com a elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos, incluindo o recém publicado Decreto 12.002 de 22 de abril de 2024, permite mostrar a evolução da produção legislativo-regulatória e seu potencial como agenda de pesquisas.

Palavras-chave: Políticas públicas, Processo administrativo normativo, Legística, Atividade normativa do executivo, Separação de poderes

Abstract/Resumen/Résumé

The expansion of state functions, notably through the emergence of social and economic rights, has underscored the importance of public policies. Scholars like Comparato (1998) and Loewenstein (1965) have discussed a shift from law-based governance to policy-based

¹ Coordenador e pesquisador principal do CEOE/Unifesp, Professor de Direito e Políticas Públicas da Unifesp, Senior Research Scholar da Universidade de Yale. Lattes: 1537678142289537, Orcid 0000-0003-4706-7408, Google Scholar cWOz6eQAAAAJ, SSRN 333021.

² Professor Associado de Graduação da UNIRIO, professor permanente do programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD). Ex-Vice-Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Lattes 5388120328416267, Orcid: 0000-0002-7648-3382.

O evento já encerrou...

2nd International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policies

[VER EVENTO](#)

Eventos para você



NUMANICE | RIO DE JANEIRO

[Data extra]

Riocentro - Rio de Janeiro, RJ

DOM, 08 DEZ - 14:00



Love Sessions Festival w/ Vintage Culture & Anna

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, RJ

SAB, 14 DEZ - 19:00



Museu do Ipiranga

Museu do Ipiranga - São Paulo, SP

29 OUT > 31 JAN



Budah - Turnê Púrpura

Casa Natura Musical - São Paulo,

QUI, 13 MAR - 21:00

Vem viver com a gente



Benefícios
Mastercard



Réveillon 2025



Carnaval



Festas e Shows



Teatros e
Espetáculos



Stand Up Comedy



Passeios e Tours

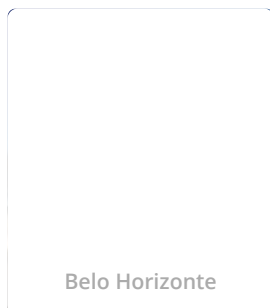


Es

O melhor de cada cidade



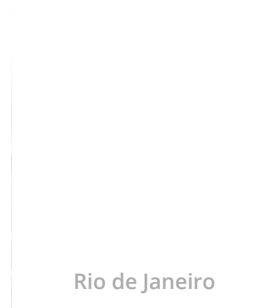
São Paulo



Belo Horizonte



Salvador



Rio de Janeiro



Porto Alegre

[COMPARTILHAR](#)

2nd International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policies

02 dez - 2024 • 07:00 > 03 dez - 2024 • 12:00

Evento Online via Indefinida

Descrição do evento

Dia 2/12/2024, das 7h até 12h (12/2/2024 - 7am to 12pm - Brazilian time):

No primeiro dia do II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, será inaugurada uma série de palestras com foco em abordagens transnacionais sobre direitos humanos, constitucionalismo e políticas públicas. O evento reunirá especialistas de renome internacional, que compartilharão análises teóricas e experiências práticas sobre temas de alta relevância para o cenário global contemporâneo. Este primeiro encontro será marcado por debates qualificados e reflexões críticas, no qual o diálogo interdisciplinar e as discussões sobre políticas públicas inclusivas ocuparão o centro das atenções. Trata-se de uma oportunidade única para engajar-se em uma jornada acadêmica de impacto e ampliação de perspectivas.

On the first day of the II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, a series of lectures will launch a comprehensive exploration of transnational approaches to human rights, constitutionalism, and public policy. The event will bring together internationally renowned experts to share theoretical insights and practical experiences on topics of significant global relevance. This inaugural session will feature high-level debates and critical reflections, in which interdisciplinary dialogue and discussions on inclusive public policies will take center stage. It is a unique opportunity to engage in an impactful academic journey and broaden perspectives.

Dia 3/12/2024, das 7h até 12h (12/3/2024 - 7am to 12pm - Brazilian time):

No segundo dia do II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, o foco será uma análise detalhada da relação entre políticas públicas e direitos humanos, considerando diversos contextos sociopolíticos e enfrentando desafios contemporâneos de maneira crítica. O programa incluirá exposições e debates conduzidos por especialistas renomados, explorando questões como as implicações do constitucionalismo na efetivação das garantias fundamentais e as respostas institucionais às desigualdades estruturais. Com abordagem acadêmica rigorosa e foco em soluções inovadoras, este dia proporcionará um ambiente propício ao desenvolvimento de reflexões estratégicas e à construção de contribuições relevantes para o avanço das políticas públicas e dos estudos de direito transnacional.

On the second day of the II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, the focus will be on a detailed analysis of the intersection between public policy and human rights, considering diverse sociopolitical contexts and critically addressing contemporary challenges. The program will include presentations and debates led by renowned specialists, exploring issues such as the implications of constitutionalism for the realization of fundamental guarantees and institutional responses to structural inequalities. With a rigorous academic approach and emphasis on innovative solutions, this day will foster strategic reflections and contribute to meaningful advancements in public policy and transnational legal studies.

[A programação dos palestrantes de cada dia segue abaixo:](#)

2 de dezembro de 2024:

Emerson Affonso da Costa Moura
Ella Gorian
Sonu Argawal
Prabhpreet Singh
Albin Anto
Vinodh Jaichand
Raquel Z. Yrigoyen Fajardo
Agnieszka Bień-Kacała
Marieta Safta, Geanina Banu e Iustin
Priescu
Maria Gomez
Benedito Adeodato

3 de dezembro de 2024:

Oswaldo Lima Junior
Maree Crabbe
Ausma Bernot
Antonietta Elia
Tetiana Drakokhrust
Nyasha Mboti
Gabrielle Bardall
Pierre-Guillaume
Tamara Thermitus
Anna Tarnowska
Edna Raquel Hogemann

Política do evento

Cancelamento de pedidos pagos

Cancelamentos de pedidos serão aceitos até 7 dias após a compra, desde que a solicitação seja enviada até 48 horas antes do início do evento.

[Saiba mais sobre o cancelamento](#)

Edição de participantes

Você poderá editar o participante de um ingresso apenas uma vez. Essa opção ficará disponível até 24 horas antes do início do evento.

[Saiba como editar participantes](#)

[Termos e políticas](#) [Denunciar este evento](#)

Como acessar o evento



Acesse a aba **Ingressos** no site ou no app Sympla disponível para **iOS** e **Android**



Selecione o evento desejado e toque no botão **acessar evento**



Pronto! O link de acesso também será enviado para você por email.

[Saiba mais sobre o acesso a eventos online](#)

Sobre o produtor

Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas

Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

[✉ Fale com o produtor](#)

Métodos de pagamento



💰 [Parcele sua compra em até 12x](#)

Compre com total segurança

Os dados sensíveis são criptografados e não serão salvos em nossos servidores.



Google
Safe Browsing



Precisando de ajuda?

Acessa a nossa [Central de Ajuda](#) Sympla ou Fale com o produtor.

 [Fale com o produtor](#)

COMPRA PELO APP  

- ENCONTRE EVENTOS
- CIDADES
- CATEGORIAS
- PARA PRODUTORES
- CRIE SEU EVENTO
- AJUDA
- Ver todas opções

Início / Arquivos / v. 1 n. 10 (2024): Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno /
Artigos Científicos

Resolução de controvérsias fundiárias sul-africanas e a importância da perspectiva principiológica Ubuntu em políticas públicas

Edna Raquel Hogemann

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ

<https://orcid.org/0000-0003-3276-4526>

DOI: <https://doi.org/10.23925/ddem.v.1.n.10.65172>

Palavras-chave: Ubuntu, Controvérsias fundiárias, Resolução de conflitos, Apartheid

Resumo

O propósito deste artigo consiste na investigação das percepções referentes ao papel e à eficácia do conceito Ubuntu na resolução de conflitos relacionados aos direitos de propriedade da terra, utilizando o conflito Vuwani-Malamulele e o Projeto de Restituição de Terras na África do Sul como estudo de caso. A pesquisa constatou que, apesar da manutenção da crença dos líderes tradicionais na relevância do Ubuntu na solução de conflitos dessa natureza, os princípios, valores e ideais do Ubuntu não tem sido totalmente aplicados, em razão da permanência dos valores e ideais modernos-coloniais impostos pelo sistema do apartheid. Trata-se de pesquisa exploratória, de tipo qualitativo, de recursos bibliográficos e método dialético, onde a autora se debruça sobre possíveis alternativas para a resolução de conflitos fundiários Sul-africanos, numa perspectiva principiológica Ubuntu de promoção da igualdade e não-discriminação para promover a justiça, a igualdade e a harmonia em relação à terra e aos recursos naturais.

Biografia do Autor

Edna Raquel Hogemann, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ

Advogada desde 1999. Pós-doutorado em Direito, pela Universidade Estácio de Sá/RJ, Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho - UGF (2006), Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho - UGF (2002), Pós-Graduação Lato Sensu em Bioética, pela Red Bioética UNESCO (2010), Pós-Graduação Lato-Sensu em História do Direito Brasileiro, pela Universidade Estácio de Sá - UNESA

(2007), Graduada em Jornalismo, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1977) e Bacharel em Direito pela Universidade do Grande Rio (1999). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Decana, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UniRio. Pesquisadora do GGINNS - Global Comparative Law: Governance, Innovation and Sustainability (Bioethics, Biolaw, Biotechnology) em temas transversais como biotecnologia, sustentabilidade, segurança alimentar e agricultura familiar, coordenadora do Grupo Direito Humanos e Transformação Social (CNPq) e do Instituto EthikAI- AIEthics. Com experiência em políticas públicas em Direitos Humanos, no desenvolvimento de projetos pedagógicos e de extensão, mormente interinstitucional, desde a concepção até a implantação, incluindo elaboração de planos de ensino, planos de aula, itens de avaliação, gerenciamento de equipe de docentes, pesquisa de campo e organização de produtos decorrentes dos projetos de extensão. Autora de livros científicos, didáticos, coletâneas de artigos, conteúdo de aulas on-line e itens de avaliação para disciplinas presenciais e a distância. Possui sólida atuação em metodologias participativas e condução de grupos; experiência em pesquisas acadêmicas nas diversas abordagens metodológicas; experiência em projetos extensionistas, com articulação/interação com a comunidade; experiência em desenvolvimento de projetos sociais; experiência acadêmica com o tema do Projeto; experiência em supervisão e/ou orientação de discentes de graduação e pós-graduação. Autora de livros didáticos, conteúdo de aulas on-line e itens de avaliação para disciplinas presenciais e a distância, além de experiência em gravação de videoaulas, coordenação e na produção de materiais didáticos para disciplinas em EAD para graduação e pós-graduação desde 2006.

Referências

BIKO, Steve. *Escreve o que Eu Quero*. Tradução Grupo Solidário São Domingos. São Paulo: Ática, 1990.

CONSTITUTION OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. Disponível em:

<http://www.gov.za/documents/constitution/1996/a108-96.pdf>. Acesso em 11 out 2023.

ND NATIONAL CONFERENCE: NATIONAL EXECUTIVE COMMITTEE AS ELECTED» (em inglês). African National Congress. 20 de dezembro de 2007.

EZE, Michael Onyebuchi. *The Philosophy of Ubuntu and Ubuntu as Philosophy*, Lexington Books, 2017.

GEERTZ, Clifford. *O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século*. In: *Nova luz sobre a antropologia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

HOGEMANN, Edna Raquel, OLIVEIRA, Susane V. *Constitucionalismo Transformador E O Ubuntu Sul-Africano Nas Decisões Envolvendo Direitos Humanos*. In: *Revista de Direito UNIGRANRIO_v.9_n.1.01*. 2006.

HOGEMANN, Edna Raquel. Direitos Humanos e Filosofia Ubuntu. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo:34, 2003.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAHAYE, N. "Mgogi" E., & HOGEMANN, E. R. (2023). A filosofia do Ubuntu na educação. Revista Direito Das Políticas Públicas, 3(2). Disponível em: <https://seer.unirio.br/rdpp/article/view/12943>. Acesso em 15 out 2023.

MAPADIMENG, S. Ubuntu/botho culture and socio-economic development in post-apartheid South Africa: A theoretical analysis. Rhodes University 2009.

MENKITI, A. Person and Community in African traditional. Rhodes University, 1984.

MUTUA, Makau. Human Rights A Political and Cultural Critique, EUA: University of Pennsylvania Press, 2008.

MOKGORO, Y. (1998) Ubuntu and the law in South Africa, Potchefstroom Electronic Law Journal, 1(1), 15–26.

NUSSBAUM, Barbara. Ubuntu: reflection of a South African on our common humanity. Reflections, the Society for Organizational Learning and the Massachusetts Institute of Technology, New York, v. 4, n. 4, 2003.

O GLOBO. África do Sul dá passo para expropriar terras dadas a colonos brancos Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/africa-do-sul-da-passo-para-expropriar-terras-dadas-colonos-brancos-22438390>.

RADEBE, N. Zodva. Singabantu bendawo: understanding the concept of land from the perspective of Ubuntu. Anthropology and Archaeology, University of South Africa, Pretoria, South Africa. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23323256.2019.1670086>. Acesso em 10 out 2023.

RAMOSE, M. African philosophy through Ubuntu (Harare, Mond Books), 1999.

RAMOSE, Mogobe B. A ética do Ubuntu. Tradução para uso didático de: RAMOSE, Mogobe B. The ethics of Ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 324-330,

RISIMATI, Tiharihani M. e RANKOANA, Sejabaledi A. The Perceptions of the Traditional Leaders on the Role of Ubuntu in Conflict Resolution: The Case of Malamulele and Vuwani Conflict in Limpopo

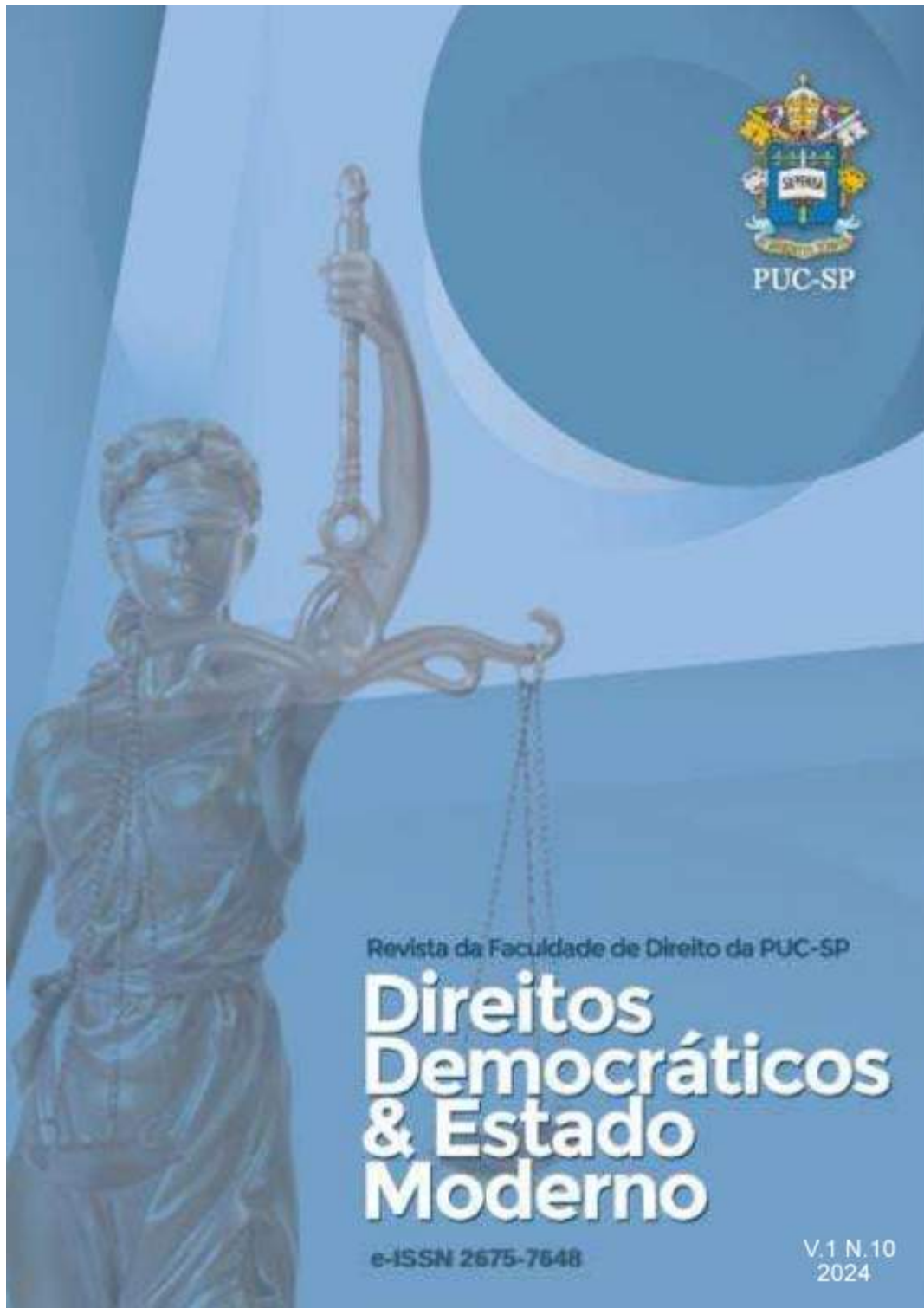
Province, South Africa, in: International Journal of Social Science Research and Review, Volume 6, Issue 10 October, 2023, Pages:204-217

SWANSON, Dalene. Doing Democracy. Disponível em:
<http://doingdemocracy.ning.com/profile/DaleneSwanson>. Acesso em 12 out 2023.

THWALA, Wellington Didibhuku. A Experiência Sul-africana de Reforma Agrária. In: MARTINS, Monica Dias (org.). O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viamundo, 2020. p. 145-159.

TUTU, Desmond. Reconciliation: The Ubuntu Theology of Desmond Tutu, Pilgrim Press, 1991.

WEST, Andrew. Ubuntu and Business Ethics: Problems, Perspectives and Prospects J Bus Ethics 121, 47-61 (2014). <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1669-3>.

[PDF](#)

Publicado
2024-04-30

Edição

[v. 1 n. 10 \(2024\): Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno](#)

Seção

Artigos Científicos

Licença

Copyright (c) 2024 Direitos Democráticos & Estado Moderno



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Os autores concedem à revista todos os direitos autorais referentes aos trabalhos publicados. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Revista DD&EM - ISSN 2675-7648

e-ISSN [2675-7648](https://doi.org/10.26755/DD&EM.2024.2675-7648)[Enviar Submissão](#)

Contato:

revistadodireito@pucsp.br





PUC-SP



Qualis: C

Área do conhecimento: Direito

Idioma

English

Español (España)

Português (Brasil)

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Palavras-chave

COVID-19
Direitos Fundamentais
Dignidade
Direito
Economia
Justiça
Direitos humanos
Dignidade Humana
Execução Penal
Violência
Privacidade
Tecnologia
Ideologia
Democracia
Poder
Paz

Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno | Faculdade de Direito da PUC-SP

<https://revistas.pucsp.br/index.php/DDEM> - e-ISSN 2675-7648



Este obra está sob Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Platform &
workflow by
OJS / PKP

[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 22 n. 2 \(2024\)](#) / [Artigos](#)

Desafios e perspectivas: políticas públicas, gestão educacional, novas tecnologias e o paradigma do ensino híbrido

Edna Raquel Hogemann

Universidade Estácio de Sá - UNESA

DOI: <https://doi.org/10.24859/RID.2024v22n2.1571>

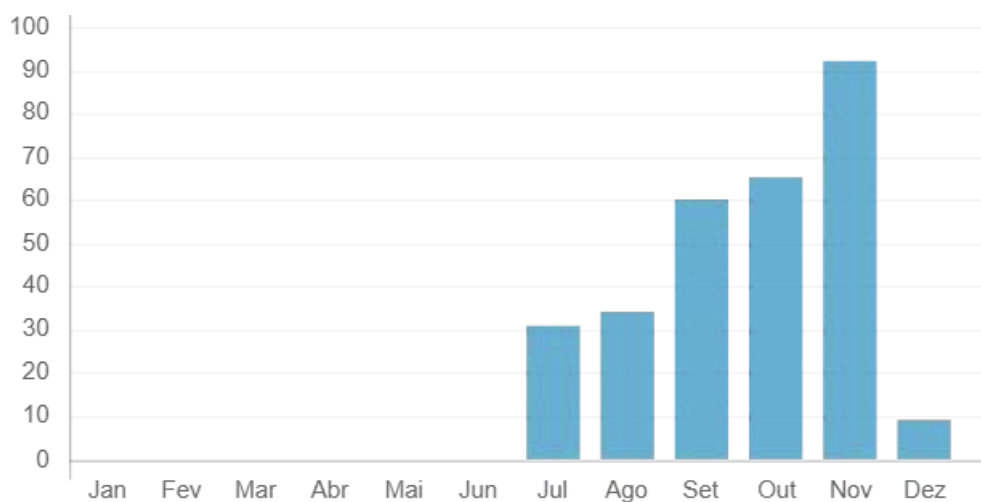
Palavras-chave: políticas públicas, gestão educacional, novas tecnologias, metodologias ativas, inovação

Resumo

Este artigo aborda os desafios e perspectivas relacionados às políticas públicas, gestão educacional, novas tecnologias e o paradigma do ensino híbrido. Em um contexto global marcado pela rápida evolução tecnológica e pela pandemia de COVID-19, a educação enfrenta demandas crescentes por

inovação e adaptação. Analisamos o papel das políticas públicas na promoção de uma gestão educacional eficaz, explorando como as novas tecnologias estão sendo integradas ao ambiente educacional para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Além disso, examinamos os desafios e as oportunidades apresentados pelo ensino híbrido, que combina métodos presenciais e online, e seu impacto na experiência educacional. Por meio de uma revisão crítica da literatura e de estudos de caso, este artigo oferece insights valiosos para educadores, pesquisadores e formuladores de políticas interessados em entender e enfrentar os complexos desafios da educação contemporânea.

Downloads



REVISTA INTERDISCIPLINAR DE DIREITO

v.22, n.1, 2024

ISSN: 1518-8167
e-ISSN: 2447-4290



Publicado
2024-07-01

Como Citar

Raquel Hogemann, E. (2024). Desafios e perspectivas: políticas públicas, gestão educacional, novas tecnologias e o paradigma do ensino híbrido. *Revista Interdisciplinar Do Direito - Faculdade De Direito De Valença*, 22(2), e20242205. <https://doi.org/10.24859/RID.2024v22n2.1571>

Fomatos de Citação

Edição
[v. 22 n. 2 \(2024\)](#)

Seção
Artigos

Enviar Submissão

- Idioma
- Português (Brasil)
 - English
 - Español (España)

Informações

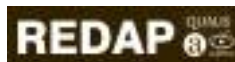
Para Leitores

[Para Autores](#)[Para Bibliotecários](#)[Open Journal Systems](#)

Indexada em:



Platform &
workflow by
OJS / PKP



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

LITÍGIOS ESTRUTURAIS E A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann

UNIRIO

Autor

Palavras-chave: Processos estruturais – políticas públicas – eficácia – mudanças estruturais – Poder Judiciário

Resumo

Este estudo investiga como litígios estruturais podem impactar a eficácia das políticas públicas, tomando como exemplo as filas de espera para cirurgias ortopédicas no Ceará. A problematização central gira em torno de como a intervenção judicial pode ou não promover mudanças estruturais efetivas em serviços públicos essenciais. A hipótese sustenta que litígios estruturais podem impulsionar melhorias na gestão pública ao reestruturar sistemas ineficazes. A abordagem metodológica combina análise documental e qualitativa da Ação Civil Pública nº 0002012 48.2006.4.05.8100, avaliando decisões judiciais e suas repercussões na gestão do sistema de saúde local. O estudo sublinha a necessidade de cooperação entre o Judiciário e o Executivo, evidenciando como decisões judiciais podem garantir direitos constitucionais e melhorar políticas públicas. As conclusões mostram que a experiência do Ceará ilustra o potencial de soluções judiciais estruturantes, que, se acompanhadas por ações governamentais coordenadas, podem gerar mudanças sustentáveis e de longo prazo para enfrentar desafios sistêmicos em outras regiões.

Downloads

[PDF](#)

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar
LITÍGIOS ESTRUTURAIS E A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES. (2024).
Revista De Direito Da Administração Pública, 1(3).
<https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/82>

Formatos de Citação

Artigos Semelhantes

- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Vanessa Santos do Canto, [O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: Uma Abordagem das Principais Políticas Públicas para a Promoção da](#)

[Equidade de Gênero e Raça](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

- Cecilia Silva Campos, Giulia Parola, [O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NO CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA GARANTIA DA MORADIA DIGNA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: 2022 E UM NOVO DESASTRE HABITACIONAL/AMBIENTAL EM PETRÓPOLIS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Emerson Affonso da Costa Moura, [ABORDAGEM DE DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR: PROBLEMAS, DIAGNÓSTICOS E PROPOSIÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CURSO DE MESTRADO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITO DA UNIRIO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Caroline Müller Bitencourt, André Afonso Tavares, [DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CATEGORIA 'CRITÉRIOS': ANÁLISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE À LUZ DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Saulo Pinto Coelho, Lucas da Silva Rocha, [CONTROLE DE CONTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ENTENDER AS CAPACIDADES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA ANÁLISE FINANCEIRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Flavio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes, [A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO \(TCU\) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS "PROCESSOS ADMINISTRATIVOS" E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- [DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: CONQUISTAS DA CIDADANIA BRASILEIRA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)

1-10 de 50 [Próximo](#) →

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO III

DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS

EDNA RAQUEL RODRIGUES SANTOS HOGEMANN

FREDERICO THALES DE ARAÚJO MARTOS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - Ufersa - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

G326

Gênero, sexualidades e direito III [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Daniela Silva Fontoura de Barcellos; Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann; Frederico Thales de Araújo Martos – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-907-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Gênero. 3. Sexualidades e direito. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO III

Apresentação

O VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, realizado em parceria com a Faculdade de Direito de Franca, apresentou como temática central “A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade”. Esse tema suscitou intensos debates desde a abertura do evento e desdobramentos ao decorrer da apresentação dos trabalhos e da realização das plenárias. No grupo de trabalho "Gênero, Sexualidades e Direito III" foram apresentados trabalhos que exploram a intersecção entre justiça e diversidade sexual e de gênero. Foram analisadas políticas públicas, legislação e práticas jurídicas, promovendo a igualdade e combatendo discriminações. Ao longo dos trabalhos do Grupo foram fomentados debates críticos em torno de pesquisas que influenciem positivamente as normas sociais e jurídicas, criando um ambiente inclusivo e equitativo para todos os indivíduos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. De todo modo, na medida em que vivermos em uma época de elevada incerteza global, o debate público sobre dilemas ligados às questões jurídicas atinentes ao gênero e sexualidades em nosso país se torna ainda mais relevante.

Sob a coordenação dos Profs. Pós-Dra. Edna Raquel Hogemann (UNIRIO), Profa. Dra. Daniela Silva Fontoura de Barcellos (UFRJ) e do Prof. Dr. Frederico Thales de Araújo Martos (FDF – UEMG), o GT “Gênero, Sexualidades e Direito III” promoveu sua contribuição, com exposições orais e debates que se caracterizaram tanto pela atualidade quanto pela profundidade das temáticas abordadas pelos expositores.

Eis a relação dos trabalhos apresentados:

1. A AGENDA 2030 E O ECOFEMINISMO, da autoria de Isabella Franco Guerra, Máira Villela Almeida e Luisa Goyannes Sampaio Passos.
2. A DUPLA VULNERABILIZAÇÃO DA MULHER NEGRA: UMA ANÁLISE SOBRE INTERSECCIONALIDADE E VIOLÊNCIA da autoria de Larissa Oliveira de Sousa e Thiago Augusto Galeão de Azevedo.
3. A INFLUÊNCIA DO PATRIARCADO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, da autoria de Eduarda de Matos Rodrigues e Calíope Bandeira da Silva.

4. A TRANSDICIPINARIEDADE DO PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO DO CNJ E A NECESSIDADE DE SUA OBSERVAÇÃO NO ÂMBITO DOS PROCESSOS QUE ENVOLVAM MULHERES NO BRASIL E NO MARANHÃO, da autoria de Alda Fernanda Sodre Bayma Silva.
5. A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER E SUAS FORMAS DE CONTROLE NO AMBIENTE DOMÉSTICO-FAMILIAR, da autoria de Livia Marinho Goto.
6. AFETOS CULTURAIS: POR QUE O AMOR E O DESEJO NÃO PEDEM LICENÇA ÀS CONSTRUÇÕES JURÍDICAS E SOCIAIS, da autoria de Micheli Pilau de Oliveira, Guilherme Marques Laurini.
7. ANÁLISE ACERCA DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER E OS MEIOS PROBATÓRIOS DA LEI 14.188/2021, da autoria de Bruna Balsano.
8. ATAQUES À REPUTAÇÃO FEMININA EM ESCOLAS: BULLYING, CYBERBULLYING E DISSEMINAÇÃO DE IMAGENS ÍNTIMAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, da autoria de Bianca Mota do Nascimento Brasil Muniz e Monica Mota Tassigny.
9. DA INVISIBILIDADE À JUSTIÇA: AVANÇOS E DESAFIOS NA LEGISLAÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL, da autoria de Nismária Alves David e Natasha Gomes Moreira Abreu.
10. DESVELANDO AS AMARRAÇÕES DO PATRIARCADO: IMPACTOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DIREITOS REPRODUTIVOS NO BRASIL, da autoria de Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann.
11. DIREITO À SEXUALIDADE E AUTODETERMINAÇÃO FEMININA A PARTIR DA TEORIA BIDIMENSIONAL DE JUSTIÇA DE NANCY FRASER, da autoria de Fernanda Caroline Alves de Mattos
12. ENTIDADES FAMILIARES HOMOAFETIVAS: A OMISSÃO LEGISLATIVA E O ATIVISMO JUDICIAL, da autoria de Frederico Thales de Araújo Martos , José Antonio de Faria Martos e Raissa Domingues de Almeida Prado.

13. GÊNERO E TRABALHO: POR UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A MASCULINIZAÇÃO DO PROFISSIONALISMO, da autoria de Lorena Carvalho Rezende, Maria Cecília Máximo Teodoro , Mariella Guerra Moreira de Castro.

14. GLASS CEILING: UMA ANÁLISE DAS BARREIRAS INVISÍVEIS PARA MAGISTRADAS EM CARGOS DE LIDERANÇA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, da autoria de Claudia Maria Da Silva Bezerra, Edith Maria Barbosa Ramos e Torquata Gomes Silva Neta.

15. MOVIMENTO #METOO: HISTÓRIA, PARTICIPAÇÃO E CONQUISTAS DAS MULHERES, da autoria de Aline Toledo Silva.

16. O ABORTO, CRIME E CULTURA: UMA ANÁLISE DA ADPF 442, da autoria de Eduardo Pacheco Brignol.

17. O CICLO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A NECESSIDADE DE UMA NOVA PERSPECTIVA DO PROCESSO PENAL PARA OS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, da autoria de Nathália Santos Araujo e Brenda Caroline Querino Silva.

18. PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS TRANS NOS ESPORTES OLÍMPICOS: NAS LEGISLAÇÕES ATUAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, da autoria de Dorinethe dos Santos Bentes, Felipe Costa de Andrade.

19. TRAVESTILIDADE E SUBJETIVIDADE JURÍDICA: APONTAMENTOS PARA UMA LEITURA MARXISTA, da autoria de Diogo Mariano Carvalho de Oliveira e Maria Eduarda Antunes da Costa.

20. UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS COMO MEIO DE DENÚNCIA PELAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, JUSTIÇA E CONTEMPORANEIDADE, da autoria de Lusilene Santos Vieira, Violeta Mendonça Moraes e Lídia Carla Araújo dos Anjos.

21. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER INDÍGENA – “A LEI DO HOMEM BRANCO” VERSUS NORMAS INTERNAS DOS POVOS INDÍGENAS, da autoria de Jane Silva da Silveira e João Victor Osvaldo Souza e Ana Carla Moraes da Silva.

22. VIOLÊNCIA LETAL DE GÊNERO NO BRASIL: DISCURSOS POLÍTICOS, IMPRECISÕES CIENTÍFICAS E POPULISMO PENAL NA INSERÇÃO DA

QUALIFICADORA DE FEMINICÍDIO, da autoria de Ana Clara Batista Saraiva, Fernanda Maria de Oliveira Pereira e Maria Tereza Braga Câmara.

**DESVELANDO AS AMARRAÇÕES DO PATRIARCADO: IMPACTOS NA
FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DIREITOS REPRODUTIVOS
NO BRASIL**

**UNVEILING THE BONDS OF PATRIARCHY: IMPACTS ON THE
FORMULATION OF PUBLIC POLICIES REGARDING REPRODUCTIVE RIGHTS
IN BRAZIL**

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann

Resumo

Este artigo representa o desdobramento dos estudos conduzidos pelas autoras, inseridos no âmbito do projeto de pesquisa intitulado "Fundamentos teóricos, filosóficos e sociológicos da tutela dos Direitos Humanos nas Políticas Públicas", atualmente em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Neste trabalho, uma análise crítica é empreendida para compreender a influência do patriarcado na formulação das políticas públicas relacionadas aos direitos reprodutivos das mulheres no contexto brasileiro. Por meio de uma revisão bibliográfica metódica e análise aprofundada, são identificadas quatro áreas específicas onde essa influência se manifesta de forma evidente: o controle do corpo feminino, a restrição ao acesso à saúde reprodutiva, a falta de uma educação sexual abrangente e a resistência cultural. São questões cruciais e desafiadoras que demandam uma abordagem reflexiva no desenvolvimento das políticas públicas sobre direitos reprodutivos, fundamentada em teorias de autores renomados como Michel Foucault, Simone de Beauvoir, Seyla Benhabib, Judith Butler e bell hooks. Em suma, destaca-se a necessidade premente de adotar abordagens feministas interseccionais na formulação de políticas públicas, as quais reconheçam e enfrentem as estruturas patriarcais subjacentes.

Palavras-chave: Patriarcado, Políticas públicas, Direitos reprodutivos, Brasil

Abstract/Resumen/Résumé

This article represents the unfolding of studies conducted by the authors, within the scope of the research project entitled "Theoretical, philosophical, and sociological foundations of human rights protection in Public Policies", currently underway in the Graduate Program in Law at the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO). In this work, a critical analysis is undertaken to understand the influence of patriarchy on the formulation of public policies related to women's reproductive rights in the Brazilian context. Through meticulous bibliographic review and in-depth analysis, four specific areas are identified where this influence is manifestly evident: control over the female body, restriction of access to reproductive health, lack of comprehensive sexual education, and cultural resistance. These are crucial and challenging issues that demand a reflective approach in the

- [Ir para o conteúdo 1](#)
- [Ir para o menu 2](#)
- [Ir para a Busca 3](#)
- [Ir para o rodapé 4](#)
- [Mapa do Site](#)
- [alto contraste](#) |
- [acessibilidade](#) |



-
-
-
-
-
-

[Webmail](#) | [Guia Telefônico](#) | [Perguntas Frequentes](#) | [Fale Conosco](#) | [Ouvidoria](#) | [Comunicação Institucional](#)

- [Acesso à Informação](#)
- A Universidade
 - [Institucional](#)
 - [Conselhos Superiores](#)
 - [Reitoria](#)
 - [Vice-Reitoria](#)
 - [Pró-Reitorias](#)
 - [Arquivo Central](#)
 - [Biblioteca Central](#)
 - [Editora da UNIRIO](#)
 - [Hospital Universitário](#)
 - [Comissões e Comitês](#)
 - [Internacionalização](#)
 - [Avaliação Interna e Externa](#)
 - [Transparência e Prestação de Contas](#)
- Cursos
 - [Graduação](#)
 - [Pós-Graduação](#)
 - [Extensão](#)
- Aluno
 - [Calendário Acadêmico](#)
 - [Bolsas e Benefícios](#)
 - [Informações Acadêmicas](#)
 - [Transporte Intercampi](#)
 - [Restaurante Universitário](#)
- Centros de Ensino
 - [Biológicas e da Saúde](#)
 - [Exatas e Tecnologia](#)
 - [Humanas e Sociais](#)
 - [Jurídicas e Políticas](#)
 - [Letras e Artes](#)
- Acesso à Universidade
 - [Graduação](#)
 - [Pós-Graduação](#)
 - [Concurso para Docente](#)

- o [Concurso para Técnicos-Administrativos](#)

Central de Conteúdos



[Audiovisual](#)



[Eventos](#)



[Publicações](#)



[Portal de Periódicos](#)



[Repositório Hórus](#)

Você está aqui: [Página Inicial](#) / Projeto 'Meio Ambiente Informa' promove atividades de ecologia para crianças

Projeto 'Meio Ambiente Informa' promove atividades de ecologia para crianças

por [Comunicação](#) — publicado 29/11/2024 14h30, última modificação 29/11/2024 14h30

Evento realizado na UNIRIO incluiu apresentação de cartilha sobre o tema, jogo de tabuleiro e observação de espécimes



No último sábado, 23 de novembro, a equipe acadêmica do projeto interinstitucional “Meio Ambiente Informa”, desenvolvido pela UNIRIO em parceria com o Instituto Realizando o Futuro, promoveu o evento "Vamos ser Ecológicos? Sim".

Um grupo de 35 crianças beneficiárias do projeto, mais especificamente do núcleo de Tanguá na Ilha do Governador, participaram de atividades lúdicas desenvolvidas pela equipe de professores extensionistas e bolsistas de graduação e pós-graduação.

As atividades aconteceram no auditório Paulo Freire e no espaço cultural do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH), além de salas de aula teórica (CCH) e laboratório de aula prática do Instituto de Biociências (Ibio).

Foram realizadas três atividades, elaboradas pela equipe acadêmica do projeto, coordenado pela professora Raquel Neves, do Ibio:

- Cartilha ABC do Meio Ambiente (responsável profa. Edna Raquel Hogemann - CCJP): as crianças foram apresentadas a questões relacionadas ao meio ambiente e legislações ambientais;
- Jornada Sustentável (responsável profa. Tatiana Cabrini - Ibio): as crianças aprenderam sobre meio ambiente, conservação e impactos no meio ambiente com jogo de tabuleiro desenvolvido pela pesquisadora do projeto. Após a partida dos jogos entre equipes, as crianças puderam observar espécies marinhas em aquários, além de espécimes preservados em álcool;
- A Importância da Biodiversidade (responsável prof. Igor Miyahira - Ibio): as crianças aprenderam sobre biodiversidade e puderam observar diferentes espécies aquáticas e terrestres da coleção didática do Departamento de Zoologia do Ibio.



Equipe acadêmica do projeto Meio Ambiente Informa

[Mais notícias...](#)

ENSINO

- [Graduação](#)
- [Pós-Graduação](#)
- [Educação a Distância](#)

PESQUISA

- [Plataforma Lattes](#)
- [Iniciação Científica](#)
- [Inovação](#)

EXTENSÃO

- [Extensão e Cultura](#)
- [Bolsas e editais](#)

PORTAIS

- [SEI - Sistema Eletrônico de Informações](#)
- [Portal de Sistemas](#)
- [Portal ID UNIRIO](#)
- [Portal de Pesquisa](#)
- [Portal da Extensão](#)
- [Portal do Aluno](#)
- [Portal do Professor](#)
- [Portal de Processos](#)
- [Portal do Ementário](#)
- [Portal de Relatórios](#)
- [Portal de Laboratórios](#)

- [Portal de Eleição](#)



Consulte aqui
o cadastro
da Instituição
no Sistema
e-MEC



UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Av. Pasteur, 296 - Urca - Cep 22290-240



GENERAL PROGRAM

The Winter School is organized in three different moments during the day.

MORNING LECTURES

Each morning from **9:00 to 10:00**, all the participants will participate in the **morning lectures**.

COURSES

After a coffee break, the participants are divided into two different groups and follow a **course** given by an international scholar from **10:15 to 12:15**. They have to choose between:

- **Applying Policy Analysis in the 21st century** by [Andrea Migone](#)
- **Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches** by [Philippe Zittoun](#)

AFTERNOON WORKSHOP

The afternoon will be dedicated to a three-hour workshop on **research design**, during which participants will have the opportunity to present a paper for which they would like to receive constructive feedback from the other participants and the professor. This paper can be a doctoral thesis research project or a project of an article they would like to submit to a journal or present at a conference. The relevant size would be from 5.000 to 10.000 words and it must include a clear research question, a presentation of methodology, and some key arguments.

Participants who don't present a paper will discuss the papers presented with the professor. All the participants are expected to read the papers before the workshop to engage in constructive discussions.

TENTATIVE PROGRAM



Monday 19	Tuesday 20	Wednesday 21	Thursday 22	Friday 23
9:00 - 10:00 Welcome Speech	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture
10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break
10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course
12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch
14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 17:00 Free Afternoon - Outdoor activities	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 16:00 Workshop on Research Design
15:30 - 15:45 Coffee Break	15:30 - 15:45 Coffee Break		15:30 - 15:45 Coffee Break	16:00 - 17:00 Conclusion
15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	15:45 - 17:15 Workshop on Research Design		15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	Check-out



INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION

LAET-ENTPE, 3 Rue Maurice Audin
69120 Vaulx en Velin, France
Tel. +33 (0) 72 04 72 53

> contact@ippa-pp.org

IPPA NEWSLETTER

Subscribe

FOLLOW US



-

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

ABSTRACT

This course focuses on how to study Policy Processes by mobilizing different qualitative perspectives, from Constructivist to Pragmatic Approaches. Its main objective is to identify and discuss how we can empirically and methodologically grasp the policy process by observing and defining the struggles around the problem and also around the meaning of proposed solutions. Special attention will be paid to the building of coalitions, existing powerful dimensions, and the solutions to the different challenges encountered along their path.

Why do some solutions manage to make it to the decision-making process whereas others fail? Under what conditions and at what price do solutions make it to the solution agenda? How do some actors succeed in "domesticating" "wicked" problems? First, this course will explore the career of a public problem, from emergence to agenda-setting.

Second, it will explore the career of the proposal as it passes through different areas such as bureaucracy, the advice system, and the political arena. Policy problems and solutions will be observed based on three games: the game of language where a statement takes on meaning and becomes a problem/solution, the game of actors where this definition is stabilized through coalition building, and the game of power through the formation of multiple levels of power.

The course will draw on the studies undertaken by key authors in the field and will explore how they perceive the political dimension in the policy process. It will also propose different concepts and approaches to help grasp the policy process from a different perspective.

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

PLANNING

MONDAY AUGUST 19

Public Policy - General Introduction

9.00 - 10.00	WELCOME SPEECH
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 1: The main idea of this morning's course is to provide a general introduction to public Policy Studies. We will begin by discussing different definitions and the main research questions found in Policy Studies. Additionally, each participant will share their definition and the literature they have utilized. This introduction will help us understand the diversity of perspectives in the literature and the various approaches developed by the participants in the group. We will also use classical definitions from the literature to engage in a discussion about the complexity of studying policy objects and the challenges associated with understanding the processes and influences that shape them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 1: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 1: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

TUESDAY AUGUST 20

The problem definition and its agenda

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 2 : The course begins by examining the emergence of different perspectives within sociology and political science regarding public problems and agenda setting. It starts with the famous controversies between John Dewey and Walter Lippmann in 1925/27 on the nature of the public and its problems. The course aims to explore how sociology debates have intertwined with political science debates, particularly those concerning the subjective and objective definitions of public problems, as well as the behavioral approaches to decision-making versus elitist approaches to the pre-decision process. Furthermore, the course delves into the concept of the "agenda" and its connections to various arenas, such as the media agenda and the governmental agenda. This exploration helps to understand the limitations of the concept and the research challenges it presents. Finally, the course concludes by discussing the defining characteristics of the agenda itself and how policymakers and spokespersons struggle to impose their own definitions in different arenas.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 2: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 2: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

WEDNESDAY AUGUST 21

A Constructivist and Pragmatist Perspective of Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 3 : This course revisits the dominant model that has developed in the literature for understanding the Policy Process and its limitations. It focuses specifically on the epistemological gap between the pragmatist approaches to problem-solving as a social construct and the positivist approaches to solutions and coupling. In order to propose an alternative, the course first delves into the pragmatist philosophy of Pierce, James, and Dewey. It explores their rejection of causal models and the divisions between object and subject, individual and society, among others. The course then examines the influence of pragmatist sociology on scholars such as Lasswell and the Chicago School. It also explores the contributions of authors like Latour, Boltanski, Bourdieu, and Foucault, who have provided insights into understanding social activities as transactions between individual identity and discourse. Drawing on this literature, the course presents a pragmatist perspective on the policy process, with a specific focus on the definition of policy statements and the multiple argumentations used to support and propagate them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 17.00	FREE AFTERNOON

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

THURSDAY AUGUST 22

The Policy Formulation between experts, bureaucrats and politicians

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 4: This course revisits the two main dimensions discussed in Policy Studies regarding Policy Formulation: the definition of the proposal and the configuration in which this discussion occurs. Regarding the first point, the course proposes to view the Policy Proposal as a social construction, similar to how we approach the Public Problem. The main focus is understanding the knowledgetypes utilized in shaping a Policy Proposal Statement. This includes examining its instrumentation, its capacity to address an unresolved problem redefined as treatable, and the shaping of the relationship between the government and its public. The second dimension pertains to the venues where this definition process takes place and where it propagates. By revisiting the numerous controversies surrounding different configurations proposed in Policy Literature (such as Policy System, Policy Subsystem, Policy Community, Policy Venue, etc.), the course delves into researchers' ability to understand better the multiple hidden micro-spaces where discussions and struggles occur to comprehend the trajectory of the Policy Proposal.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 3: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 3: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

FRIDAY AUGUST 23

Qualitative Methodology to Study Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 5 : In this final course, the focus is on discussing the various methods employed to conduct qualitative studies on the Policy Process. The main objective is to engage in a discussion about the epistemological reflexivity of these methods and their inherent biases. Additionally, the course includes a practical component where participants will engage in a simulation exercise of conducting qualitative interviews. The course begins by exploring how to study written documents such as reports, newspaper articles, notes, websites, parliamentary debates, and public discourses. The main question revolves around how to consider the content of these documents in research investigations and the biases that may arise from their inclusion. Special attention will be given to qualitative interviews, which are frequently used but often not sufficiently interrogated as a methodological practice. The aim is to develop the capacity to design and conduct qualitative interviews, and to understand the various techniques involved, such as understanding why certain questions are not asked ("Why never asked Why") or the significance of interviews lasting at least one hour. The course seeks to provide practical skills and insights into conducting qualitative research interviews effectively.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 16.00	Workshop 4: Discussion on participant's research project
16.00 - 17.00	CONCLUSION



Rio Winter School 2024 – List of Participants & teams of discussion

Philippe Zittoun's group on Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches

#	NAME	<i>Paper discussed by</i>	<i>Day of Presentation</i>
10	Lorena Mourão de Oliveira	Emerson Affonso da Costa Moura	Monday 19
1	Ricardo Duarte	Maria Paula Lucia de Oliveira	Monday 19
12	Emerson Affonso da Costa Moura	Laila Maria Domith Vicente	Tuesday 20
20	Taissa Sales Romeiro	Lorena Mourão de Oliveira	Tuesday 20
23	Maria Paula Lucia de Oliveira	Willis Santiago Guerra Filho	Thursday 22
24	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Ricardo Duarte	Thursday 22
15	Laila Maria Domith Vicente	Caroline Gonzaga	Thursday 22
25	Willis Santiago Guerra Filho	Taissa Sales Romeiro	Friday 23
28	Caroline Gonzaga	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Friday 23

Your paper will be only shared with your fellow group members to facilitate the discussion during the workshop sessions. It can be a research project or an article and must have a certain length: for research projects, at least 10 pages long, and for articles, 7,000 to 10,000 words, in compliance with international standards.

Presentation timing:

- Presentation: **15 minutes**
- Discussion: **10 minutes**
- General Discussion with the group: **20 minutes**

A IMPORTÂNCIA DO ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PROTEJAM OS DIREITOS HUMANOS DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS INFORMACIONAIS

Edna Raquel Hogemann Rodrigues Hogemann

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Oswaldo Pereira de Lima Junior

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Palavras-chave: DIREITOS HUMANO, NOVOS DIREITOS, TECNOLOGIAS INFORMACIONAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS

Resumo

O avanço acelerado das novas tecnologias informacionais, como a inteligência artificial, big data e redes sociais, trouxe consigo desafios significativos para a proteção dos direitos humanos. Questões como privacidade, vigilância em massa, manipulação de informações e discriminação algorítmica são preocupações emergentes que necessitam de intervenção governamental eficaz. O problema central do presente estudo é como estabelecer políticas públicas que garantam a proteção dos direitos humanos frente a esses avanços tecnológicos. As hipóteses suscitadas envolvem várias estratégias. Primeiramente, a implementação de políticas públicas específicas pode mitigar os riscos aos direitos humanos associados às novas tecnologias informacionais. Para além, a colaboração entre governos, setor privado e organizações da sociedade civil é crucial para a criação de um marco regulatório eficaz e adaptável. Finalmente, políticas baseadas em princípios éticos e transparência contribuirão para um uso mais seguro e responsável das tecnologias informacionais. O referencial teórico baseia-se em estudos sobre governança tecnológica, direitos digitais e ética da informação. Autores como Shoshana Zuboff e Lawrence Lessig que discutem a regulação através do código e normas, são centrais para entender os impactos das tecnologias informacionais e a necessidade de um arcabouço regulatório. A teoria dos direitos humanos de Amartya Sen, focada nas capacidades e liberdades fundamentais, também fornece uma base sólida para avaliar as políticas públicas propostas. Análises empíricas indicam que países que adotaram políticas públicas robustas e específicas para a proteção dos direitos humanos no contexto das novas tecnologias, como a União Europeia com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR), conseguiram reduzir violações de privacidade e aumentar a responsabilização das empresas de tecnologia. A

implementação de mecanismos de transparência e prestação de contas mostrou-se eficaz na mitigação de riscos de discriminação algorítmica. No entanto, no Brasil, os problemas continuam a crescer diariamente, indicando a necessidade urgente de desenvolvimento e aplicação de políticas públicas eficazes. Assim, a pesquisa também aponta desafios perenes. A rápida evolução tecnológica demanda constante atualização das políticas, e há uma necessidade premente de harmonização internacional das regulamentações para garantir uma proteção eficaz e uniforme dos direitos humanos globalmente. A cooperação entre diversos atores sociais, incluindo governos, setor privado e organizações da sociedade civil, é essencial para a eficácia dessas políticas. Além disso, a base em princípios éticos e de direitos humanos é crucial para orientar a criação de normas que promovam um uso responsável das tecnologias. A metodologia usada se lastreia na revisão de literatura, análise documental, pesquisa qualitativa e quantitativa, desenvolvimento e avaliação de propostas de políticas públicas. Embora resultados positivos tenham sido alcançados em algumas regiões, o cenário global ainda enfrenta desafios significativos que requerem atenção contínua e esforço colaborativo. É imperativo que as políticas públicas não apenas acompanhem, mas também antecipem as mudanças tecnológicas para garantir que os direitos humanos sejam protegidos de forma proativa e abrangente. A adaptação constante e a vigilância ativa são necessárias para assegurar que as tecnologias informacionais sejam utilizadas de maneira que respeite e promova os direitos e liberdades fundamentais de todos os indivíduos.

Biografia do Autor

Edna Raquel Hogemann Rodrigues Hogemann, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Pós-Doutora em Direito (Universidade Estácio de Sá - UNESA), Doutora e Mestre em Direito (Universidade Gama Filho - UGF). Especialista em Bioética pela Cátedra UNESCO de Bioética. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Decana do Centro de Ciências Jurídicas, Políticas e Administrativas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do GGINNS - Global Comparative Law: Governance, Innovation and Sustainability (Bioethics, Biolaw, Biotechnology) e Coordenadora do Grupo de Pesquisa GPDHTS - Direitos Humanos e Transformação Social.

Oswaldo Pereira de Lima Junior, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Oswaldo Pereira de Lima Junior – Pós-Doutor em Direito (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO), Doutor em Direito (Universidade Estácio de Sá – UNESA), Mestrado em Biodireito, Ética e Cidadania (Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL). Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Vice Coordenador do Grupo de Direitos Humanos e Transformação Social (UNIRIO).

02.10.2024

Edição

[v. 9 n. 1 \(2024\): IX Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra](#)

Seção

SIMPÓSIO On44 - NOVOS DIREITOS E TECNOLOGIAS

Navegar

[Enviar Submissão](#)

Idioma

[Português \(Brasil\)](#)[English](#)

O Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra publica anualmente os resultados das reflexões e debates acerca de diferentes e relevantes problemas sócio-jurídicos encontrados no âmbito dos Direitos Humanos. A publicação cumpre com a proposta de fomentar, conforme sua proposição temática, a construção de ideias e o desenvolvimento de teorias científicas a partir de uma perspectiva multidisciplinar e crítica das ciências sociais e jurídicas.

Platform &
workflow by
OJS / PKP

LOYALTY AND GOOD FAITH IN THE IMPLEMENTATION OF PUBLIC POLICIES: THE BRAZILIAN CASE¹

DOI: 10.62938/rdc-2024-1-0001

Edna Raquel HOGEMANN

Professor – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Abstract

This paper explores the concepts of loyalty and good faith in the context of public policy implementation, focusing on the Brazilian scenario. Loyalty and good faith are crucial elements in fostering effective governance and ensuring the success of public policies. However, in the Brazilian context, various challenges such as corruption, political instability, and institutional weaknesses often hinder the faithful implementation of policies. Drawing on theoretical frameworks and empirical evidence, this paper discusses the importance of loyalty and good faith in policy implementation, analyzes the factors influencing their realization in Brazil, and suggests strategies to enhance their practice.

Keywords: Loyalty, Good Faith, Public Policies, Brazil

1. Introduction

Public policies are essential tools for addressing societal challenges and promoting the common good. However, the successful implementation of these policies depends not only on their design but also on the commitment of actors involved in their execution. Loyalty and good faith play significant roles in this process, as they ensure that policymakers, public officials, and stakeholders act in accordance with the objectives and principles underlying the policies. In the Brazilian context, where issues such as corruption and political instability often undermine governance efforts, understanding the dynamics of loyalty and good faith in policy implementation is crucial.

2. Theoretical Framework

Loyalty and good faith are multifaceted concepts with roots in various disciplines, including law, ethics, and political science. Loyalty entails a sense of commitment,

¹ Paper presented at the XII th Edition of the International Conference of Law, european Studies and International Relations: „Bona fides in iure. Buna-credință ca fundament al echității juridice”, 16 May 2024, Bucharest, organized by the Faculty of Law of the Titu Maiorescu University – Faculty of Law.

allegiance, and dedication to a cause or relationship, while good faith refers to honesty, sincerity, and trustworthiness in one's actions. In the context of public policy implementation, loyalty involves adherence to the goals and objectives set forth by policymakers, as well as cooperation among stakeholders. Good faith, on the other hand, requires transparency, accountability, and integrity in decision-making processes and interactions.

Lon L. Fuller, a prominent legal theorist, posited that law has an inherent moral dimension and can serve as a vehicle for achieving justice and promoting the common good. In his seminal work "The Morality of Law," Fuller argues that legal systems should strive to fulfill certain moral principles, such as fairness, equality, and respect for individual autonomy. He contends that law can be evaluated not only in terms of its formal validity but also in relation to its substantive moral content. According to Fuller, the legitimacy of law hinges on its adherence to principles of procedural justice and the promotion of moral values within society.

"Good faith is not only a moral principle, but also an essential tool to safeguard equity in any legal system."-(Fuller, 1964). This quote by Lon L. Fuller underscores the fundamental importance of good faith not only as a moral value but also as an essential element to ensure equity and justice in any legal system. Fuller, a renowned jurist and legal philosopher, devoted much of his work to the study of the principles and values that underpin the legal order.

Fuller highlights that good faith plays a crucial role in promoting trust and cooperation among members of society, contributing to the stability and legitimacy of the legal system. He emphasizes that adherence to good faith not only strengthens the integrity of transactions and contracts but also fosters an environment of justice and mutual respect.

Moreover, Fuller argues that good faith is essential for filling gaps and resolving ambiguities in the law, providing a standard of ethical conduct that guides the decisions of individuals and institutions. He points out that the lack of good faith can undermine trust in the fairness and impartiality of the legal system, compromising its effectiveness and legitimacy.

In the realm of public policy, the concept of the possible morality of law is a subject of considerable debate and exploration. Legal scholars and philosophers have grappled with the question of whether law can embody moral principles and contribute to the realization of ethical objectives within the context of policymaking. Several key perspectives shed light on this issue.

Fuller's perspective aligns with the idea that law and morality are interconnected, with law serving as a means of enacting moral norms and values. This viewpoint finds support in the writings of legal philosopher John Rawls, who emphasizes the importance of justice as fairness in the design and implementation of public policies. Rawls argues that a just society is one in which individuals are treated equitably and

have equal access to basic rights and opportunities. He contends that laws and policies should be structured to benefit the least advantaged members of society and uphold principles of social justice.

Conversely, legal positivists such as H.L.A. Hart maintain that law and morality are distinct and separate domains, with law being based on social conventions and institutional authority rather than moral considerations. According to Hart, the validity of law depends on its formal recognition by legal institutions and adherence to established legal procedures, rather than its moral content. From this perspective, the role of law in policymaking is to provide a framework for regulating social behavior and resolving disputes, rather than promoting specific moral objectives.

Despite these differing perspectives, there is a recognition that law can influence moral outcomes and shape societal values through its impact on behavior and social norms. Legal scholar Martha Nussbaum, for instance, argues for the incorporation of moral considerations into legal decision-making processes, particularly in the realm of social and economic policy. She contends that laws and policies should be evaluated not only for their legal validity but also for their moral implications and effects on human well-being.

While debates persist regarding the relationship between law and morality in the context of public policy, there is a growing acknowledgment of the potential for law to embody and promote moral values within society. Whether through the pursuit of justice and fairness, the protection of individual rights, or the promotion of human flourishing, law can play a significant role in advancing moral objectives in policymaking. As legal systems continue to evolve, the quest for a morally just legal order remains a central concern for policymakers, scholars, and society.

3. Factors Influencing Loyalty and Good Faith in Policy Implementation

Several factors influence the realization of loyalty and good faith in the implementation of public policies, both at the individual and institutional levels. In Brazil, these factors include our historical institutional weaknesses because Brazil's complex bureaucratic structure and weak institutional frameworks often create opportunities for inefficiency, corruption, and non-compliance with policies. Also includes other factors as our political instability, just because frequent changes in government leadership and partisan interests can disrupt policy continuity and undermine trust in the implementation process.

Other important factors to point out are corruption and Cronyism. Corruption practices and the influence of stakes undermine the integrity and fidelity of policy implementation efforts in Brazil. Corruption is an endemic phenomenon that compromises the effectiveness of public policies, eroding citizens' trust in governmental

institutions. Nepotism and favoritism toward private interests often distort the decision-making process, resulting in policies that benefit a few at the expense of collective well-being. These practices harm democratic governance, undermining justice, and social equity, and perpetuate a cycle of inequality and injustice in the country.

Lack of Accountability is another real problem. Weak mechanisms for monitoring and evaluating policy implementation contribute to a culture of impunity and diminish incentives for loyalty and good faith.

Finally, we must underline socioeconomic disparities. Social inequalities and marginalization exacerbate challenges in ensuring equitable and inclusive policy implementation, leading to distrust and resistance among affected communities.

4. Case Studies

Several case studies illustrate the challenges and opportunities related to loyalty and good faith in the implementation of public policies in Brazil:

a) Bolsa Família Program:

The Bolsa Família program, translated as "Family Allowance" in English, is a social welfare program implemented by the Brazilian government. It was created in October 2003 during the first administration of President Luiz Inácio Lula da Silva as a consolidation of several existing cash transfer programs. The primary objectives of the Bolsa Família program are to alleviate poverty, reduce inequality, and promote social inclusion among low-income families in Brazil.

The program operates through a system of conditional cash transfers, wherein eligible families receive financial assistance from the government on the condition that they fulfill certain requirements related to education and healthcare. Beneficiary families are selected based on criteria such as income level, family composition, and socio-economic vulnerability.

The Bolsa Família program aims to achieve several key goals. One of them is poverty reduction. By providing direct financial assistance to low-income families, the program seeks to alleviate poverty and improve living standards among the most vulnerable segments of society.

Social Inclusion: The program aims to promote social inclusion by ensuring that all citizens have access to basic resources and opportunities, regardless of their socio-economic background.

Education Promotion: Through conditional cash transfers, the program incentivizes families to enroll their children in school and ensure regular attendance, thereby promoting educational attainment and breaking the cycle of intergenerational poverty.

Healthcare Access: The Bolsa Família program also encourages families to access essential healthcare services, such as vaccinations and prenatal care, by linking cash transfers to compliance with health-related requirements.

Overall, the Bolsa Família program represents a comprehensive approach to poverty alleviation and social development, addressing multiple dimensions of disadvantage and inequality. Since its inception, the program has been recognized both nationally and internationally for its effectiveness in reducing poverty and improving social outcomes among marginalized populations in Brazil.

Despite being one of Brazil's flagship social welfare programs, the Bolsa Família program has faced challenges related to corruption, mismanagement, and political interference, which have undermined its effectiveness in reaching vulnerable populations.

The Bolsa Família program, a flagship social welfare initiative in Brazil, has faced numerous challenges over the years, including instances of corruption and mismanagement. Under the government of Jair Bolsonaro, allegations of corruption within the Bolsa Família program have surfaced, raising concerns about the integrity and effectiveness of the program. This article provides an overview of the corruption cases related to the Bolsa Família program during the Bolsonaro administration, examining their implications and potential consequences.

During the Bolsonaro government, several allegations of corruption and irregularities in the administration of the Bolsa Família program have emerged. These allegations include:

There have been reports of embezzlement of funds allocated to the Bolsa Família program, with individuals within the program's administration allegedly diverting funds for personal gain.

There have been accusations of political interference in the selection and distribution of beneficiaries under the Bolsa Família program, with allegations that certain politicians have used their influence to favor specific individuals or groups for electoral purposes.

Critics have pointed to instances of mismanagement and a lack of oversight in the administration of the Bolsa Família program, leading to inefficiencies, delays, and discrepancies in the distribution of benefits.

The allegations of corruption within the Bolsa Família program during the Bolsonaro government (2018-2022) have several implications and consequences:

The allegations undermine public trust in the government's ability to administer social welfare programs effectively and transparently, leading to skepticism and disillusionment among beneficiaries and the general public.

Corruption and mismanagement in the Bolsa Família program can have detrimental effects on vulnerable populations, including delays in benefit payments, exclusion of eligible beneficiaries, and diversion of resources intended for poverty alleviation.

The allegations of corruption within the Bolsa Família program may have political repercussions, affecting the government's credibility and electoral prospects, particularly if perceived as a failure to fulfill promises of tackling corruption and promoting good governance.

In response to the allegations of corruption, the Bolsonaro government has pledged to investigate and address any instances of wrongdoing within the Bolsa Família program. However, critics have raised concerns about the government's commitment to transparency and accountability, citing a lack of concrete actions to combat corruption and ensure the integrity of social welfare programs.

The allegations of corruption within the Bolsa Família program during the government of Jair Bolsonaro underscore the challenges of ensuring transparency, accountability, and integrity in the administration of social welfare initiatives. Addressing these challenges requires a concerted effort to strengthen oversight mechanisms, enhance transparency, and hold perpetrators of corruption accountable. By addressing the root causes of corruption and promoting good governance practices, Brazil can safeguard the effectiveness and credibility of programs like Bolsa Família, ultimately contributing to poverty reduction and social inclusion.

Environmental Policies:

Efforts to combat deforestation and promote environmental conservation in the Amazon region have been hampered by illegal logging, land grabbing, and inadequate enforcement mechanisms, highlighting the importance of loyalty and good faith in protecting natural resources.

5. Strategies for Enhancing Loyalty and Good Faith

Addressing the challenges to loyalty and good faith in policy implementation requires a comprehensive approach that addresses institutional, political, and societal factors. Strategies include: strengthening institutional capacity and transparency through reforms aimed at enhancing accountability and reducing bureaucratic hurdles; promoting ethical leadership and fostering a culture of integrity and public service among policymakers, public officials, and civil society; enhancing citizen participation and oversight mechanisms to ensure greater accountability and responsiveness in policy implementation processes, and investing in education, training, and capacity building to equip stakeholders with the knowledge and skills necessary for effective policy implementation.

Conclusion

Loyalty and good faith are essential principles for the successful implementation of public policies, contributing to effective governance, trust-building, and social

cohesion in any society. In the Brazilian context, overcoming challenges related to corruption, political instability, and institutional weaknesses is crucial for fostering a culture of loyalty and good faith in policy implementation. The Bolsa Família program, which went through a turbulent period of misuse and questionable use of public resources, stands out today as a notable example in this regard. By providing financial assistance to millions of low-income families successfully, while minimizing opportunities for corruption through rigorous monitoring and evaluation mechanisms. By addressing these challenges and adopting strategies to enhance accountability, transparency, and citizen participation, Brazil can improve the quality and impact of its public policies, contributing to the well-being and prosperity of its citizens. However, much remains to be done, as corruption and nepotism unfortunately still remain part of the Brazilian reality.

References

Fuller, Lon L. (1964). *The Morality of Law*. Revised edition. New Haven: Yale University Press, p. 106.

Hart, H. L. A. (1994). *The concept of law*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press,

Rawls, J. (2001). *Justice as fairness: a restatement*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

Brazil. (2004). Ministry of Social Development and Fight against Hunger (MDS). *National Social Assistance Policy (PNAS)*. Brasília: MDS.

Rocha, Sonia.(2011) *The Bolsa Família Program: evolution and effects on poverty*. In: *Economy and Society*, vol. 20, n°1 (41), April, pp. 113-139.

O evento já encerrou...

2nd International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policies

[VER EVENTO](#)

Eventos para você



NUMANICE | RIO DE JANEIRO

[Data extra]

Riocentro - Rio de Janeiro, RJ

DOM, 08 DEZ - 14:00



Love Sessions Festival w/ Vintage Culture & Anna

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, RJ

SAB, 14 DEZ - 19:00



Museu do Ipiranga

Museu do Ipiranga - São Paulo, SP

29 OUT > 31 JAN



Budah - Turnê Púrpura

Casa Natura Musical - São Paulo,

QUI, 13 MAR - 21:00

Vem viver com a gente



Benefícios
Mastercard



Réveillon 2025



Carnaval



Festas e Shows



Teatros e
Espetáculos



Stand Up Comedy



Passeios e Tours

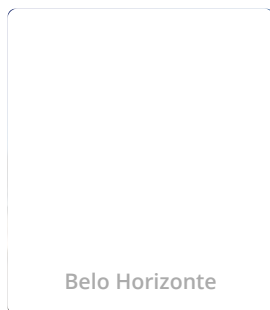


Es

O melhor de cada cidade



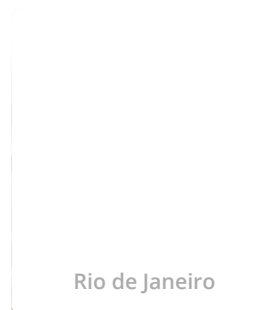
São Paulo



Belo Horizonte



Salvador



Rio de Janeiro



Porto Alegre

[COMPARTILHAR](#)

2nd International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policies

02 dez - 2024 • 07:00 > 03 dez - 2024 • 12:00

Evento Online via Indefinida

Descrição do evento

Dia 2/12/2024, das 7h até 12h (12/2/2024 - 7am to 12pm - Brazilian time):

No primeiro dia do II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, será inaugurada uma série de palestras com foco em abordagens transnacionais sobre direitos humanos, constitucionalismo e políticas públicas. O evento reunirá especialistas de renome internacional, que compartilharão análises teóricas e experiências práticas sobre temas de alta relevância para o cenário global contemporâneo. Este primeiro encontro será marcado por debates qualificados e reflexões críticas, no qual o diálogo interdisciplinar e as discussões sobre políticas públicas inclusivas ocuparão o centro das atenções. Trata-se de uma oportunidade única para engajar-se em uma jornada acadêmica de impacto e ampliação de perspectivas.

On the first day of the II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, a series of lectures will launch a comprehensive exploration of transnational approaches to human rights, constitutionalism, and public policy. The event will bring together internationally renowned experts to share theoretical insights and practical experiences on topics of significant global relevance. This inaugural session will feature high-level debates and critical reflections, in which interdisciplinary dialogue and discussions on inclusive public policies will take center stage. It is a unique opportunity to engage in an impactful academic journey and broaden perspectives.

Dia 3/12/2024, das 7h até 12h (12/3/2024 - 7am to 12pm - Brazilian time):

No segundo dia do II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, o foco será uma análise detalhada da relação entre políticas públicas e direitos humanos, considerando diversos contextos sociopolíticos e enfrentando desafios contemporâneos de maneira crítica. O programa incluirá exposições e debates conduzidos por especialistas renomados, explorando questões como as implicações do constitucionalismo na efetivação das garantias fundamentais e as respostas institucionais às desigualdades estruturais. Com abordagem acadêmica rigorosa e foco em soluções inovadoras, este dia proporcionará um ambiente propício ao desenvolvimento de reflexões estratégicas e à construção de contribuições relevantes para o avanço das políticas públicas e dos estudos de direito transnacional.

On the second day of the II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, the focus will be on a detailed analysis of the intersection between public policy and human rights, considering diverse sociopolitical contexts and critically addressing contemporary challenges. The program will include presentations and debates led by renowned specialists, exploring issues such as the implications of constitutionalism for the realization of fundamental guarantees and institutional responses to structural inequalities. With a rigorous academic approach and emphasis on innovative solutions, this day will foster strategic reflections and contribute to meaningful advancements in public policy and transnational legal studies.

[A programação dos palestrantes de cada dia segue abaixo:](#)

2 de dezembro de 2024:

Emerson Affonso da Costa Moura
Ella Gorian
Sonu Argawal
Prabhpreet Singh
Albin Anto
Vinodh Jaichand
Raquel Z. Yrigoyen Fajardo
Agnieszka Bieñ-Kacała
Marieta Safta, Geanina Banu e Iustin
Priescu
Maria Gomez
Benedito Adeodato

3 de dezembro de 2024:

Oswaldo Lima Junior
Maree Crabbe
Ausma Bernot
Antonietta Elia
Tetiana Drakokhrust
Nyasha Mboti
Gabrielle Bardall
Pierre-Guillaume
Tamara Thermitus
Anna Tarnowska
Edna Raquel Hogemann

Política do evento

Cancelamento de pedidos pagos

Cancelamentos de pedidos serão aceitos até 7 dias após a compra, desde que a solicitação seja enviada até 48 horas antes do início do evento.

[Saiba mais sobre o cancelamento](#)

Edição de participantes

Você poderá editar o participante de um ingresso apenas uma vez. Essa opção ficará disponível até 24 horas antes do início do evento.

[Saiba como editar participantes](#)

[Termos e políticas](#) [Denunciar este evento](#)

Como acessar o evento



Acesse a aba **Ingressos** no site ou no app Sympla disponível para **iOS** e **Android**



Selecione o evento desejado e toque no botão **acessar evento**



Pronto! O link de acesso também será enviado para você por email.

[Saiba mais sobre o acesso a eventos online](#)

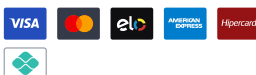
Sobre o produtor

Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas

Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

[✉ Fale com o produtor](#)

Métodos de pagamento



💰 [Parcele sua compra em até 12x](#)

Compre com total segurança

Os dados sensíveis são criptografados e não serão salvos em nossos servidores.



Google
Safe Browsing



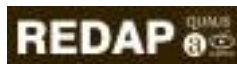
Precisando de ajuda?

Acessa a nossa [Central de Ajuda](#) Sympla ou Fale com o produtor.

 [Fale com o produtor](#)

COMPRA PELO APP  

- ENCONTRE EVENTOS
- CIDADES
- CATEGORIAS
- PARA PRODUTORES
- CRIE SEU EVENTO
- AJUDA
- Ver todas opções



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

ABORDAGEM DE DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR: PROBLEMAS, DIAGNÓSTICOS E PROPOSIÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CURSO DE MESTRADO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITO DA UNIRIO

Emerson Affonso da Costa Moura

Autor

Palavras-chave: Direito; Políticas Públicas; Abordagem; Ensino Superior; Pós-Graduação.

Resumo

A análise das dificuldades na abordagem em Direito e Políticas Públicas no ensino superior é o tema posto em debate no artigo à luz da experiência na pesquisa desenvolvida no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pretende-se identificar três problemáticas que envolvem a realização de investigações na matéria no âmbito do Curso de Mestrado e Doutorado da instituição a partir de alguns diagnósticos realizados, desafios identificados e do compartilhamento das possíveis soluções propostas para o aperfeiçoamento do curso a partir de mudanças estruturais realizadas.

Downloads



 PDF

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar
ABORDAGEM DE DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR: PROBLEMAS, DIAGNÓSTICOS E PROPOSIÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CURSO DE MESTRADO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITO DA UNIRIO . (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3).
<https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/92>

Formatos de Citação

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Emerson Affonso da Costa Moura, Marcos Alcino de Azevedo Torres, Mauricio Jorge Pereira da Mota, [REGULAÇÃO ESTATAL, CIDADE E POLÍTICAS URBANAS: ELEMENTOS PARA UMA TEORIA JURÍDICA DA REGULAÇÃO URBANA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

Artigos Semelhantes

- Vanessa Santos do Canto, Ilzver de Matos Oliveira, [DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: Uma necessária abordagem histórica \(1995-2023\)](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Caroline Müller Bitencourt, André Afonso Tavares, [DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CATEGORIA 'CRITÉRIOS': ANÁLISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE À LUZ DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Saulo Pinto Coelho, Lucas da Silva Rocha, [CONTROLE DE CONTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ENTENDER AS CAPACIDADES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA ANÁLISE FINANCEIRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS "PROCESSOS ADMINISTRATIVOS" E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Andre Ricardo Cruz Fontes, [LIBERDADE DE EXPRESSÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAMENTAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UM EXAME NO CONTEXTO DO REGIME POLÍTICO MILITAR E PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Flavio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes, [A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO \(TCU\) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Renata Maria Aponte Rodrigues de Carvalho, Daniela Bucci, Alessandra Cristina Guedes Pellini, [A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO À CIDADE E A DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS DE COVID-19 NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, BRASIL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#)
- Vanessa Santos do Canto, [O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: Uma Abordagem das Principais Políticas Públicas para a Promoção da Equidade de Gênero e Raça](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

[Página inicial \(/\)](#) / [Publicações](#)

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

CONSTITUIÇÃO, TEORIA CONSTITUCIONAL E DEMOCRACIA II

O GT Constituição, Teoria Constitucional e Democracia II, coordenado pela Profª Drª Samantha Ribeiro Meyer-pflug, pelo Profº Drº Paulo Roberto Barbosa Ramos e pelo Profº Drº Benjamin Xavier de Paula, tem como foco a produção científica produzida por pesquisadores/as da área do Direito, nos diferentes níveis da carreira científica, e oriundos de diversas instituições de pesquisa jurídica, públicas e privadas, nas diferentes regiões do país e estado da federação.

Essa produção científica trata dos estudos constitucionais (constituição, teoria constitucional e constitucionalismos) por meio das mais variadas perspectivas e abordagens, e representa uma pluralidade de interpretações científicas de estudiosos pertencentes aos diferentes estratos da sociedade brasileira.

O primeiro artigo de Rafael Rogério Manjabosco Braga e Arthur Gabriel Marcon Vasques “A alteração de domicílio eleitoral do Deputado Federal como causa de perda do mandato: uma análise do caso Rosângela Moro”, trata-se de um estudo sobre o normativo constitucional-eleitoral e seus princípios norteadores, que regulam a possibilidade de alteração de circunscrição do político eleito para fora dos limites que o elegeram.

O segundo artigo de Emerson Affonso da Costa Moura, Mauricio Jorge Pereira da Mota e Marcos Alcino de Azevedo Torres “Constitucionalismo Social, Ordens Constitucionais e Direitos Fundamentais: a interpretação sistematizada da política urbana na Constituição de 1988, trata-se de um estudo sobre a ascensão do constitucionalismo social e os efeitos na teoria do Direito, com vistas a verificar como direitos fundamentais demandam uma leitura da ordenação da cidade à luz de uma interpretação sistemática da Constituição.

O terceiro artigo de Ricardo Silveira Castro “Qual Reforma? reflexões sobre as propostas de reforma da Suprema Corte Brasileira em período de crise institucional (2019-2023)”, trata-se de um estudo que analisa a reforma das normas constitucionais vigentes que tratam da autonomia e da autoridade do Supremo Tribunal Federal (STF).

O quarto artigo de Otávio Fernando de Vasconcelos, Douglas da Silva Garcia e Victória Cássia Mozaner “Constitucionalismo Latino-Americano: transformação e identidade na bolívia e equador” trata-se de um estudo sobre as particularidades do constitucionalismo latino-americano, com destaque para as constituições da Bolívia e do Equador, com vistas a compreender como esses países ressignificaram o conceito de constitucionalismo, a fim de refletir suas identidades culturais singulares e enfrentar os desafios do século XXI.

O quinto artigo de Eid Badr , Beatriz da Costa Gomes e Diana Sales Pivetta “A Produção Legislativa como meio mais Democrático para a Criação de Normas Jurídicas: a garantia da não surpresa ao administrado”, trata-se de um estudo sobre o princípio da legalidade como forma de promover a segurança jurídica, limitar a atuação da discricionária da administração e de permitir a influência dos indivíduos nas decisões políticas.

O sexto artigo de José Querino Tavares Neto e Vinícius da Silva Camargo “Jurisdição Constitucional: inimiga ou defensora da democracia?” que trata-se de um estudo sobre o Poder Judiciário na prática do controle de constitucionalidade, por meio do exercício da Jurisdição Constitucional.

O sétimo artigo de Benedito Antonio da Costa “Riscos sistêmicos ao Estado de Direito em ambiente de modernidade líquida e pós-verdade” trata-se de um estudo sobre o estado de direito em contextos que desafiam a estabilidade e a previsibilidade das normas que o constituem, enfatizando a relevância de estratégias proativas de gestão de riscos que assegurem a resiliência e a eficácia do estado de direito em um cenário globalizado e dinâmico.

O oitavo artigo de Vinicius Consoli Ireno Franco, João Pedro Felipe Godoi e Matheus Conde Pires “Quando a corte fala em nome do povo: uma análise discursiva da prisão em segunda instância (HC 126.292/SP)”, trata-se de um estudo sobre os elementos articulados pelos ministros do Supremo Tribunal Federal em seus votos no HC 126.292/SP, que alterou a jurisprudência a respeito do início do cumprimento da pena após decisão colegiada em segunda instância.

O nono artigo de Régis Willyan da Silva Andrade , Hérica Rosentino de Souza Lopes “O diálogo necessário entre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e os sistemas de proteção dos direitos humanos fundamentais”, trata-se de um estudo sobre a efetivação dos Direitos Humanos Fundamentais seja em âmbito doméstico ou internacional, discutindo-se qual a melhor teoria acerca da recepção dos referidos tratados e o posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal.

O décimo artigo trata-se do estudo de Alexander Fabiano Ribeiro Santos “A Busca por uma Solução Platônica para os Problemas da Democracia: o Tribunal Constitucional Brasileiro no exercício da função da guardiania”, trata-se de um estudo sobre o modelo republicano federativo democrático e um modelo de república com função a ser exercida pela guardiania.

O décimo primeiro artigo trata-se do estudo de Gerson Augusto Bizestre Orlato e Gustavo Callegari Peraro “Democracia Deliberativa e Justiça Social: desafios políticos e a busca por estabilidade no Brasil” trata-se de um estudo sobre o diálogo deliberativo, inspirado em Habermas como um meio potencial para alcançar a legitimidade necessária, promovendo a inclusão e a justiça social.

O décimo segundo artigo trata-se do estudo de Edith Maria Barbosa Ramos , Maria Célia Delduque N. P. Sa e Amailton Rocha Santos “Aproximações entre Brasil e Portugal: uma análise sobre a judicialização da política e o ativismo judicial”, trata-se de um estudo com vistas a realização de uma análise comparativa entre decisões judiciais de cortes constitucionais do Brasil e de Portugal sobre políticas públicas que tenham evidenciado algum ativismo judicial.

O décimo terceiro artigo de Eduardo Lopes Machado “8 de Janeiro de 2023: a tentativa da marcha sobre Brasília”, trata-se de um estudo sobre a tentativa de golpe de estado, quando radicais bolsonaristas invadiram e depredaram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023.

O décimo quarto artigo trata-se do estudo de Adijovani Silva Santos “O Ativismo Judicial como forma de Preenchimento das Lacunas da Legislação Brasileira: legislativo ineficiente e omissivo ou poder judiciário legislador?”, trata-se de um estudo sobre até que ponto o ativismo judicial afronta a Constituição Federal Brasileira, a segurança jurídica e a democracia.

O décimo quinto primeiro artigo trata-se do estudo de Carolline Leal Ribas , Renata Apolinário de Castro Lima e Roberto Apolinário de Castro “Estado Democrático de Direito, Dignidade da Pessoa Humana e Estado de Coisas Inconstitucional: uma análise da ADPF 347 do STF” trata-se de um estudo que analisa como o estado de coisas inconstitucional representa um desafio significativo para a efetivação de princípios constitucionais, exigindo uma abordagem multidisciplinar e o engajamento de todos os atores sociais na defesa e promoção dos direitos fundamentais.

O décimo sexto artigo trata-se do estudo de Luziane De Figueiredo Simão Leal , Brychtn Ribeiro de Vasconcelos , Sérgio Tibiriçá Amaral, “Internet: uma zona livre sem fronteira versus a desajeitada burocracia legal”, trata-se de um estudo sobre a atuação das empresas gigantes do mercado tecnológico, às vésperas da aprovação do Projeto de Lei n. 2630, denominado das Fake News, que dispõe sobre a regulação das plataformas digitais em face da decisão do Supremo Tribunal Federal, que analisa pesquisas cujo teor indicam a existência de algoritmos, robôs e tuítes automatizados, utilizados com o intuito de influenciar a opinião pública em processos democráticos.

Esses artigos revelam que a área temática de Constituição, Teoria Constitucional e Democracia é uma área consolidada no âmbito dos eventos do CONPEDI e traz contribuições significativas e relevantes para a pesquisa jurídica no Brasil.

Prof^a Dr^a Samantha Ribeiro Meyer-pflug; Prof^o Dr^o Benjamin Xavier de Paula; Prof^o Paulo Roberto Barbosa Ramos (Coordenadores)

ISBN: 978-65-5648-932-2

Ficha catalográfica (<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/ficha-catalografica.pdf>)

Trabalhos publicados neste livro:

A ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO ELEITORAL DO DEPUTADO FEDERAL COMO CAUSA DE PERDA DO MANDATO: UMA ANÁLISE DO CASO ROSÂNGELA MORO (Páginas 7 a 25)
Rafael Rogério Manjabosco Braga, Arthur Gabriel Marcon Vasques

(<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/pgs1ZHW57yrhqbT5.pdf>)

QUAL REFORMA? REFLEXÕES SOBRE AS PROPOSTAS DE REFORMA DA SUPREMA CORTE BRASILEIRA EM PERÍODO DE CRISE INSTITUCIONAL (2019-2023) (Páginas 26 a 45)
Ricardo Silveira Castro

(<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/5BgB7My841q7o13c.pdf>)

CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: TRANSFORMAÇÃO E IDENTIDADE NA BOLÍVIA E EQUADOR (Páginas 46 a 62)
Otávio Fernando De Vasconcelos, Douglas da Silva Garcia, Victória Cássia Mozaner

(<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/Ha805olmYz8bM4D2.pdf>)

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: INIMIGA OU DEFENSORA DA DEMOCRACIA? (Páginas 80 a 99)
José Querino Tavares Neto, Vinícius da Silva Camargo

(<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/s4MPV4vx0YT5s76N.pdf>)

RISCOS SISTÊMICOS AO ESTADO DE DIREITO EM AMBIENTE DE MODERNIDADE LÍQUIDA E PÓS-VERDADE (Páginas 100 a 121)
Benedito Antonio da Costa

(<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/MX7u4R2Q1B86E05K.pdf>)

QUANDO A CORTE FALA EM NOME DO POVO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA (HC 126.292/SP) (Páginas 122 a 141)
Vinicius Consoli Ireno Franco, João Pedro Felipe Godoi, Matheus Conde Pires

(<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/55ZE39J6o0107y3a.pdf>)

O DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS (Páginas 142 a 163)
Régis Willyan da Silva Andrade, Hérica Rosentino de Souza Lopes

(<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/V8ATIJfx9ilg34LH.pdf>)

DEMOCRACIA DELIBERATIVA E JUSTIÇA SOCIAL: DESAFIOS POLÍTICOS E A BUSCA POR ESTABILIDADE NO BRASIL (Páginas 186 a 202)
Gerson Augusto Bizestre Orlato, Gustavo Callegari Peraro

(<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/XUWE7XDFRAH15pTH.pdf>)

APROXIMAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL: UMA ANÁLISE SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E O ATIVISMO JUDICIAL (Páginas 203 a 219)
Edith Maria Barbosa Ramos, Maria Célia Delduque N. P. Sa, Amailton Rocha Santos

(<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/9i231ySL53gn2ql6.pdf>)

O ATIVISMO JUDICIAL COMO FORMA DE PREENCHIMENTO DAS LACUNAS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA:
LEGISLATIVO INEFICIENTE E OMISSO OU PODER JUDICIÁRIO LEGISLADOR? (Páginas 238 a 259)

Adijovani Silva Santos

(<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/FX2myNH86j0wP18i.pdf>)

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL:
UMA ANÁLISE DA ADPF 347 DO STF (Páginas 260 a 279).

Carolline Leal Ribas, Renata Apolinário de Castro Lima, Roberto Apolinário de Castro

(<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/l7XmyW70MdZVw6Ja.pdf>)

INTERNET: UMA ZONA LIVRE SEM FRONTEIRA VERSUS A DESAJEITADA BUROCRACIA LEGAL (Páginas 280 a 301)

Luziane De Figueiredo Simão Leal, Brychtn Ribeiro de Vasconcelos, Sérgio Tibiriçá Amaral

(<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/fz5vp97i3MxZN8DJ.pdf>)

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

ELCIO NACUR REZENDE

JERÔNIMO SIQUEIRA TYBUSCH

JOSE MOISES RIBEIRO

**LUÍS FERNANDO PIMENTEL DE OLIVEIRA VASCONCELOS
ABREU**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - Ufersa - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito e sustentabilidade I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Elcio Nacur Rezende; Jerônimo Siqueira Tybusch; Jose Moises Ribeiro; Luís Fernando Pimentel de Oliveira Vasconcelos Abreu – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-949-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Sustentabilidade. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

Apresentação

Esta publicação reúne os artigos aprovados no Grupo de Trabalho intitulado Direito e Sustentabilidade I, do VII Encontro Virtual do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, realizado entre 24 e 28 de junho de 2024, tendo como tema A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade.

O grupo foi coordenado pelos Professores Doutores Elcio Nacur Rezende, da Escola Superior Dom Helder Câmara e Faculdade Milton Campos, Jerônimo Siqueira Tybusch, da Universidade Federal de Santa Maria, José Moisés Ribeiro, da Faculdade de Direito de Franca, e Luís Vasconcelos Abreu, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Instituto Universitário de Lisboa.

Portanto, a coordenação do Grupo de Trabalho e a redação desta apresentação foi incumbência de todos os docentes acima indicados, os quais, honrosamente, fazem parte ou colaboram com o CONPEDI e buscam em suas pesquisas e no seu ensino aprofundar o conhecimento sobre a Ciência Jurídica e a temática da Sustentabilidade, na esperança da conscientização da importância de vivermos em uma sociedade melhor.

É indiscutível a qualidade dos artigos apresentados, bastante problematizadores e com pistas de reflexão para o futuro, fruto das pesquisas realizadas por Mestrandos, Mestres, Doutorandos e Doutores dos diversos Programas de Pós-graduação e Doutorado em Direito de dezenas instituições de ensino brasileiras.

Nos textos, estimado(a) leitor(a), você encontrará trabalhos que representam um conhecimento aprofundado sobre Direito e Sustentabilidade, nas suas interrelações, abrangendo também outras áreas do conhecimento, como o Ambiente, as Políticas Públicas, a Educação, o Trabalho, o Patrimônio Cultural, entre outras.

Os autores dos artigos, por ordem alfabética do primeiro nome, foram: Adelaide Pereira Reis, Bruna Paula da Costa Ribeiro, Carlos Antônio Sari Júnior, Deisimar Aparecida Cruz, Edemise Andrade da Silva, Emerson Affonso da Costa Moura, Eyder Caio Gal, Fernanda Cristina Verediano, Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, Franciele Lippel Laubenstein, Gabriela Rolim Veiga, Geandre Oliveira da Silveira, Isadora Raddatz Tonetto, Jamir Calili Ribeiro, Jerônimo Siqueira Tybusch, José Cláudio Junqueira Ribeiro, Josemar Sidinei

Soares, Juliana Santiago da Silva, Liane Francisca Hüning Pazinato, Lisandra Carla Dalla Vechia Trombetta, Lyssandro Norton Siqueira, Marcos Délli Ribeiro Rodrigues, Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza, Maristella Rossi Tomazeli, Meirilane Gonçalves Velho, Natália Cerezer Weber, Natália Ribeiro Linhares, Raquel Helena Ferraz e Silva, Renato Zanolli Montefusco, Roberta Silva dos Santos, Rodrigo Portão Puzine Gonçalves, Rogerio Borba, Rosana Ribeiro Felisberto, Simara Aparecida Ribeiro Januário, e Talisson de Sousa Lopes.

Fica registrado o enorme prazer dos coordenadores do grupo de trabalho em apresentar este documento que, certamente, contém significativa contribuição para a Ciência Jurídica e para a temática da Sustentabilidade.

MUNICÍPIOS MINEIROS E RESPOSTAS NORMATIVAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO E DE RESÍDUOS SÓLIDOS À PANDEMIA DE COVID-19

MINAS GERAIS MUNICIPALITIES AND NORMATIVE RESPONSES IN PUBLIC POLICIES ON BASIC SANITATION AND SOLID WASTE TO THE COVID-19 PANDEMIC

Fernanda Henrique Cupertino Alcântara ¹
Rosana Ribeiro Felisberto
Emerson Affonso da Costa Moura

Resumo

Este artigo é um resultado parcial da pesquisa “Políticas Públicas de enfrentamento à pandemia de COVID-19 e catadoras(es) de material reciclável” e apresenta a discussão relativa à normatização e coordenação estabelecidas no Estado de Minas Gerais, envolvendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, durante o período pandêmico, no que tange ao combate à pandemia de Covid-19. Para tanto, recorreu a uma pesquisa exploratória e descritiva, considerando como estudo de caso os municípios nos quais existem Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs) de reciclagem atendidos pelo Programa Ambiente-se, da UFJF-GV. O objeto de estudo adotado nessa fase da pesquisa se restringiu a observar a quantidade e o perfil das normas estabelecidas no Estado de Minas Gerais ao longo dos anos de 2020 a 2023, no que tange à Covid-19. Ao cabo, discute em que medida a metodologia adotada pelo governo do Estado de Minas Gerais justificou a relação que os administradores municipais estabeleceram com os EES(s) de reciclagem em seu território de atuação.

Palavras-chave: Minas gerais, Políticas públicas, Normatização, Resíduos sólidos, Covid-19

Abstract/Resumen/Résumé

This article is a partial result of the research “Public Policies to combat the COVID-19 pandemic and collectors of recyclable material” and presents the discussion regarding the standardization and coordination established in the State of Minas Gerais, involving the Executive, Legislative and and Judiciary, during the pandemic period, with regard to combating the Covid-19 pandemic. To this end, we used exploratory and descriptive research, considering as a case study the municipalities in which there are recycling Solidarity Economic Enterprises (EESs) served by the Ambiente-se Program, from UFJF-GV. The object of study adopted in this phase of the research was restricted to observing the quantity and profile of standards established in the State of Minas Gerais throughout the years 2020 to 2023, with regard to Covid-19. Ultimately, it discusses to what extent the

¹ Professora Associada IV - UFJF-GV, Departamento de Direito

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO URBANÍSTICO, CIDADE E ALTERIDADE

ROSÂNGELA LUNARDELLI CAVALLAZZI

VALMIR CÉSAR POZZETTI

EMERSON AFFONSO DA COSTA MOURA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFRSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito urbanístico, cidade e alteridade [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Emerson Affonso da Costa Moura; Rosângela Lunardelli Cavallazzi; Valmir César Pozzetti – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-998-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito urbanístico. 3. Cidade e alteridade. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO URBANÍSTICO, CIDADE E ALTERIDADE

Apresentação

APRESENTAÇÃO

É com alegria que apresentamos os trabalhos defendidos no VII Encontro Virtual do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito do VII Encontro Virtual do CONPEDI – A Pesquisa Jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade - reunidos no Grupo de Trabalho nº 60 com o tema “Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade”. As pesquisas apresentadas, vinculadas aos programas de pós-graduação stricto sensu em Direito do país discutem questões importantes e atuais relativas aos temas: meio ambiente urbano, justiça climática, políticas urbanas, tecnologia e regularização fundiária, plano diretor das cidades, governança, participação popular e cidadania urbana, direitos humanos, propriedade e posse urbana, instrumentos jurídico-urbanísticos, direito à cidade, com abordagem interdisciplinar à luz das ciências sociais aplicadas e ciências humanas.

Neste sentido, o primeiro trabalho “MEIO AMBIENTE URBANO E TRÂNSITO: DESAFIOS NA APLICABILIDADE DE MULTAS AO PEDESTRE INFRATOR” dos autores Valmir César Pozzetti, Bruno Cordeiro Lorenzi e Elaine Bezerra de Queiroz Benayon discute, a partir da perspectiva do meio ambiente urbano e de forma comparada com outros sistemas jurídicos, a responsabilização das condutas dos pedestres no trânsito urbano, em especial, quanto ao jaywalking.

Em seguida a pesquisa “O DESAFIO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO RIO DE JANEIRO: DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS E DESCONSTRUÇÃO DOS VÍNCULOS DE PERTENCIMENTO DOS HABITANTES LOCAIS” das autoras Simara Aparecida Ribeiro Januário e Ana Cláudia Cardoso Lopes abordam a formação da cidade do Rio de Janeiro e suas paisagens culturais, observando os vínculos e pertencimento acerca do patrimônio histórico, bem como, o papel das políticas públicas estatais, em especial, quanto a patrimonialização da zona sul e revitalização da região portuária. O trabalho intitulado “A COMUNICAÇÃO ADEQUADA DO RISCO NO GERENCIAMENTO DE ÁREAS URBANAS DE RISCO DE DESASTRES” das autoras Camila Regina Peternelli, Silvana Terezinha Winckler e Reginaldo Pereira na perspectiva das teorias socioconstrutivistas dos

riscos, analisa a necessidade de comunicação e, portanto, governança dos riscos nas ocupações irregulares urbanas em áreas sujeitas às ações das mudanças climáticas, de modo a orientar as ações estatais de prevenção e mudança da cultura social sobre habitação.

No texto “PAPEL DO ADMINISTRADOR NO CONDOMÍNIO EM MULTIPROPRIEDADE: REPERCUSSÕES NA AQUISIÇÃO DA FRAÇÃO DE TEMPO DE UMA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA” de Fátima Cristina Santoro Gerstenberger, Guilherme Santoro Gerstenberger e Otto Guilherme Gerstenberger Junior, analisa-se o papel do administrador judicial na multipropriedade instituída em unidade de condomínio edilício, em especial, no papel da disciplina e especificação de obrigações do síndico definidas nas convenções.

Sara Fernanda Gama e David Elias Cardoso Camara com o o trabalho “GUARDIÕES DO TEMPO E DA MEMÓRIA: ANÁLISE JURÍDICA DO REGISTRO PÚBLICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMOBILIÁRIO”, problematizam o papel do Registro de Imóveis na publicidade, autenticidade e segurança dos bens tombados e, portanto, das transações imobiliárias fortalecendo a proteção do patrimônio cultural.

A pesquisa intitulada “O DIREITO URBANÍSTICO APLICADO: TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DAS CIDADES” dos autores Carla Izolda Fiuza Costa Marshall, Guilherme Santoro Gerstenberger e Pietra Rangel Bouças do Vale, discute o papel das políticas públicas urbanas, com foco na análise de intervenções urbanísticas realizadas nos municípios do Rio de Janeiro, Balneário Camboriú, Campos do Jordão e Gramado, na produção do ambiente urbano e na qualidade de vida dos cidadãos.

O texto “DIREITO À MORADIA E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: UMA ANÁLISE DOS DESASTRES CLIMÁTICOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL” das autoras Carina Lopes de Souza, Sabrina Lehnen Stoll e Elenise Felzke Schonardie visa levantar a necessidade de implementação de políticas públicas inclusivas e resilientes para efetivação do direito humano à moradia em um cenário marcado pela emergência climática a partir dos desastres vivenciados no Brasil, inclusive, no Estado do Rio Grande do Sul.

A investigação “TECNOLOGIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: UMA PERSPECTIVA DO DIREITO URBANÍSTICO SOBRE INCLUSÃO, SEGURANÇA JURÍDICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ” do autor Alfredo Ribeiro Da Cunha Lobo aponta a necessidade de utilização de ferramentas como Sistemas de Informação Geográfica (SIG),

blockchain e plataformas digitais como instrumentos de eficiência, transparência e participação no planejamento urbano, em especial, na regularização fundiária para a construção de cidades mais justas e inclusivas.

O trabalho “FINANCIAMENTO E ESTRATÉGIAS PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS FONTES TRADICIONAIS E DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS” também do autor Alfredo Ribeiro Da Cunha Lobo discute os prós e contras da captação de recursos pelas fontes tradicionais à luz da eficácia, acessibilidade, sustentabilidade e impactos legais apontando para o financiamento com uso de políticas público-privadas com suas implicações, vantagens e limitações na regularização fundiária.

O estudo “SANEAMENTO BÁSICO NO DISTRITO FEDERAL: ANÁLISE DA EMPRESA CAESB SOB ÓTICA DO DIREITO URBANÍSTICO, NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO E DAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS” dos autores Alisson Evangelista Silva e Paulo Afonso Cavichioli Carmona, discute a universalização do direito fundamental ao saneamento básico no Distrito Federal através da verificação das prioridades das respectivas políticas públicas na cidade e a judicialização das demandas relativas à empresa fornecedora do respectivo serviço público.

A pesquisa “NOVAS ESTRATÉGIAS DO PLANO DIRETOR DE SÃO PAULO” dos autores Edson Ricardo Saleme, Cleber Ferrão Corrêa e Marcio Hiroshi Ikeda investiga a finalidade de adensamento urbano assumida pela política urbana municipal e implementada com as alterações adotadas no plano diretor estratégico da cidade de São Paulo, aprovado, sem a previsão de planos setoriais de ordenação do crescimento com as respectivas dotações orçamentárias.

O texto “A DIGNIDADE DA PESSOA URBANA” do autor Eduardo Lopes Machado propõe a garantia da dignidade da pessoa urbana, individual ou coletivamente considerada, compreendida mediante implementação relativa aos direitos humano-fundamentais de moradia, mobilidade, segurança e sustentabilidade no âmbito das cidades.

Com o trabalho “MOBILIDADE É JUSTIÇA?” dos autores Luciana Silva Garcia e Alessandro Eduardo Silva de Moura parte-se da obra de Amartya Sen para discutir se o modelo de mobilidade urbana, no âmbito da teoria da justiça, na perspectiva da expansão das liberdades e, considerando, o transporte coletivo essencial para os mais desfavorecidos e para a construção de uma sustentabilidade urbana.

A investigação “ENTRE O AMOR E A CIDADE: O FIM DO FLÂNEUR DOSTOIEVSKIANO COMO ARQUÉTIPO SOCIAL” dos autores Guilherme Marques Laurini, Elenise Felzke Schonardie e Micheli Pilau de Oliveira, aponta como o arquétipo do flâneur cumpriu papel fundamental na compreensão dos centros urbanos permitindo identificar os padrões sociais que se manifestam nas cidades, especialmente em uma sociedade pragmática, onde a emoção e a capacidade de enxergar e sentir o outro são desestimuladas.

O estudo “A GOVERNANÇA AMBIENTAL DAS CIDADES: O DIREITO DE MORADIA, AS INVASÕES URBANAS E OS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS” dos autores Nilson Teixeira Dos Santos Júnior e Mário Luiz Campos Monteiro Júnior aborda a necessidade de políticas públicas para implementação da governança ambiental, permitindo a atuação de atores sociais na gestão dos recursos hídricos garantindo o acesso ao direito à moradia digna com acesso a água de qualidade.

O texto “MOBILIDADE URBANA E INCLUSÃO SOCIAL: O RACISMO URBANO COMO IMPEDITIVO DO DIREITO DE IR E VIR DOS MORADORES DA PERIFERIA DE ICOARACI NA CIDADE DE BELÉM/PA”, das autoras Bruna Melo da Silva e Daniella Maria Dos Santos Dias, analisa o papel que o sistema de transporte público nas políticas urbanas, além de instrumento da mobilidade urbana, constituindo também meio para redução da segregação urbana e exclusão social dos moradores da periferia.

A pesquisa “CORRUPÇÃO URBANA E SEUS MEANDROS SOCIAIS” dos autores Paulo Afonso Cavichioli Carmona e Wainer Augusto Melo Filemon identifica como a desregulamentação nas contratações urbanísticas, a discricionariedade ampliada, a lentidão dos processos administrativos, a falta de estruturas compatíveis com a necessidade de gestão e a quantidade de normas a serem atendidas favorecem a corrupção urbanística.

O trabalho “PARTICIPAÇÃO POPULAR E PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL” dos autores Émilien Vilas Boas Reis e Stephanie Rodrigues Venâncio problematiza as potencialidades do instrumento de audiências públicas para gestão eficiente dos espaços urbanos, de forma a contribuir com a transparência das decisões políticas e direcioná-las à promoção dos direitos sociais garantindo o atendimento fins, da justiça social e da ordem constitucional.

O estudo “PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS E A EFETIVIDADE DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS 20 ANOS DEPOIS DO ESTATUTO DA CIDADE” do autor João Emilio de Assis

Reis, discute, a partir do princípio do planejamento, a análise da efetividade da obrigatoriedade da implementação do plano diretor como política de ordenação urbana fundamental para os municípios, nas hipóteses legais.

A investigação “DE TERRA DAS MANGUEIRAS A TERRA DO CALOR: COMO A DESARBORIZAÇÃO DESAFIA A CONSTITUIÇÃO E O PLANO DIRETOR” dos autores Bruno Soeiro Vieira, Asafe Lucas Correa Miranda e Jorge Adriano da Silva Borges constrói um direito à uma cidade arborizada a partir da tutela constitucional do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, de forma a comparar o disposto do Plano Diretor da cidade de Belém em relação a ação governamental de desarborização e a crescente verticalização no município.

O texto “RESILIÊNCIA EM MOVIMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE AFETAÇÃO DA MOBILIDADE URBANA FRENTE A DESASTRES E EVENTOS CLIMÁTICOS NO RIO DE JANEIRO” dos autores Ana Flávia Costa Eccard, Jordana Aparecida Teza e Salesiano Durigon problematiza a necessidade de infraestrutura de mobilidade urbana para resiliência da cidade diante de desastres naturais como inundações, apresentando políticas e estratégias que podem melhorar a mobilidade e a resposta a emergências na cidade.

A pesquisa “A PROTEÇÃO DO DIREITO HUMANO-FUNDAMENTAL À MORADIA NA FUNÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS CONTRATOS IMOBILIÁRIOS: ANÁLISE DA TUTELA DO ADQUIRENTE DA PROPRIEDADE URBANA NA POLÍTICA HABITACIONAL NO TEMA 982 DO STF” dos autores Emerson Affonso da Costa Moura, Marcos Alcino de Azevedo Torres e Takeo Contão Abe verifica a tensão entre o direito humano-fundamental à moradia e a função socioeconômica dos contratos imobiliários na política pública de habitação, à luz do tema 982 do Supremo Tribunal Federal, de forma a determinar que a função socioeconômica dos contratos imobiliários importa contudo, deve abranger a promoção na dimensão dos valores social, inclusive, a tutela do direito humano-fundamental à moradia.

O trabalho “DIREITO AO SOL: REFLEXOS DOS IMPACTOS DA VERTICALIZAÇÃO EM CIDADES COSTEIRAS, O CASO DE SANTOS/SP” dos autores Mateus Catalani Pirani, Juliette Fratelli Achiamé e Daniel Stipanich Nostre, busca verificar, com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e ao próprio direito ao sol, como a urbanização excessiva em cidades costeiras aliada ao fenômeno da verticalização e construção desordenada, impacta na qualidade de vida e bem-estar da população.

Por fim, o estudo “DESAFIOS URBANÍSTICOS E FUNDIÁRIOS NA AMAZÔNIA: RELATO SOBRE SOLUÇÕES JURÍDICAS PARA A TITULAÇÃO DE AGRICULTORES URBANOS E PERIURBANOS EM MUNICÍPIOS NO ESTADO DO PARÁ” das autoras Ana Luisa Santos Rocha e Luly Rodrigues Da Cunha Fischer discute a institucionalização das iniciativas do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana na Amazônia, diante da complexidade das questões fundiárias e em sua articulação com o processo de regularização, pelo município.

Com abordagens inovadoras sobre as questões contemporâneas que envolvem as cidades brasileiras, os trabalhos apresentados trazem luzes para os debates relativos ao direito urbanístico pátrio e o estudo da academia sobre a matéria renovando o papel do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, ao qual convidamos todas e todos os estudiosos à leitura.

Os integrantes do Grupo de Trabalho registram a solidariedade e o compromisso institucional do CONPEDI com a população do estado do Rio Grande do Sul em face do desastre ambiental ocorrido entre os meses de abril e maio do corrente ano.

Inverno de 2024.

Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura (PPGD/UERJ e PPGD/UNIRIO)

Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi (PROURB/UFRJ e PUCRio)

Prof. Dr. Valmir César Pozzetti (PPGD/UEA e PPGD/UFAM)

**A PROTEÇÃO DO DIREITO HUMANO-FUNDAMENTAL À MORADIA NA
FUNÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS CONTRATOS IMOBILIÁRIOS: ANÁLISE DA
TUTELA DO ADQUIRENTE DA PROPRIEDADE URBANA NA POLÍTICA
HABITACIONAL NO TEMA 982 DO STF**

**THE PROTECTION OF THE HUMAN RIGHT TO HOUSING IN THE SOCIO-
ECONOMIC FUNCTION OF REAL ESTATE CONTRACTS: PROTECTION OF
THE ACQUIRER OF URBAN PROPERTY IN HOUSING POLICY IN STF**

Emerson Affonso da Costa Moura ¹

Marcos Alcino de Azevedo Torres ²

Takeo Contão Abe ³

Resumo

Busca o presente trabalho, portanto, verificar a tensão entre o direito humano-fundamental à moradia e a função socioeconômica dos contratos imobiliários na política pública de habitação, à luz do tema 982 do Supremo Tribunal Federal e o papel da propriedade urbana. Adota-se como hipótese, que a função socioeconômica dos contratos imobiliários importa na proteção dos valores liberais da ordem econômica e proteção da livre iniciativa, porém, deve abranger a promoção na dimensão dos valores social, inclusive, a tutela do direito humano-fundamental à moradia. Tem-se como objetivo, determinar o conteúdo que assume a função socioeconômica dos contratos imobiliários na política pública de habitação, de modo a permitir a promoção da moradia. Para tanto, inicialmente, analisa-se o direito humano-fundamental à moradia, após a função socioeconômica dos contratos imobiliários e estudo do caso do tema 982 do Supremo Tribunal Federal. Adota-se por método de abordagem, o dedutivo-indutivo, de procedimento o estruturalista e de interpretação escolhe-se o sistemático

Palavras-chave: Direito a moradia, Propriedade urbana, Função socioeconômica, Política de habitação, Contratos imobiliários

Abstract/Resumen/Résumé

This work seeks, therefore, to verify the tension between the fundamental human right to housing and the socioeconomic function of real estate contracts in public housing policy, in light of theme 982 of the Federal Supreme Court and the role of urban property. The hypothesis is adopted that the socioeconomic function of real estate contracts is important in

¹ Coordenador e professor permanente do PPGD/UNIRIO. Professor colaborador do PPGD/UERJ. Docente da UNIRIO e da UFRRJ. Doutor em Direito pela UERJ.

² Professor permanente do PPGD/UERJ. Docente e Doutor pela UERJ. Desembargador do TJRJ

³ Graduando em Direito pela UFRRJ. Pesquisador do Centro de Pesquisa de Jurisdição Constitucional pela UFRRJ.



GENERAL PROGRAM

The Winter School is organized in three different moments during the day.

MORNING LECTURES

Each morning from **9:00 to 10:00**, all the participants will participate in the **morning lectures**.

COURSES

After a coffee break, the participants are divided into two different groups and follow a **course** given by an international scholar from **10:15 to 12:15**. They have to choose between:

- **Applying Policy Analysis in the 21st century** by [Andrea Migone](#)
- **Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches** by [Philippe Zittoun](#)

AFTERNOON WORKSHOP

The afternoon will be dedicated to a three-hour workshop on **research design**, during which participants will have the opportunity to present a paper for which they would like to receive constructive feedback from the other participants and the professor. This paper can be a doctoral thesis research project or a project of an article they would like to submit to a journal or present at a conference. The relevant size would be from 5.000 to 10.000 words and it must include a clear research question, a presentation of methodology, and some key arguments.

Participants who don't present a paper will discuss the papers presented with the professor. All the participants are expected to read the papers before the workshop to engage in constructive discussions.

TENTATIVE PROGRAM



Monday 19	Tuesday 20	Wednesday 21	Thursday 22	Friday 23
9:00 - 10:00 Welcome Speech	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture
10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break
10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course
12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch
14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 17:00 Free Afternoon - Outdoor activities	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 16:00 Workshop on Research Design
15:30 - 15:45 Coffee Break	15:30 - 15:45 Coffee Break		15:30 - 15:45 Coffee Break	16:00 - 17:00 Conclusion
15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	15:45 - 17:15 Workshop on Research Design		15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	Check-out



INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION

LAET-ENTPE, 3 Rue Maurice Audin
69120 Vaulx en Velin, France
Tel. +33 (0) 72 04 72 53

> contact@ippa-pp.org

IPPA NEWSLETTER

Subscribe

FOLLOW US



-

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

ABSTRACT

This course focuses on how to study Policy Processes by mobilizing different qualitative perspectives, from Constructivist to Pragmatic Approaches. Its main objective is to identify and discuss how we can empirically and methodologically grasp the policy process by observing and defining the struggles around the problem and also around the meaning of proposed solutions. Special attention will be paid to the building of coalitions, existing powerful dimensions, and the solutions to the different challenges encountered along their path.

Why do some solutions manage to make it to the decision-making process whereas others fail? Under what conditions and at what price do solutions make it to the solution agenda? How do some actors succeed in "domesticating" "wicked" problems? First, this course will explore the career of a public problem, from emergence to agenda-setting.

Second, it will explore the career of the proposal as it passes through different areas such as bureaucracy, the advice system, and the political arena. Policy problems and solutions will be observed based on three games: the game of language where a statement takes on meaning and becomes a problem/solution, the game of actors where this definition is stabilized through coalition building, and the game of power through the formation of multiple levels of power.

The course will draw on the studies undertaken by key authors in the field and will explore how they perceive the political dimension in the policy process. It will also propose different concepts and approaches to help grasp the policy process from a different perspective.

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

PLANNING

MONDAY AUGUST 19

Public Policy - General Introduction

9.00 - 10.00	WELCOME SPEECH
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 1: The main idea of this morning's course is to provide a general introduction to public Policy Studies. We will begin by discussing different definitions and the main research questions found in Policy Studies. Additionally, each participant will share their definition and the literature they have utilized. This introduction will help us understand the diversity of perspectives in the literature and the various approaches developed by the participants in the group. We will also use classical definitions from the literature to engage in a discussion about the complexity of studying policy objects and the challenges associated with understanding the processes and influences that shape them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 1: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 1: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH
CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE
APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

TUESDAY AUGUST 20

The problem definition and its agenda

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 2 : The course begins by examining the emergence of different perspectives within sociology and political science regarding public problems and agenda setting. It starts with the famous controversies between John Dewey and Walter Lippmann in 1925/27 on the nature of the public and its problems. The course aims to explore how sociology debates have intertwined with political science debates, particularly those concerning the subjective and objective definitions of public problems, as well as the behavioral approaches to decision-making versus elitist approaches to the pre-decision process. Furthermore, the course delves into the concept of the "agenda" and its connections to various arenas, such as the media agenda and the governmental agenda. This exploration helps to understand the limitations of the concept and the research challenges it presents. Finally, the course concludes by discussing the defining characteristics of the agenda itself and how policymakers and spokespersons struggle to impose their own definitions in different arenas.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 2: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 2: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

WEDNESDAY AUGUST 21

A Constructivist and Pragmatist Perspective of Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 3 : This course revisits the dominant model that has developed in the literature for understanding the Policy Process and its limitations. It focuses specifically on the epistemological gap between the pragmatist approaches to problem-solving as a social construct and the positivist approaches to solutions and coupling. In order to propose an alternative, the course first delves into the pragmatist philosophy of Pierce, James, and Dewey. It explores their rejection of causal models and the divisions between object and subject, individual and society, among others. The course then examines the influence of pragmatist sociology on scholars such as Lasswell and the Chicago School. It also explores the contributions of authors like Latour, Boltanski, Bourdieu, and Foucault, who have provided insights into understanding social activities as transactions between individual identity and discourse. Drawing on this literature, the course presents a pragmatist perspective on the policy process, with a specific focus on the definition of policy statements and the multiple argumentations used to support and propagate them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 17.00	FREE AFTERNOON

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

THURSDAY AUGUST 22

The Policy Formulation between experts, bureaucrats and politicians

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 4: This course revisits the two main dimensions discussed in Policy Studies regarding Policy Formulation: the definition of the proposal and the configuration in which this discussion occurs. Regarding the first point, the course proposes to view the Policy Proposal as a social construction, similar to how we approach the Public Problem. The main focus is understanding the knowledgetypes utilized in shaping a Policy Proposal Statement. This includes examining its instrumentation, its capacity to address an unresolved problem redefined as treatable, and the shaping of the relationship between the government and its public. The second dimension pertains to the venues where this definition process takes place and where it propagates. By revisiting the numerous controversies surrounding different configurations proposed in Policy Literature (such as Policy System, Policy Subsystem, Policy Community, Policy Venue, etc.), the course delves into researchers' ability to understand better the multiple hidden micro-spaces where discussions and struggles occur to comprehend the trajectory of the Policy Proposal.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 3: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 3: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

FRIDAY AUGUST 23

Qualitative Methodology to Study Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 5 : In this final course, the focus is on discussing the various methods employed to conduct qualitative studies on the Policy Process. The main objective is to engage in a discussion about the epistemological reflexivity of these methods and their inherent biases. Additionally, the course includes a practical component where participants will engage in a simulation exercise of conducting qualitative interviews. The course begins by exploring how to study written documents such as reports, newspaper articles, notes, websites, parliamentary debates, and public discourses. The main question revolves around how to consider the content of these documents in research investigations and the biases that may arise from their inclusion. Special attention will be given to qualitative interviews, which are frequently used but often not sufficiently interrogated as a methodological practice. The aim is to develop the capacity to design and conduct qualitative interviews, and to understand the various techniques involved, such as understanding why certain questions are not asked ("Why never asked Why") or the significance of interviews lasting at least one hour. The course seeks to provide practical skills and insights into conducting qualitative research interviews effectively.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 16.00	Workshop 4: Discussion on participant's research project
16.00 - 17.00	CONCLUSION



Rio Winter School 2024 – List of Participants & teams of discussion

Philippe Zittoun's group on Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches

#	NAME	<i>Paper discussed by</i>	<i>Day of Presentation</i>
10	Lorena Mourão de Oliveira	Emerson Affonso da Costa Moura	Monday 19
1	Ricardo Duarte	Maria Paula Lucia de Oliveira	Monday 19
12	Emerson Affonso da Costa Moura	Laila Maria Domith Vicente	Tuesday 20
20	Taissa Sales Romeiro	Lorena Mourão de Oliveira	Tuesday 20
23	Maria Paula Lucia de Oliveira	Willis Santiago Guerra Filho	Thursday 22
24	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Ricardo Duarte	Thursday 22
15	Laila Maria Domith Vicente	Caroline Gonzaga	Thursday 22
25	Willis Santiago Guerra Filho	Taissa Sales Romeiro	Friday 23
28	Caroline Gonzaga	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Friday 23

Your paper will be only shared with your fellow group members to facilitate the discussion during the workshop sessions. It can be a research project or an article and must have a certain length: for research projects, at least 10 pages long, and for articles, 7,000 to 10,000 words, in compliance with international standards.

Presentation timing:

- Presentation: **15 minutes**
- Discussion: **10 minutes**
- General Discussion with the group: **20 minutes**

V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI) PROGRAMACIÓN



V CONGRESO DE DERECHO
CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)
- 07/10/2024 – 09/10/2024 - EVENTO EN LÍNEA

V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)

Del lunes 07 al miércoles 09 de octubre de 2024

INSCRIPCIONES Y CERTIFICADOS: <https://www.even3.cl/e/v-congreso-de-derecho-constitucional-e-internacional-cdci-478073>

Conferencia de Apertura: Derechos y deberes recíprocos

Lunes 07 de octubre de 2024

Iniciaremos con la ponencia del profesor Rafael de Asís, en torno al tema de los derechos y deberes fundamentales, como aporte para enfrentar algunos de los actuales desafíos en el derecho constitucional. La profesora Emilia Bea Pérez, expondrá acerca de la relación entre los derechos, los deberes y la noción de responsabilidad. La profesora Cristiana Senigaglia analizará la correlatividad de los derechos y deberes en la obra de Hegel. Alexander Espinoza discutirá acerca de los derechos fundamentales y los deberes recíprocos, como habían sido concebidos desde Pufendorf, hasta los deberes frente al Estado, como quedarían plasmados en las Constituciones modernas.

Ver emisión en directo:

https://youtube.com/live/hCVV_Hr6VoM?feature=share

9:00 Chile / 14:00 Madrid - 9:15 Chile / 14:15 Madrid	Presentación
9:15 Chile / 14:15 Madrid - 9:45 Chile / 14:45 Madrid	Rafael de Asís. Catedrático de Filosofía del Derecho de la Universidad Carlos III de Madrid, España.
9:45 Chile / 14: 45 Madrid - 10:15 Chile / 15:15 Madrid	Emilia Bea Pérez. Profesora de Filosofía del Derecho y Filosofía Política en la Universitat de Valencia, España.
10:15 Chile / 15:15 Madrid - 11:45 Chile / 16:45 Madrid	Cristiana Senigaglia. Profesora de la Universidad de Passau, Alemania.
11:45 Chile / 16:45 Madrid - 12:15 Chile / 17:15 Madrid	Alexander Espinoza Rausseo. Académico investigador de la Universidad de Las Américas, Chile.

V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)

Del lunes 07 al miércoles 09 de octubre de 2024

INSCRIPCIONES Y CERTIFICADOS: <https://www.even3.cl/e/v-congreso-de-derecho-constitucional-e-internacional-cdci-478073>

Mesa 1: Direitos e controle judicial de políticas públicas

Martes 08 de octubre de 2024	
Neste espaço, apresentaremos diversos posicionamentos que servem para estimular a reflexão e o debate sobre a questão dos direitos e do controle judicial de políticas públicas.	
Ver emisión en directo: https://youtube.com/live/k0hHon_Xp6c?feature=share	
9:00-9:15	Moderador: Emerson Affonso da Costa Moura
9:45 Chile / 14: 00 Madrid - 12:15 Chile / 17:15 Madrid	Luis Guillermo Palacios Sanabria. Académico y Director del Departamento de Derecho Constitucional de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad San Sebastián, Chile. Ponencia: <i>La Representación Política de los Ciudadanos Residentes en el Extranjero: El Rol de la Jurisprudencia Constitucional en la Adopción del Sufragio Extraterritorial</i>
	Priscilla Alejandra Brevis Cartes. Académica investigadora de la Universidad de Concepción, Chile. Ponencia: <i>Violencia de género, participación política de las mujeres y Estado de Derecho.</i>
	Fabio Periandro. Profesor asociado de Derecho Constitucional y Ciencia Política de la Universidad Federal de Bahía (UFBA). Ponencia: <i>Deberes fundamentales para la implementación de políticas públicas en Brasil y Chile</i>
	André Fontes. Professor na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNI-RIO Ponencia: <i>Judicialização das políticas publicas</i>

V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)

Del lunes 07 al miércoles 09 de octubre de 2024

INSCRIPCIONES Y CERTIFICADOS: <https://www.even3.cl/e/v-congreso-de-derecho-constitucional-e-internacional-cdci-478073>

Mesa 2: Derechos fundamentales y políticas públicas

Miércoles 09 de octubre de 2024	
En este espacio presentaremos diversas posturas que sirvan para incentivar la reflexión y el debate en torno al tema de los derechos fundamentales y las políticas públicas, como aporte para enfrentar algunos de los actuales desafíos en el derecho constitucional.	
Ver emisión en directo: https://youtube.com/live/Z6h5n-USn50?feature=share	
9:00-9:15	Moderador: Emerson Affonso da Costa Moura
9:15 Chile / 14:15 Madrid - 11:45 Chile / 16:45 Madrid	Antonio Canova. Profesor en la Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), Venezuela. Ponencia: <i>Órdenes espontáneos educativos en Venezuela: Microescuelas por doquier.</i>
	Víctor Hernández-Mendible. Director del Centro de Estudios de Regulación Económica (CERECO) en la Universidad Monteávila (Venezuela). Ponencia: <i>El derecho humano al ambiente y las políticas públicas</i>
	Emerson Affonso da Costa Moura. Coordinador do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu da UNIRIO. Ponencia: <i>El control por parte del tribunal constitucional de las políticas públicas de derechos sociales en Brasil</i>
11:45 Chile / 16:45 Madrid - 12:15 Chile / 17:15 Madrid	Javier Gacía. Académico Investigador de la Universidad de Las Américas, Chile. Ponencia: <i>Políticas públicas para la protección de la libertad de prensa en Chile</i>

V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)

Del lunes 07 al miércoles 09 de octubre de 2024

INSCRIPCIONES Y CERTIFICADOS: <https://www.even3.cl/e/v-congreso-de-derecho-constitucional-e-internacional-cdci-478073>

Mesa 3: Derechos fundamentales y deberes recíprocos

Miércoles 09 de octubre de 2024	
En este espacio presentaremos ponencias y videos documentales en torno al método de desarrollo de casos de los derechos fundamentales y los deberes recíprocos.	
Ver emisión en directo: https://youtube.com/live/lvPCuptmJco?feature=share	
9:00-9:15	Presentación
9:45 Chile / 14: 00 Madrid - 12:15 Chile / 17:15 Madrid	Jhenny Rivas Alberti. Académica Investigadora de la Universidad de Las Américas, Chile. Ponencia: <i>La neutralidad del Estado en la educación</i>
	Leyla Manar Tadros Cárdenas. Estudiante de la Universidad de Las Américas, Chile. Ponencia: <i>Estado, educación, derechos fundamentales y roles de género</i>
	Catalina Osorio Oyarzun / Asunción Gacitúa De las Heras. Estudiantes de la Universidad Andrés Bello, Chile. Video: <i>El caso Doe vs las Escuelas Kamehameha</i>
	Gustavo Jorquera. Estudiante de la Universidad Andrés Bello, Chile. Video: <i>Runyon v. McCrary</i>
	Alexander Espinoza Rausseo. Académico Investigador de la Universidad de Las Américas, Chile. Video: <i>Lloyd Vs. Tanner y Los deberes mediatos prima facie</i>

O evento já encerrou...

2nd International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policies

[VER EVENTO](#)

Eventos para você



NUMANICE | RIO DE JANEIRO

[Data extra]

Riocentro - Rio de Janeiro, RJ

DOM, 08 DEZ - 14:00



Love Sessions Festival w/ Vintage Culture & Anna

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, RJ

SAB, 14 DEZ - 19:00



Museu do Ipiranga

Museu do Ipiranga - São Paulo, SP

29 OUT > 31 JAN



Budah - Turnê Púrpura

Casa Natura Musical - São Paulo,

QUI, 13 MAR - 21:00

Vem viver com a gente



Benefícios
Mastercard



Réveillon 2025



Carnaval



Festas e Shows



Teatros e
Espetáculos



Stand Up Comedy



Passeios e Tours

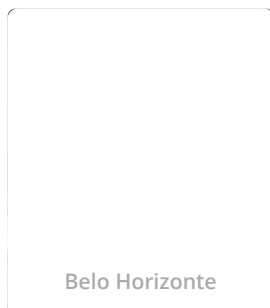


Es

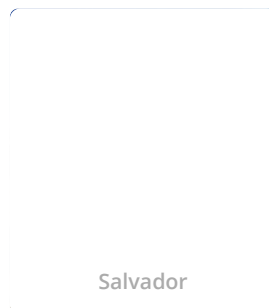
O melhor de cada cidade



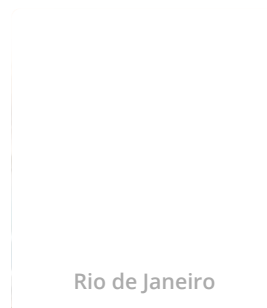
São Paulo



Belo Horizonte



Salvador



Rio de Janeiro



Porto Alegre

[COMPARTILHAR](#)

2nd International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policies

02 dez - 2024 • 07:00 > 03 dez - 2024 • 12:00

Evento Online via Indefinida

Descrição do evento

Dia 2/12/2024, das 7h até 12h (12/2/2024 - 7am to 12pm - Brazilian time):

No primeiro dia do II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, será inaugurada uma série de palestras com foco em abordagens transnacionais sobre direitos humanos, constitucionalismo e políticas públicas. O evento reunirá especialistas de renome internacional, que compartilharão análises teóricas e experiências práticas sobre temas de alta relevância para o cenário global contemporâneo. Este primeiro encontro será marcado por debates qualificados e reflexões críticas, no qual o diálogo interdisciplinar e as discussões sobre políticas públicas inclusivas ocuparão o centro das atenções. Trata-se de uma oportunidade única para engajar-se em uma jornada acadêmica de impacto e ampliação de perspectivas.

On the first day of the II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, a series of lectures will launch a comprehensive exploration of transnational approaches to human rights, constitutionalism, and public policy. The event will bring together internationally renowned experts to share theoretical insights and practical experiences on topics of significant global relevance. This inaugural session will feature high-level debates and critical reflections, in which interdisciplinary dialogue and discussions on inclusive public policies will take center stage. It is a unique opportunity to engage in an impactful academic journey and broaden perspectives.

Dia 3/12/2024, das 7h até 12h (12/3/2024 - 7am to 12pm - Brazilian time):

No segundo dia do II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, o foco será uma análise detalhada da relação entre políticas públicas e direitos humanos, considerando diversos contextos sociopolíticos e enfrentando desafios contemporâneos de maneira crítica. O programa incluirá exposições e debates conduzidos por especialistas renomados, explorando questões como as implicações do constitucionalismo na efetivação das garantias fundamentais e as respostas institucionais às desigualdades estruturais. Com abordagem acadêmica rigorosa e foco em soluções inovadoras, este dia proporcionará um ambiente propício ao desenvolvimento de reflexões estratégicas e à construção de contribuições relevantes para o avanço das políticas públicas e dos estudos de direito transnacional.

On the second day of the II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, the focus will be on a detailed analysis of the intersection between public policy and human rights, considering diverse sociopolitical contexts and critically addressing contemporary challenges. The program will include presentations and debates led by renowned specialists, exploring issues such as the implications of constitutionalism for the realization of fundamental guarantees and institutional responses to structural inequalities. With a rigorous academic approach and emphasis on innovative solutions, this day will foster strategic reflections and contribute to meaningful advancements in public policy and transnational legal studies.

[A programação dos palestrantes de cada dia segue abaixo:](#)

2 de dezembro de 2024:

Emerson Affonso da Costa Moura
Ella Gorian
Sonu Argawal
Prabhpreet Singh
Albin Anto
Vinodh Jaichand
Raquel Z. Yrigoyen Fajardo
Agnieszka Bieñ-Kacała
Marieta Safta, Geanina Banu e Iustin
Priescu
Maria Gomez
Benedito Adeodato

3 de dezembro de 2024:

Oswaldo Lima Junior
Maree Crabbe
Ausma Bernot
Antonietta Elia
Tetiana Drakokhrust
Nyasha Mboti
Gabrielle Bardall
Pierre-Guillaume
Tamara Thermitus
Anna Tarnowska
Edna Raquel Hogemann

Política do evento

Cancelamento de pedidos pagos

Cancelamentos de pedidos serão aceitos até 7 dias após a compra, desde que a solicitação seja enviada até 48 horas antes do início do evento.

[Saiba mais sobre o cancelamento](#)

Edição de participantes

Você poderá editar o participante de um ingresso apenas uma vez. Essa opção ficará disponível até 24 horas antes do início do evento.

[Saiba como editar participantes](#)

[Termos e políticas](#) [Denunciar este evento](#)

Como acessar o evento



Acesse a aba **Ingressos** no site ou no app Sympla disponível para **iOS** e **Android**



Selecione o evento desejado e toque no botão **acessar evento**



Pronto! O link de acesso também será enviado para você por email.

[Saiba mais sobre o acesso a eventos online](#)

Sobre o produtor

Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas

Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

[✉ Fale com o produtor](#)

Métodos de pagamento



💰 [Parcele sua compra em até 12x](#)

Compre com total segurança

Os dados sensíveis são criptografados e não serão salvos em nossos servidores.



Google
Safe Browsing



Precisando de ajuda?

Acessa a nossa [Central de Ajuda](#) Sympla ou Fale com o produtor.

 [Fale com o produtor](#)

COMPRA PELO APP  

- ENCONTRE EVENTOS
- CIDADES
- CATEGORIAS
- PARA PRODUTORES
- CRIE SEU EVENTO
- AJUDA
- Ver todas opções

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

ELCIO NACUR REZENDE

JERÔNIMO SIQUEIRA TYBUSCH

JOSE MOISES RIBEIRO

**LUÍS FERNANDO PIMENTEL DE OLIVEIRA VASCONCELOS
ABREU**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - Ufersa - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito e sustentabilidade I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Elcio Nacur Rezende; Jerônimo Siqueira Tybusch; Jose Moises Ribeiro; Luís Fernando Pimentel de Oliveira Vasconcelos Abreu – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-949-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Sustentabilidade. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

Apresentação

Esta publicação reúne os artigos aprovados no Grupo de Trabalho intitulado Direito e Sustentabilidade I, do VII Encontro Virtual do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, realizado entre 24 e 28 de junho de 2024, tendo como tema A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade.

O grupo foi coordenado pelos Professores Doutores Elcio Nacur Rezende, da Escola Superior Dom Helder Câmara e Faculdade Milton Campos, Jerônimo Siqueira Tybusch, da Universidade Federal de Santa Maria, José Moisés Ribeiro, da Faculdade de Direito de Franca, e Luís Vasconcelos Abreu, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Instituto Universitário de Lisboa.

Portanto, a coordenação do Grupo de Trabalho e a redação desta apresentação foi incumbência de todos os docentes acima indicados, os quais, honrosamente, fazem parte ou colaboram com o CONPEDI e buscam em suas pesquisas e no seu ensino aprofundar o conhecimento sobre a Ciência Jurídica e a temática da Sustentabilidade, na esperança da conscientização da importância de vivermos em uma sociedade melhor.

É indiscutível a qualidade dos artigos apresentados, bastante problematizadores e com pistas de reflexão para o futuro, fruto das pesquisas realizadas por Mestrandos, Mestres, Doutorandos e Doutores dos diversos Programas de Pós-graduação e Doutorado em Direito de dezenas instituições de ensino brasileiras.

Nos textos, estimado(a) leitor(a), você encontrará trabalhos que representam um conhecimento aprofundado sobre Direito e Sustentabilidade, nas suas interrelações, abrangendo também outras áreas do conhecimento, como o Ambiente, as Políticas Públicas, a Educação, o Trabalho, o Patrimônio Cultural, entre outras.

Os autores dos artigos, por ordem alfabética do primeiro nome, foram: Adelaide Pereira Reis, Bruna Paula da Costa Ribeiro, Carlos Antônio Sari Júnior, Deisimar Aparecida Cruz, Edemise Andrade da Silva, Emerson Affonso da Costa Moura, Eyder Caio Gal, Fernanda Cristina Verediano, Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, Franciele Lippel Laubenstein, Gabriela Rolim Veiga, Geandre Oliveira da Silveira, Isadora Raddatz Tonetto, Jamir Calili Ribeiro, Jerônimo Siqueira Tybusch, José Cláudio Junqueira Ribeiro, Josemar Sidinei

Soares, Juliana Santiago da Silva, Liane Francisca Hüning Pazinato, Lisandra Carla Dalla Vechia Trombetta, Lyssandro Norton Siqueira, Marcos Délli Ribeiro Rodrigues, Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza, Maristella Rossi Tomazeli, Meirilane Gonçalves Velho, Natália Cerezer Weber, Natália Ribeiro Linhares, Raquel Helena Ferraz e Silva, Renato Zanolli Montefusco, Roberta Silva dos Santos, Rodrigo Portão Puzine Gonçalves, Rogerio Borba, Rosana Ribeiro Felisberto, Simara Aparecida Ribeiro Januário, e Talisson de Sousa Lopes.

Fica registrado o enorme prazer dos coordenadores do grupo de trabalho em apresentar este documento que, certamente, contém significativa contribuição para a Ciência Jurídica e para a temática da Sustentabilidade.

MUNICÍPIOS MINEIROS E RESPOSTAS NORMATIVAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO E DE RESÍDUOS SÓLIDOS À PANDEMIA DE COVID-19

MINAS GERAIS MUNICIPALITIES AND NORMATIVE RESPONSES IN PUBLIC POLICIES ON BASIC SANITATION AND SOLID WASTE TO THE COVID-19 PANDEMIC

Fernanda Henrique Cupertino Alcântara ¹
Rosana Ribeiro Felisberto
Emerson Affonso da Costa Moura

Resumo

Este artigo é um resultado parcial da pesquisa “Políticas Públicas de enfrentamento à pandemia de COVID-19 e catadoras(es) de material reciclável” e apresenta a discussão relativa à normatização e coordenação estabelecidas no Estado de Minas Gerais, envolvendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, durante o período pandêmico, no que tange ao combate à pandemia de Covid-19. Para tanto, recorreu a uma pesquisa exploratória e descritiva, considerando como estudo de caso os municípios nos quais existem Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs) de reciclagem atendidos pelo Programa Ambiente-se, da UFJF-GV. O objeto de estudo adotado nessa fase da pesquisa se restringiu a observar a quantidade e o perfil das normas estabelecidas no Estado de Minas Gerais ao longo dos anos de 2020 a 2023, no que tange à Covid-19. Ao cabo, discute em que medida a metodologia adotada pelo governo do Estado de Minas Gerais justificou a relação que os administradores municipais estabeleceram com os EES(s) de reciclagem em seu território de atuação.

Palavras-chave: Minas gerais, Políticas públicas, Normatização, Resíduos sólidos, Covid-19

Abstract/Resumen/Résumé

This article is a partial result of the research “Public Policies to combat the COVID-19 pandemic and collectors of recyclable material” and presents the discussion regarding the standardization and coordination established in the State of Minas Gerais, involving the Executive, Legislative and and Judiciary, during the pandemic period, with regard to combating the Covid-19 pandemic. To this end, we used exploratory and descriptive research, considering as a case study the municipalities in which there are recycling Solidarity Economic Enterprises (EESs) served by the Ambiente-se Program, from UFJF-GV. The object of study adopted in this phase of the research was restricted to observing the quantity and profile of standards established in the State of Minas Gerais throughout the years 2020 to 2023, with regard to Covid-19. Ultimately, it discusses to what extent the

¹ Professora Associada IV - UFJF-GV, Departamento de Direito

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

ELCIO NACUR REZENDE

JERÔNIMO SIQUEIRA TYBUSCH

JOSE MOISES RIBEIRO

**LUÍS FERNANDO PIMENTEL DE OLIVEIRA VASCONCELOS
ABREU**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFRSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito e sustentabilidade I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Elcio Nacur Rezende; Jerônimo Siqueira Tybusch; Jose Moises Ribeiro; Luís Fernando Pimentel de Oliveira Vasconcelos Abreu – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-949-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Sustentabilidade. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

Apresentação

Esta publicação reúne os artigos aprovados no Grupo de Trabalho intitulado Direito e Sustentabilidade I, do VII Encontro Virtual do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, realizado entre 24 e 28 de junho de 2024, tendo como tema A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade.

O grupo foi coordenado pelos Professores Doutores Elcio Nacur Rezende, da Escola Superior Dom Helder Câmara e Faculdade Milton Campos, Jerônimo Siqueira Tybusch, da Universidade Federal de Santa Maria, José Moisés Ribeiro, da Faculdade de Direito de Franca, e Luís Vasconcelos Abreu, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Instituto Universitário de Lisboa.

Portanto, a coordenação do Grupo de Trabalho e a redação desta apresentação foi incumbência de todos os docentes acima indicados, os quais, honrosamente, fazem parte ou colaboram com o CONPEDI e buscam em suas pesquisas e no seu ensino aprofundar o conhecimento sobre a Ciência Jurídica e a temática da Sustentabilidade, na esperança da conscientização da importância de vivermos em uma sociedade melhor.

É indiscutível a qualidade dos artigos apresentados, bastante problematizadores e com pistas de reflexão para o futuro, fruto das pesquisas realizadas por Mestrandos, Mestres, Doutorandos e Doutores dos diversos Programas de Pós-graduação e Doutorado em Direito de dezenas instituições de ensino brasileiras.

Nos textos, estimado(a) leitor(a), você encontrará trabalhos que representam um conhecimento aprofundado sobre Direito e Sustentabilidade, nas suas interrelações, abrangendo também outras áreas do conhecimento, como o Ambiente, as Políticas Públicas, a Educação, o Trabalho, o Patrimônio Cultural, entre outras.

Os autores dos artigos, por ordem alfabética do primeiro nome, foram: Adelaide Pereira Reis, Bruna Paula da Costa Ribeiro, Carlos Antônio Sari Júnior, Deisimar Aparecida Cruz, Edemise Andrade da Silva, Emerson Affonso da Costa Moura, Eyder Caio Gal, Fernanda Cristina Verediano, Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, Franciele Lippel Laubenstein, Gabriela Rolim Veiga, Geandre Oliveira da Silveira, Isadora Raddatz Tonetto, Jamir Calili Ribeiro, Jerônimo Siqueira Tybusch, José Cláudio Junqueira Ribeiro, Josemar Sidinei

Soares, Juliana Santiago da Silva, Liane Francisca Hüning Pazinato, Lisandra Carla Dalla Vechia Trombetta, Lyssandro Norton Siqueira, Marcos Délli Ribeiro Rodrigues, Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza, Maristella Rossi Tomazeli, Meirilane Gonçalves Velho, Natália Cerezer Weber, Natália Ribeiro Linhares, Raquel Helena Ferraz e Silva, Renato Zanolli Montefusco, Roberta Silva dos Santos, Rodrigo Portão Puzine Gonçalves, Rogerio Borba, Rosana Ribeiro Felisberto, Simara Aparecida Ribeiro Januário, e Talisson de Sousa Lopes.

Fica registrado o enorme prazer dos coordenadores do grupo de trabalho em apresentar este documento que, certamente, contém significativa contribuição para a Ciência Jurídica e para a temática da Sustentabilidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE RECICLAGEM

PUBLIC POLICIES, UNIVERSITY EXTENSION AND SOLIDARY ECONOMIC RECYCLING ENTERPRISES

Fernanda Henrique Cupertino Alcântara ¹

Rosana Ribeiro Felisberto

Jamir Calili Ribeiro

Resumo

Este artigo discute o papel da extensão universitária junto a Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs) de reciclagem e direcionados para a implementação de Políticas Públicas (PPs) de gerenciamento de resíduos sólidos. Para tanto, se utilizou da metodologia pautada no tipo de pesquisa de estudo de caso com observação participante e adotou como amostra os EES(s) atendidos pelo Programa Ambiente-se, em três situações, com características e de localidades diferentes. Realizamos a descrição de dois casos que selecionamos para serem objeto de reflexão nesse artigo e correlacionamos eles ao conceito de extensão. Os instrumentos jurídicos aqui analisados têm a capacidade de serem replicados em outras instituições que realizam este tipo de trabalho extensionista com EES(s) constituídos por catadoras e catadores. Objetiva refletir sobre as atividades de extensão e suas contribuições para docentes e discentes de Cursos de graduação e pós-graduação em Direito no Brasil. Por fim, problematiza a assistência jurídica gratuita, as principais formas de atendimento e suas consequências para a democratização do acesso à justiça.

Palavras-chave: Políticas públicas, Extensão universitária, Empreendimentos econômicos solidários de reciclagem, Acesso à justiça, Direito

Abstract/Resumen/Résumé

This article discusses the role of university extension with Solidarity Economic Enterprises (EESs) for recycling and aimed at implementing Public Policies (PPs) for solid waste management. To this end, a methodology based on the type of case study research with participant observation was used and adopted as a sample the EES(s) served by the Ambiente-se Program, in three situations, with different characteristics and locations. We described two cases that we selected to be the subject of reflection in this article and correlated them with the concept of extension. The legal instruments analyzed here have the capacity to be replicated in other institutions that carry out this type of extension work with EES(s) made up of waste pickers. It aims to reflect on extension activities and their contributions to teachers

¹ Professora Associada IV - UFJF-GV, Departamento de Direito

Programa Ambiente-se

SENESDE

Seminário Nacional Economia Solidária, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental (SENESDE)

O Seminário Nacional Economia Solidária, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental é organizado pelo Programa de Extensão Ambiente-se em parceria com o PPGD, da UNIRIO. Objetiva reunir a sociedade civil organizada, a comunidade acadêmica e a administração pública municipal, além de representantes de órgãos estaduais e federais, para discutirmos a atuação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental.

I SENESDE

DATA: 28 a 30 de agosto de 2019

PROGRAMAÇÃO: [Clique aqui para acessar a programação do evento](#)

CERTIFICADOS: [Certificados do I SENESDE disponíveis para retirada aqui](#)

II SENESDE

DATA: 24 a 28 de agosto de 2020

PROGRAMAÇÃO: [Clique aqui para acessar a programação do evento](#)

CERTIFICADOS: [Certificados do II SENESDE disponíveis para retirada aqui](#)



III SENESDE

DATA: 23 a 27 de agosto de 2021

PROGRAMAÇÃO: [Clique aqui para acessar a programação do evento](#)

INSCRIÇÃO: <https://www.even3.com.br/IIISENESDE>

SUBMISSÃO DE TRABALHOS PARA APRESENTAÇÃO:

- <https://forms.gle/iHcXqu86u7A7mcuy5>
- [Requisitos para submissão](#)
- Data final para submissão: 03/08/2021

CERTIFICADOS: [Certificados do III SENESDE disponíveis para retirada aqui](#)

IV SENESDE

DATA: 22 a 26 de agosto de 2022

PROGRAMAÇÃO:

INSCRIÇÃO: <https://www.even3.com.br/isndesdseea2022>

V SENESDE

DATA: 25 a 29 de setembro de 2023

PROGRAMAÇÃO:

INSCRIÇÃO: <https://www.even3.com.br/v-senesde/>

CERTIFICADOS: [Certificados do V SENESDE disponíveis para retirada aqui](#)

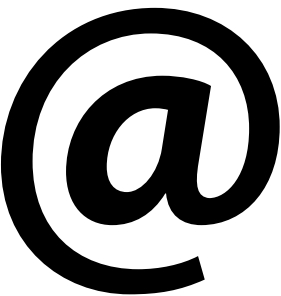
VI SENESDE

DATA: 02/12/2024

PROGRAMAÇÃO:1ª Encontro: Logística reversa e inclusão socioprodutiva de cantadoras (es)

INSCRIÇÃO: <https://www.even3.com.br/vi-senesde-516090>

CEERTIFICADOS:

- 
- [e-mail](#)
-  [facebook](#)
- 



📍 [Campus Universitário](#)
[R. 7 de Setembro – Centro](#)
[Campus Governador Valadares – 35010-177](#)

© Universidade Federal de Juiz de Fora 2024





151 inscritos

Inscrever-se



0



 Compartilhar



Salvar



2ª Palestra - Recuperadores de residuos en Argentina: avances y desafíos pendientes ... **...mais**

Participe da conversa para interagir com o criador de c...

Abrir painel

Enviados recientemente





⋮

⋮

$$\vdots$$

⋮

$$\vdots$$
$$\vdots$$
$$\vdots$$

⋮

$$\vdots$$

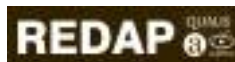
:

:

:

⋮

$$\vdots$$
$$\vdots$$



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

A efetivação do princípio da boa administração pública e das políticas públicas pela atuação da Advocacia-Geral da União

Flávio Garcia Cabral

UNIRIO

Autor

André Ricardo Cruz Fontes

Autor

Palavras-chave: Boa Administração, Advocacia pública, Políticas Públicas

Resumo

O presente ensaio busca abordar o papel desempenhado pelas carreiras da Advocacia-Geral da União como instrumento para a efetivação do princípio da boa administração pública e das políticas públicas no Brasil. Verifica-se que tanto esse princípio, como as atribuições da AGU, ainda são questões pouco conhecidas pela sociedade e pelos seus juristas, merecendo uma abordagem de destaque nos estudos acadêmicos. Deste modo, pretende-se primeiro apresentar qual o conteúdo jurídico princípio da boa administração, seguido da verificação da relevância e limites do exercício de funções públicas, em especial a advocacia pública. Por derradeiro, apresenta-se a importância da atuação dos advogados públicos ao exercer advocacia de Estado e formular/defender políticas públicas e manter a segurança jurídica, com a apresentação de casos concretos de atuação da AGU que evidenciem o seu mister e concretização da boa administração pública.

Downloads

 PDF

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar

A efetivação do princípio da boa administração pública e das políticas públicas pela atuação da Advocacia-Geral da União. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3).

<https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/73>

Formatos de Citação

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Andre Ricardo Cruz Fontes, [LIBERDADE DE EXPRESSÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAMENTAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UM EXAME NO CONTEXTO DO REGIME POLÍTICO MILITAR E PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Flavio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes, [A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO \(TCU\) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

Artigos Semelhantes

- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, Rosana Ribeiro Felisberto, [ARRANJO INSTITUCIONAL SOCIOAMBIENTAL PARA POLÍTICA PÚBLICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS "PROCESSOS ADMINISTRATIVOS" E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann, [LITÍGIOS ESTRUTURAIS E A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Edna Raquel Hogemann, Benedito Adeodato da Fonseca, [UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR \(PNAE\) COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Fábio Periandro de Almeida Hirsch, Maria Lucia Paula de Oliveira, Jailce Campos e Silva, [A INCORPORAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES COMO DIRETRIZ PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Dr. Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL: O PROCESSO LEGISLATIVO PARA A CONFORMAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DE DADOS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Cecilia Silva Campos, Giulia Parola, [O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NO CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA GARANTIA DA MORADIA DIGNA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: 2022 E UM NOVO DESASTRE HABITACIONAL/AMBIENTAL EM PETRÓPOLIS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Paulo Roberto Soares Mendonça, Laura Mello D'Urso Vianna, [POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE E ONEROSIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO ATENDIMENTO A USUÁRIOS DE PLANOS DE SAÚDE: O INCIDENTE DE REPERCUSSÃO GERAL Nº 345](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

ELOY PEREIRA LEMOS JUNIOR

JOSÉ ANTONIO DE FARIA MARTOS

JUVÊNCIO BORGES SILVA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - Ufersa - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direitos sociais e políticas públicas III [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Eloy Pereira Lemos Junior; José Antonio de Faria Martos; Juvêncio Borges Silva – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-899-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

Apresentação

Advindos de estudos aprovados para o VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, realizado entre os dias 24 a 28 de junho de 2024, apresentamos à comunidade jurídica a presente obra voltada ao debate de temas contemporâneos cujo encontro teve como tema principal “A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade”.

Na coordenação das apresentações do Grupo de Trabalho “Direitos Sociais e Políticas Públicas III” pudemos testemunhar relevante espaço voltado à disseminação do conhecimento produzido por pesquisadores das mais diversas regiões do Brasil, vinculados aos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito. Os estudos, que compõem esta obra, reafirmam a necessidade do compartilhamento das pesquisas direcionadas ao direito do trabalho, como também se traduzem em consolidação dos esforços para o aprimoramento da área e da própria Justiça.

Nossas saudações aos autores e ao CONPEDI pelo importante espaço franqueado a reflexão de qualidade voltada ao contínuo aprimoramento da cultura jurídica nacional.

Eloy Pereira Lemos Junior

Universidade de Itaúna - MG

José Antonio de Faria Martos

Faculdade de Direito de Franca

Juvêncio Borges Silva

Universidade de Ribeirão Preto

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO (AIR) COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

REGULATORY IMPACT ANALYSIS (RIA) AS AN INSTRUMENT FOR IMPROVING PUBLIC POLICIES

Flávio Garcia Cabral ¹
André Ricardo Cruz Fontes ²

Resumo

O artigo investiga o instrumento da análise de impacto regulatório (AIR) como forma de melhoria das políticas públicas. Tendo em vista a importância das políticas públicas, como concretizadoras de direitos fundamentais, é necessário conhecer instrumentos que sejam capazes de aprimorá-las. Assim, dentre os possíveis mecanismos, emerge a análise de impacto regulatório, como instrumento hábil a levantar dados e informações para a tomada de decisão dos agentes públicos. O objetivo do artigo é investigar como a AIR incide nas etapas do ciclo de políticas públicas, de modo a auxiliar o desenvolvimento das políticas públicas. Para a realização do artigo, utiliza-se o método de abordagem indutivo, possuindo natureza descritiva e exploratória quanto aos fins e bibliográfica em relação aos meios. Ao final, apura-se que a análise de impacto regulatório tem potencial de auxiliar em todas as etapas do ciclo de políticas públicas, permitindo que elas sejam elaboradas e executadas com base em dados concretos.

Palavras-chave: Políticas públicas, Ciclo, Regulação, Planejamento, Análise de impacto regulatório

Abstract/Resumen/Résumé

The article investigates the instrument of regulatory impact analysis (RIA) as a way of improving public policies. Given the importance of public policies, as implementers of fundamental rights, it is necessary to know instruments that are capable of improving them. Thus, among the possible mechanisms, regulatory impact analysis emerges as a skillful instrument for gathering data and information for decision-making by public agents. The objective of the article is to investigate how RIA impacts the stages of the public policy cycle, in order to assist the development of public policies. To carry out the article, the inductive approach method was used, having a descriptive and exploratory nature regarding

¹ PÓS-DOCTORADO PELA PUCPR; DOUTOR EM DIREITO ADMINISTRATIVO PELA PUC-SP; PROFESSOR DO MESTRADO DA UNIRIO; PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

² PÓS-DOCTORADO PELA UFSC; DOUTOR PELA UERJ, UFRJ E UFRRJ; PROFESSOR DO MESTRADO DA UNIRIO; DESEMBARGADOR DO TRF 2.

COSACO - Congresso Internacional Conexões de Saberes Contemporâneos

FAÇA SUA INSCRIÇÃO (/COSACO2024#REGISTRATION)



(/cosaco2024/certificados#certificados)

Certificados

Clique aqui para baixar (/cosaco2024/certificados#certificados)



De 11 a 13 de setembro

Todos os dias das 08h00 às 22h00



Evento online

O link do evento ainda não foi informado

Sobre o Evento

COSACO

Congresso Internacional Conexões de Saberes Contemporâneos

Usamos cookies no nosso site para melhorar o desempenho e a experiência. Ao continuar navegando, você concorda com a utilização de tais tecnologias e com a nossa política de cookies (/politica-de-cookies).

11 a 13 de setembro de 2024 | Online

Continuar



SITE OFICIAL: <https://insted.edu.br/eventos/matriz/cosaco-congresso-internancional-conexoes-de-saberes-contemporaneos/> (<https://insted.edu.br/eventos/matriz/cosaco-congresso-internancional-conexoes-de-saberes-contemporaneos/>)

Todas as informações estarão disponíveis no site oficial do evento.

Palestrantes

Daniel Centurião (Brasil / Estados Unidos)	Mariana Caravanti (Brasil)	Moses Aleman (Estados Unidos)
Martin A. Biaggini (Argentina)	Flávio Garcia Cabral (Brasil)	Mateus Boldrine Abrita (Brasil)
Talita Arossi (Brasil)	Wagner Massaranduba (Brasil)	

Programação

Usamos cookies no nosso site para melhorar o desempenho e a experiência. Ao continuar navegando, você concorda com a utilização de tais tecnologias e com a nossa política de cookies (/politica-de-cookies) .

11/SET 12/SET 13/SET

Continuar

19H00 - Moses Aleman (Estados Unidos)

EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL NOS ESTADOS UNIDOS - UMA CARREIRA

Palestra Sessão Internacional



Te aguardamos na próxima edição!

As inscrições já estão encerradas, mas você pode deixar seus contatos aqui e ser o primeiro a saber do lançamento do próximo evento!

Organizador

Comissão Organizadora

A FACULDADE INSTED – através do setor de Coordenação de Pesquisa e Iniciação Científica e do periódico científico RECAM – Revista Camalotes em parceria com o CLAECE – Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura e com produção pela Create Solutions/Scientia International.

ENTRE EM CONTATO ([/COSACO2024/CONTATO#CONTATO](https://cosaco2024.com.br/contato#contato))



(https://doity.com.br/?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)

A plataforma mais completa
para o seu evento.

Crie seu Evento Agora Mesmo (https://doity.com.br/cadastro?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)



Usamos cookies no nosso site para melhorar o desempenho e a experiência. Ao continuar navegando, você concorda com a utilização de tais tecnologias e com a nossa política de cookies ([/politica-de-cookies](#)).

SOBRE A DOITY

[Continuar](#)

Como funciona (https://doity.com.br/?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)

Doity Play (https://doity.com.br/doity-play-ambiente-virtual-para-eventos-online?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)
Todos os Eventos (https://doity.com.br/eventos?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)
Criar Evento (https://doity.com.br/cadastro?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)
Área do Organizador (https://doity.com.br/admin?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)
Blog (<http://blog.doity.com.br>)

EVENTOS EM

São Paulo (https://doity.com.br/eventos/sao-paulo?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)
Rio de Janeiro (https://doity.com.br/eventos/rio-de-janeiro?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)
Minas Gerais (https://doity.com.br/eventos/minas-gerais?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)
Ceará (https://doity.com.br/eventos/ceara?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)
Rio Grande do Sul (https://doity.com.br/eventos/rio-grande-do-sul?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)
Paraná (https://doity.com.br/eventos/parana?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)
Alagoas (https://doity.com.br/eventos/alagoas?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)
Pernambuco (https://doity.com.br/eventos/pernambuco?utm_source=hotsite_paid&utm_medium=logo&utm_campaign=do-event-paid-logo_421)

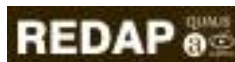
ÁREA DO PARTICIPANTE

Central de Ajuda (<https://ajuda.doity.com.br/pt-br/>)
Denunciar este evento
Contato (<https://doity.com.br/cosaco2024/contato#contato>)

  
(<https://twitter.com/doitybrasil>) (<https://facebook.com/doitybrasil>) (<https://instagram.com/doitybrasil>)

RUA JOSÉ PONTES DE MAGALHÃES, 70 JATIÚCA, MACEIÓ - AL EMPRESARIAL JTR, ED. ÍTALIA, SALA 702

Veja no Mapa (<https://www.google.com.br/maps/place/Rua+Jos%C3%A9+Pontes+de+Magalh%C3%A3es,+70+-+Jati%C3%BAca,+Macei%C3%B3+-+AL/@-9.65236>)



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

A INCORPORAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES COMO DIRETRIZ PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Fábio Periandro de Almeida Hirsch

Universidade Federal da Bahia

Autor

Maria Lucia Paula de Oliveira

Autor

Jailce Campos e Silva

Autor

Palavras-chave: Políticas públicas. Transversalidade. Desigualdade de gênero.

Resumo

Este artigo traz uma reflexão acerca da importância de incorporar a transversalidade nas políticas públicas voltadas aos grupos minoritários, em especial às mulheres, com a adoção de mecanismos eficazes no estabelecimento de redes entre órgãos setoriais, entes federativos e sociedade para o enfrentamento das desigualdades sociais. Traz, também, uma análise sobre o “Programa Política para as Mulheres” previsto no Plano Plurianual Participativo do Estado da Bahia para o quadriênio 2020-2023, assim como a avaliação do seu desempenho e resultado feita pelo órgão público responsável. Para abordagem deste estudo, buscou-se a sua fundamentação em normativos nacionais e internacionais, assim como fontes doutrinárias, visando confirmar que o estabelecimento de rede para uma atuação coordenada e interdependente dos órgãos públicos é o mecanismo apropriado para o alcance dos objetivos propostos em cada política pública.

Downloads

[PDF](#)

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar

A INCORPORAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES COMO DIRETRIZ PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3).
<https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/75>

Formatos de Citação

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Maria Lucia Paula de Oliveira, Willis Santiago Guerra Filho, Paola Cantarini, [A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Vívian Nigri Queiroga Diniz da Paixão, Alvaro Reinaldo de Souza, Willis Santiago Guerra Filho, Maria Lucia Paula de Oliveira, [INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: BASES EPISTEMOLÓGICAS PARA UM MODELO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE](#)

[DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL PARA MULHERES INDÍGENAS EM ALDEIAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

- Fábio Periandro de Almeida Hirsch, Vanessa de Fátima Terrade, Maria Carolina Barroso Bastos Monteiro, Carla Conchita Pacheco Bouças Periandro Hirsch,, [POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA NO BRASIL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Artigos Semelhantes

- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Laila Laila Maria Domith Vicente, Heloisa Melino, [GÊNERO, MIGRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO INCREMENTO DA ENTRADA DE MULHERES MIGRANTES NO BRASIL NA DÉCADA DE 2010-2020](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Vívian Nigri Queiroga Diniz da Paixão, Alvaro Reinaldo de Souza, Willis Santiago Guerra Filho, Maria Lucia Paula de Oliveira, [INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: BASES EPISTEMOLÓGICAS PARA UM MODELO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL PARA MULHERES INDÍGENAS EM ALDEIAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Vanessa Santos do Canto, [O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: Uma Abordagem das Principais Políticas Públicas para a Promoção da Equidade de Gênero e Raça](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Renata Maria Aponte Rodrigues de Carvalho, Daniela Bucci, Alessandra Cristina Guedes Pellini, [A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO À CIDADE E A DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS DE COVID-19 NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, BRASIL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#)
- Caroline Müller Bitencourt, André Afonso Tavares, [DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CATEGORIA 'CRITÉRIOS': ANÁLISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE À LUZ DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Saulo Pinto Coelho, Lucas da Silva Rocha, [CONTROLE DE CONTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ENTENDER AS CAPACIDADES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA ANÁLISE FINANCEIRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Flavio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes, [A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO \(TCU\) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

- Andre Ricardo Cruz Fontes, [LIBERDADE DE EXPRESSÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAMENTAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UM EXAME NO CONTEXTO DO REGIME POLÍTICO MILITAR E PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

1-10 de 55 [Próximo](#) →

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPEs



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources

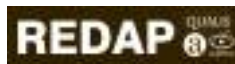


Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA NO BRASIL

Fábio Periandro de Almeida Hirsch

Universidade Federal da Bahia

Autor

Vanessa de Fátima Terrade

Autor

Maria Carolina Barroso Bastos Monteiro

Autor

Carla Conchita Pacheco Bouças Periandro Hirsch,

Autor

Palavras-chave: Políticas públicas. Racismo estrutural. Necropolítica.

Resumo

O trabalho aborda os conceitos fundamentais de racismo estrutural e necropolítica no Brasil a fim de buscar evidenciar que a população cuja pele é preta está permanentemente passível de ataques e violência por conta da ausência de um conjunto de políticas públicas minimamente eficientes na superação do preconceito arraigado na sociedade e nas instituições. Conclui que a falta de tais políticas públicas viabiliza a manutenção do estado de coisas desigual e legitimador de mortes brutais e sem motivo justo de quantidade relevante de pessoas apenas por conta de seu fenótipo diferenciado do padrão europeu.

Downloads



 PDF

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar
POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA NO BRASIL. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3).
<https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/74>

Formatos de Citação ▼

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Fábio Periandro de Almeida Hirsch, Maria Lucia Paula de Oliveira, Jailce Campos e Silva, [A INCORPORAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES COMO DIRETRIZ PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Artigos Semelhantes

- Vanessa Santos do Canto, Ilzver de Matos Oliveira, [DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: Uma necessária abordagem histórica \(1995-2023\)](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Caroline Müller Bitencourt, André Afonso Tavares, [DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CATEGORIA 'CRITÉRIOS': ANÁLISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE À LUZ DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Saulo Pinto Coelho, Lucas da Silva Rocha, [CONTROLE DE CONTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ENTENDER AS CAPACIDADES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA ANÁLISE FINANCEIRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Andre Ricardo Cruz Fontes, [LIBERDADE DE EXPRESSÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAMENTAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UM EXAME NO CONTEXTO DO REGIME POLÍTICO MILITAR E PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Flavio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes, [A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO \(TCU\) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Taissa Romeiro, [POLÍTICAS PÚBLICAS E CRIPTOMOEDAS: MARCO LEGAL DAS CRIPTOMOEDAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS "PROCESSOS ADMINISTRATIVOS" E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

1-10 de 45 [Próximo →](#)Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI) PROGRAMACIÓN



V CONGRESO DE DERECHO
CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)
- 07/10/2024 – 09/10/2024 - EVENTO EN LÍNEA

V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)

Del lunes 07 al miércoles 09 de octubre de 2024

INSCRIPCIONES Y CERTIFICADOS: <https://www.even3.cl/e/v-congreso-de-derecho-constitucional-e-internacional-cdci-478073>

Conferencia de Apertura: Derechos y deberes recíprocos

Lunes 07 de octubre de 2024

Iniciaremos con la ponencia del profesor Rafael de Asís, en torno al tema de los derechos y deberes fundamentales, como aporte para enfrentar algunos de los actuales desafíos en el derecho constitucional. La profesora Emilia Bea Pérez, expondrá acerca de la relación entre los derechos, los deberes y la noción de responsabilidad. La profesora Cristiana Senigaglia analizará la correlatividad de los derechos y deberes en la obra de Hegel. Alexander Espinoza discutirá acerca de los derechos fundamentales y los deberes recíprocos, como habían sido concebidos desde Pufendorf, hasta los deberes frente al Estado, como quedarían plasmados en las Constituciones modernas.

Ver emisión en directo:

https://youtube.com/live/hCVV_Hr6VoM?feature=share

9:00 Chile / 14:00 Madrid - 9:15 Chile / 14:15 Madrid	Presentación
9:15 Chile / 14:15 Madrid - 9:45 Chile / 14:45 Madrid	Rafael de Asís. Catedrático de Filosofía del Derecho de la Universidad Carlos III de Madrid, España.
9:45 Chile / 14: 45 Madrid - 10:15 Chile / 15:15 Madrid	Emilia Bea Pérez. Profesora de Filosofía del Derecho y Filosofía Política en la Universitat de Valencia, España.
10:15 Chile / 15:15 Madrid - 11:45 Chile / 16:45 Madrid	Cristiana Senigaglia. Profesora de la Universidad de Passau, Alemania.
11:45 Chile / 16:45 Madrid - 12:15 Chile / 17:15 Madrid	Alexander Espinoza Rausseo. Académico investigador de la Universidad de Las Américas, Chile.

V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)

Del lunes 07 al miércoles 09 de octubre de 2024

INSCRIPCIONES Y CERTIFICADOS: <https://www.even3.cl/e/v-congreso-de-derecho-constitucional-e-internacional-cdci-478073>

Mesa 1: Direitos e controle judicial de políticas públicas

Martes 08 de octubre de 2024	
Neste espaço, apresentaremos diversos posicionamentos que servem para estimular a reflexão e o debate sobre a questão dos direitos e do controle judicial de políticas públicas.	
Ver emisión en directo: https://youtube.com/live/k0hHon_Xp6c?feature=share	
9:00-9:15	Moderador: Emerson Affonso da Costa Moura
9:45 Chile / 14: 00 Madrid - 12:15 Chile / 17:15 Madrid	Luis Guillermo Palacios Sanabria. Académico y Director del Departamento de Derecho Constitucional de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad San Sebastián, Chile. Ponencia: <i>La Representación Política de los Ciudadanos Residentes en el Extranjero: El Rol de la Jurisprudencia Constitucional en la Adopción del Sufragio Extraterritorial</i>
	Priscilla Alejandra Brevis Cartes. Académica investigadora de la Universidad de Concepción, Chile. Ponencia: <i>Violencia de género, participación política de las mujeres y Estado de Derecho.</i>
	Fabio Periandro. Profesor asociado de Derecho Constitucional y Ciencia Política de la Universidad Federal de Bahía (UFBA). Ponencia: <i>Deberes fundamentales para la implementación de políticas públicas en Brasil y Chile</i>
	André Fontes. Professor na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNI-RIO Ponencia: <i>Judicialização das políticas públicas</i>

V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)

Del lunes 07 al miércoles 09 de octubre de 2024

INSCRIPCIONES Y CERTIFICADOS: <https://www.even3.cl/e/v-congreso-de-derecho-constitucional-e-internacional-cdci-478073>

Mesa 2: Derechos fundamentales y políticas públicas

Miércoles 09 de octubre de 2024	
En este espacio presentaremos diversas posturas que sirvan para incentivar la reflexión y el debate en torno al tema de los derechos fundamentales y las políticas públicas, como aporte para enfrentar algunos de los actuales desafíos en el derecho constitucional.	
Ver emisión en directo: https://youtube.com/live/Z6h5n-USn50?feature=share	
9:00-9:15	Moderador: Emerson Affonso da Costa Moura
9:15 Chile / 14:15 Madrid - 11:45 Chile / 16:45 Madrid	Antonio Canova. Profesor en la Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), Venezuela. Ponencia: <i>Órdenes espontáneos educativos en Venezuela: Microescuelas por doquier.</i>
	Víctor Hernández-Mendible. Director del Centro de Estudios de Regulación Económica (CERECO) en la Universidad Monteávila (Venezuela). Ponencia: <i>El derecho humano al ambiente y las políticas públicas</i>
	Emerson Affonso da Costa Moura. Coordinador do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu da UNIRIO. Ponencia: <i>El control por parte del tribunal constitucional de las políticas públicas de derechos sociales en Brasil</i>
11:45 Chile / 16:45 Madrid - 12:15 Chile / 17:15 Madrid	Javier Gacía. Académico Investigador de la Universidad de Las Américas, Chile. Ponencia: <i>Políticas públicas para la protección de la libertad de prensa en Chile</i>

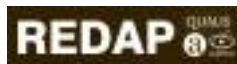
V CONGRESO DE DERECHO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL (CDCI)

Del lunes 07 al miércoles 09 de octubre de 2024

INSCRIPCIONES Y CERTIFICADOS: <https://www.even3.cl/e/v-congreso-de-derecho-constitucional-e-internacional-cdci-478073>

Mesa 3: Derechos fundamentales y deberes recíprocos

Miércoles 09 de octubre de 2024	
En este espacio presentaremos ponencias y videos documentales en torno al método de desarrollo de casos de los derechos fundamentales y los deberes recíprocos.	
Ver emisión en directo: https://youtube.com/live/lvPCuptmJco?feature=share	
9:00-9:15	Presentación
9:45 Chile / 14: 00 Madrid - 12:15 Chile / 17:15 Madrid	Jhenny Rivas Alberti. Académica Investigadora de la Universidad de Las Américas, Chile. Ponencia: <i>La neutralidad del Estado en la educación</i>
	Leyla Manar Tadros Cárdenas. Estudiante de la Universidad de Las Américas, Chile. Ponencia: <i>Estado, educación, derechos fundamentales y roles de género</i>
	Catalina Osorio Oyarzun / Asunción Gacitúa De las Heras. Estudiantes de la Universidad Andrés Bello, Chile. Video: <i>El caso Doe vs las Escuelas Kamehameha</i>
	Gustavo Jorquera. Estudiante de la Universidad Andrés Bello, Chile. Video: <i>Runyon v. McCrary</i>
	Alexander Espinoza Rausseo. Académico Investigador de la Universidad de Las Américas, Chile. Video: <i>Lloyd Vs. Tanner y Los deberes mediatos prima facie</i>



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua

Ivan César Ribeiro

Universidade Federal de São Paulo

Autor

Benedito Fonseca e Souza Adeodato

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio

Autor

<https://orcid.org/0000-0002-7648-3382>

Palavras-chave: Burocracia, Políticas Públicas, Burocracia de Nível de Rua

Resumo

Este artigo propõe novos rumos para a investigação sobre as interações entre burocracia e políticas públicas. O exame coloca em perspectiva a utilização do inventário analítico da Burocracia de Nível de Rua (SLB em inglês), tal como proposto por Michael Lipsky e desenvolvido pelos seus seguidores. A análise bibliométrica utilizando o Google Ngram Viewer e técnicas de web scraping para o período 1960-2019 mostra que a ênfase na SLB se correlaciona com a diminuição da atenção a outros níveis da administração pública, nomeadamente funcionários de alto nível (redução de 78,5 % de 1972 a 2019). Esta tendência prejudica uma compreensão mais matizada dos processos de formulação de políticas públicas. Os estudos SLB mostram uma utilização limitada de métodos empíricos robustos, especialmente aqueles centrados no estabelecimento de fortes relações causais, e apresentam frequentemente uma atitude desdenhosa em relação aos padrões metodológicos da Revolução da Credibilidade. As teorias contemporâneas, como os modelos principal-agente, os quadros analíticos de motivação intrínseca e as abordagens multitarefa, revelaram-se mais propícias a pesquisas empíricas rigorosas, como evidenciado pela sua adoção mais ampla em estudos de políticas baseados em evidências. Com a avaliação e monitoramento de políticas públicas ganhando estatuto constitucional no Brasil em 2021, o campo deve ir além dos inventários descritivos em direção a estruturas teóricas mais robustas, capazes de apoiar análises causais e informar intervenções eficazes.

Downloads



Biografia do Autor

Benedito Fonseca e Souza Adeodato, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio
Professor Associado da UNIRIO nos cursos de Graduação em Administração Pública, Direito e Ciência Política. Professor de quadro permanente do programa de Pós-Graduação do Mestrado em Direito (PPGD). Ex-Vice-Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).



Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar
Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3). <https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/87>

Formatos de Citação

Artigos Semelhantes

- José Carlos Buzanello, Pedro Henrique Barbosa Rocha, [REGULAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURAS URBANAS: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS FAVELA-BAIRRO E MORAR CARIOCA NO RIO DE JANEIRO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Eduardo Henrique Lolli, Saulo de Oliveira Pinto Coelho, [CONTROLE INTERNO DOS INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS: UM ESTUDO DE CASO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2022\)](#).
- Caroline Müller Bitencourt, André Afonso Tavares, [DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CATEGORIA 'CRITÉRIOS': ANÁLISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE À LUZ DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Saulo Pinto Coelho, Lucas da Silva Rocha, [CONTROLE DE CONTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ENTENDER AS CAPACIDADES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA ANÁLISE FINANCEIRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Andre Ricardo Cruz Fontes, [LIBERDADE DE EXPRESSÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAMENTAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UM EXAME NO CONTEXTO DO REGIME POLÍTICO MILITAR E PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Flavio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes, [A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO \(TCU\) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Taissa Romeiro, [POLÍTICAS PÚBLICAS E CRIPTOMOEDAS: MARCO LEGAL DAS CRIPTOMOEDAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS "PROCESSOS ADMINISTRATIVOS" E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

1-10 de 55 [Próximo →](#)

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

ELOY PEREIRA LEMOS JUNIOR

JOSÉ ANTONIO DE FARIA MARTOS

JUVÊNCIO BORGES SILVA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - Ufersa - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direitos sociais e políticas públicas III [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Eloy Pereira Lemos Junior; José Antonio de Faria Martos; Juvêncio Borges Silva – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-899-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. VII

Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

Apresentação

Advindos de estudos aprovados para o VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, realizado entre os dias 24 a 28 de junho de 2024, apresentamos à comunidade jurídica a presente obra voltada ao debate de temas contemporâneos cujo encontro teve como tema principal “A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade”.

Na coordenação das apresentações do Grupo de Trabalho “Direitos Sociais e Políticas Públicas III” pudemos testemunhar relevante espaço voltado à disseminação do conhecimento produzido por pesquisadores das mais diversas regiões do Brasil, vinculados aos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito. Os estudos, que compõem esta obra, reafirmam a necessidade do compartilhamento das pesquisas direcionadas ao direito do trabalho, como também se traduzem em consolidação dos esforços para o aprimoramento da área e da própria Justiça.

Nossas saudações aos autores e ao CONPEDI pelo importante espaço franqueado a reflexão de qualidade voltada ao contínuo aprimoramento da cultura jurídica nacional.

Eloy Pereira Lemos Junior

Universidade de Itaúna - MG

José Antonio de Faria Martos

Faculdade de Direito de Franca

Juvêncio Borges Silva

Universidade de Ribeirão Preto

PRODUÇÃO LEGISLATIVO-REGULATÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AGENDA DE PESQUISA

LEGISLATIVE-REGULATORY PRODUCTION AND PUBLIC POLICIES: A RESEARCH AGENDA

Ivan César Ribeiro ¹
Benedito Fonseca e Souza Adeodato ²

Resumo

A ampliação das atividades do Estado, sobretudo com a emergência dos Direitos Sociais e Econômicos e a resultante necessidade de prestações positivas aos cidadãos, é reconhecida como causadora de uma maior proeminência das políticas públicas. Autores como Comparato (1998) e Loewenstein (1965) falam em uma migração de um governo fundado em leis para um governo fundado em políticas. O que se observa, entretanto, é uma ampliação da produção de normas em diversas frentes, uma delicada relação entre executivo e legislativo sobre a repartição dessas competências, e uma preocupação com o princípio de separação dos poderes. Este artigo examina a crescente proeminência do executivo na produção de normas visando a implementação de políticas públicas. Sugere que tanto a produção de regulações, quanto uma tendência de ampliação das iniciativas legislativas do governo, são fenômenos relacionados, podendo se falar em uma produção legislativo-regulatória. No caso da produção regulatória, a emergência de um processo administrativo normativo permite a extensão do debate sobre produção de normas para além de aspectos formalísticos e funcionais. Evolução semelhante pode ser sugerida para a produção legislativa, mostrando-se uma oportunidade para expansão da agenda de pesquisas relacionando normatividade e políticas públicas. Um exame dos decretos que lidam com a elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos, incluindo o recém publicado Decreto 12.002 de 22 de abril de 2024, permite mostrar a evolução da produção legislativo-regulatória e seu potencial como agenda de pesquisas.

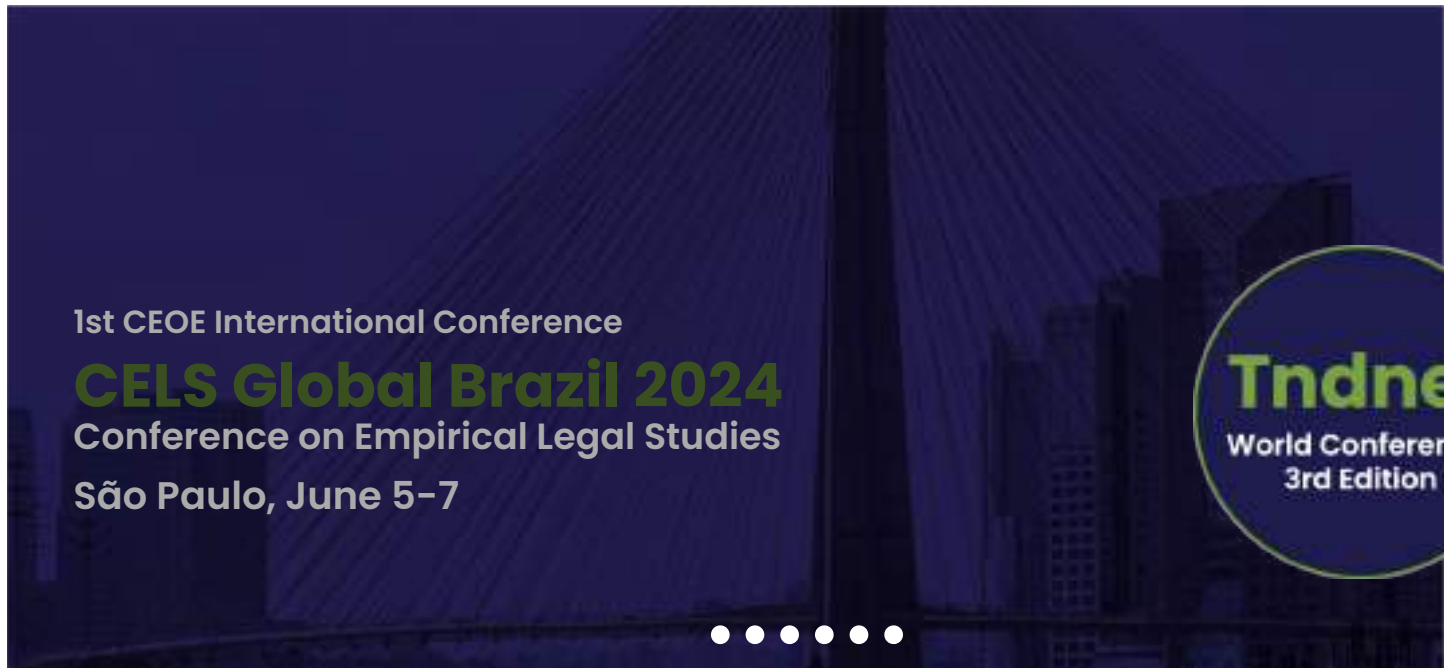
Palavras-chave: Políticas públicas, Processo administrativo normativo, Legística, Atividade normativa do executivo, Separação de poderes

Abstract/Resumen/Résumé

The expansion of state functions, notably through the emergence of social and economic rights, has underscored the importance of public policies. Scholars like Comparato (1998) and Loewenstein (1965) have discussed a shift from law-based governance to policy-based

¹ Coordenador e pesquisador principal do CEOE/Unifesp, Professor de Direito e Políticas Públicas da Unifesp, Senior Research Scholar da Universidade de Yale. Lattes: 1537678142289537, Orcid 0000-0003-4706-7408, Google Scholar cWOz6eQAAAAJ, SSRN 333021.

² Professor Associado de Graduação da UNIRIO, professor permanente do programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD). Ex-Vice-Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Lattes 5388120328416267, Orcid: 0000-0002-7648-3382.



Important dates

Early Decision Paper Submission

December 12–28, 2023

Decisions on January 3, 2024

Regular Paper Submission

Deadline extended

December 29, 2023 to

February 18, 2024

Decisions on March 04, 2024

Travel and Lodge Assistance Request

Until March 10, 2024

Contact

Registration:

cels-registration@ceoe.org.br

Press: press@ceoe.org.br

General questions:

cels2024@ceoe.org.br



Venue

1170 Rua Maestro Cardim
Iran Siqueira Lima Building
Bela Vista, São Paulo – SP, 01323-001

[View on map →](#)

Keynote Speakers



Bernard S. Black
Northwestern University



Maria Paula Dallari Bucci
Universidade de São Paulo



Michael Heise
Cornell Law School





Richard Brooks

New York University

Partners

SELS – Society for Empirical Legal Studies

PPGD/Unirio – Programa de Pós-Graduação em Direito – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Tndnet – Worldwide Network on Law and Public Policy

[Website](#)

Supporters

Inspere – Instituto de Ensino e Pesquisa

RedeDPP – Rede de Direito e Políticas Públicas

USP – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto

ABDE – Associação Brasileira de Direito e Economia

LabPub

FGV Direito Rio – Escola de Direito do Rio de Janeiro

REED – Rede de Estudos Empíricos no Direito

HB – Habeas Data

ACEP – Associação Cearense de Estudos e Pesquisas

Coordinators



Ivan César Ribeiro

Unifesp – Federal University of São Paulo

Rafael Barros Barbosa

CEOE/Unifesp – Centro de Estudos da Ordem Econômica

Coordination Office

CEOE/Unifesp – Centro de Estudos da Ordem Econômica

Senior Staff

Jessica Mayumi Maruyama

Karine Teixeira Borri

Staff

Clara Duarte Augusto

Clerisvaldo Lucas Queiroz da Silva Santos

Giovanni Oka Ugolini

Isadora Coelho Lemos e Carvalho

IT Infrastructure

Coordinator

Julio Trecenti

CEOE/Unifesp – Centro de Estudos da Ordem Econômica

Staff

Diego Henrique dos Santos Araújo

Gustavo Goudim Aredes Pimentel

IT Infrastructure Office

CEOE/Unifesp – Centro de Estudos da Ordem Econômica

Executive Committee

Brazilian members

Alexandre Samy de Castro

IPEA – Applied Economic Research Institute

Andreza Aparecida Palma

Federal University of São Carlos



Antônio Maristrello Porto

FGV/RJ – Faculty of Law

Benedito Fonseca e Souza Adeodato

UnRio – Federal University of Rio de Janeiro State

Benjamin Tabak

EPPG/FGV – School of Public Policy and Government

Bernardo Muller

UnB – University of Brasília

Bradson Camelo

TCE/PB – Paraíba Audit Court e Brazilian L&E Association

Camila Torres César

USP – University of São Paulo/Faculty of Law

Fabiana Fontes Rocha

USP – Faculty of Economics and Business Administration

João Manoel de Lima Junior

FGV/RJ – Faculty of Law

José Mário Wanderley Gomes Neto

UnICAP – Catholic University of Pernambuco

Luciana Romano Morilas

USP/Ribeirão – Faculty of Management and Economics

Marcos Vinício Chein Feres

UFJF/Faculty of Law – Brazilian Network of Empirical Legal Studies

Maria Paula Costa Bertran

USP/Ribeirão – Faculty of Law

Rafael Mafei Rabelo Queiroz

USP – University of São Paulo/Faculty of Law

Saulo de Oliveira Pinto Coelho

UFG – Brazilian Law and Public Policy Network

Sheila Neder Cerezetti

USP – University of São Paulo/Faculty of Law

Executive Committee**Foreign members****Dawn Chutkow**

Cornell Law School, Editor of the Journal of Empirical Legal Studies

Kathryn Zeiler

Boston University School of Law, chair of the board of directors for the Society of Empirical Legal Studies

Stefan Voigt

Universität Hamburg – Faculty of Law – Member for European Union

Yun-chien Chang

Cornell Law School – Member for Asia and region

William H. J. Hubbard

Local Organizing Committee

Ana Clara Martins de Lima

C. Lucas Queiroz da Silva

Clara Duarte Augusto

Diego Henrique dos Santos Araujo

Frederico Haddad

Geovana Luiza Vieira

Giovanni Oka Ugolini

Gustavo Goudim Aredes Pimentel

Isadora Coelho Lemos e Carvalho

Jessica Mayumi Maruyama

Karine Borri

Lívia de Araújo Corrêa

Luis Antonio Santos Thiemann Corso da Costa

Marcelo Machado Fonseca Filho

Paola Costanzo

Renata Pereira Barreto

CEOE Strategic Council

Ivan César Ribeiro

Unifesp – Coordinator and Principal Investigator

Janine Schirmer

Unifesp – 1st Deputy Coordinator

Leandro F. M. Rezende

Unifesp – 2nd Deputy Coordinator

Caio Fernando Fontana

Counselor

Diogo de Prince Mendonça

Counselor

Emília Inoue Sato

Counselor

Jair Ribeiro Chagas

Counselor

José Francisco Siqueira Neto

Counselor

Marcelo Guedes Nunes

Counselor

Marina Mitiyo Yamamoto

Counselor



Paulo Schor

Counselor

CEOE International Council

Albert Fishlow

Columbia University

Arthur Barrionuevo

FGV/SP

Carlos Ari Sundfeld

PUC/SP

Celso Campilongo

USP

Christoph Engel

Max Planck

John Donohue

Stanford

Marcos Perez

USP

Naercio Menezes

Inspere

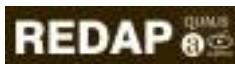
Roberta Romano

Yale

Roberto Pfeiffer

USP





[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TELECOMUNICAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO 5G NO BRASIL

Marcio Andre de Assis Brasil

UNIRIO

Autor

Jose Buzanello

UNIRIO

Autor

<https://orcid.org/0000-0002-4548-397X>

Palavras-chave: 5G. Espectro de frequências. Regulação de satélite

Resumo

Este artigo aborda como as políticas públicas e políticas regulatórias devem estar alinhadas para o desafio de levar conectividade no Brasil. Políticas públicas devem ter um planejamento cuidadoso para a devida incorporação de um ambiente regulatório flexível e colaborativo que indiquem o progresso tecnológico. Para isso deve-se usar os instrumentos de análise de impacto regulatório para a construção de modelos de negócio inovadores em que as partes participem de um jogo ganha-ganha e não o contrário. A fim de promover o desenvolvimento da tecnologia 5G e garantir inclusão digital no país houve o exitoso leilão pela ANATEL, mas permanecem problemas técnicos que nos remete a alguns desafios regulatórios, como alocação do espectro de frequência. Desta forma, a alocação do espectro de frequência tem sido objeto de intensas discussões entre os diferentes atores envolvidos, principalmente as operadoras de celular e as operadoras de satélite, as quais reivindicam indenizações decorrentes da realocação de parte da faixa de 3,5 GHz para o uso pelos operadores de celular para implantação da tecnologia 5G. Desta forma, analisa-se os principais argumentos de ambas as partes e discute-se a importância da adoção de políticas que garantam uma alocação eficiente e justa do espectro de frequência. Propõe também aprofundamento de estudos para outros desafios regulatórios enfrentados no processo de implementação do 5G no Brasil.

Downloads



Biografia do Autor

Marcio Andre de Assis Brasil, UNIRIO

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Engenheiro de Telecomunicações pela PUC-RJ. Mestre em Engenharia de Telecomunicações pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP

Jose Buzanello, UNIRIO

Professor do Curso de Mestrado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutor em Direito. Advogado



Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TELECOMUNICAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO 5G NO BRASIL. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3).
<https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/77>

Artigos Semelhantes

- José Carlos Buzanello, Pedro Henrique Barbosa Rocha, [REGULAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURAS URBANAS: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS FAVELA-BAIRRO E MORAR CARIOCA NO RIO DE JANEIRO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Arianne Campos Souza, Diva Júlia Sousa Safe Coelho, [REGULAÇÃO DO USO DE DADOS E PROTEÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAS: UM ESTUDO COMPARADO A PARTIR DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS BRASILEIRA E A LEI DE CIBERSEGURANÇA CHINESA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#)
- Emerson Affonso da Costa Moura, Marcos Alcino de Azevedo Torres, Mauricio Jorge Pereira da Mota, [REGULAÇÃO ESTATAL, CIDADE E POLÍTICAS URBANAS: ELEMENTOS PARA UMA TEORIA JURÍDICA DA REGULAÇÃO URBANA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Oswaldo Pereira de Lima Junior, Luana Cristina da Silva Lima Dantas, José Carlos José Carlos Buzanello, [POLÍTICAS PÚBLICAS NA ERA DIGITAL: CIDADANIA, DIREITOS E JUSTIÇA SOCIAL NO MARCO CIVIL DA INTERNET E A BUSCA PELA LIBERDADE REGULADA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Taissa Romeiro, [POLÍTICAS PÚBLICAS E CRIPTOMOEDAS: MARCO LEGAL DAS CRIPTOMOEDAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Willis Santiago Guerra Filho, Walter Gomides do Nascimento Junior, [CONTRIBUIÇÕES DA ÉTICA QUÂNTICA TRANSREAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS REGULATÓRIAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS “PROCESSOS ADMINISTRATIVOS” E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Saulo Pinto Coelho, Lucas da Silva Rocha, [CONTROLE DE CONTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ENTENDER AS CAPACIDADES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA ANÁLISE FINANCEIRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Vívian Nigri Queiroga Diniz da Paixão, Alvaro Reinaldo de Souza, Willis Santiago Guerra Filho, Maria Lucia Paula de Oliveira, [INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: BASES EPISTEMOLÓGICAS PARA UM MODELO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE](#)

[DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL PARA MULHERES INDÍGENAS EM ALDEIAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

1-10 de 53 [Próximo](#) →

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO II

ALINE TEODORO DE MOURA

JONATHAN BARROS VITA

ANTÔNIO CARLOS DINIZ MURTA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito tributário e financeiro II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Aline Teodoro de Moura; Antônio Carlos Diniz Murta; Jonathan Barros Vita – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-996-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito tributário. 3. Financeiro. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO II

Apresentação

Aos membros da comunidade de pesquisadores em Direito:

Com grande satisfação, sob a coordenação dos Professores Doutores Aline Teodoro de Moura (Universidade do Grande Rio), Antônio Carlos Diniz Murta (Universidade FUMEC) e Jonathan Barros Vita (Universidade de Marília), apresentamos os 18 trabalhos que compõem o Grupo de Trabalho Direito Tributário e Financeiro II, realizado no âmbito do VII Encontro Virtual do CONPEDI. Este GT tem como objetivo a promoção da discussão aprofundada de temas relevantes para a área, reunindo pesquisadores de todo o Brasil.

Os trabalhos abordam uma ampla gama de temas, como questões conceituais, inovações sociolegislativas e propostas de reforma legislativa. A diversidade dos estudos demonstra a riqueza e a pujança da pesquisa em Direito Tributário e Financeiro.

O GT oferece uma oportunidade valiosa para aprofundar o conhecimento sobre temas relevantes da área. Os artigos apresentados abordam questões de grande importância para a pesquisa jurídica e para o debate acadêmico, pois promovem o diálogo entre pesquisadores, tendo como norte a sociedade e o Direito. O GT reúne pesquisadores de diferentes instituições e regiões do país, possibilitando o intercâmbio de ideias e experiências.

É possível afirmar que o CONPEDI é uma referência na pesquisa em Direito, diante da qualidade dos trabalhos apresentados, o que reafirma seu compromisso com a promoção da excelência acadêmica.

Convidamos a todos os participantes a lerem os artigos com atenção e a participarem dos debates. Nesse contexto, apresentamos a lista completa dos 18 trabalhos apresentados no GT-40:

1. REFLEXÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NA DEFINIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ISSQN NA CONSTRUÇÃO CIVIL. O artigo analisa a evolução da jurisprudência sobre a definição da base de cálculo do ISSQN na construção civil, identificando as principais tendências e seus impactos na tributação do setor. A pesquisa

contribui para a compreensão da dinâmica das relações entre o Poder Judiciário e a Administração Pública na esfera tributária, além de fornecer subsídios para a aplicação prática do ISSQN.

2. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA NO GANHO DE CAPITAL EM OPERAÇÕES COM CRIPTOMOEDAS: UM ENSAIO ACERCA DO MOMENTO DE SUA REALIZAÇÃO. O artigo discute a incidência do Imposto sobre a Renda no ganho de capital em operações com criptomoedas, examinando os diferentes momentos em que a realização do ganho pode ocorrer. A pesquisa busca contribuir para a elucidação de um tema ainda controverso na doutrina e na jurisprudência, orientando os contribuintes e profissionais da área sobre a tributação de criptoativos.

3. ANÁLISE DA CIDE-COMBUSTÍVEL: TREDESTINAÇÃO E IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS. Este artigo analisa a CIDE-Combustível sob a ótica da sua destinação e das implicações econômicas dessa tributação. A pesquisa contribui para o debate sobre o papel da CIDE-Combustível na arrecadação de receitas para o financiamento de políticas públicas, além de avaliar seus impactos no preço dos combustíveis e na competitividade da economia brasileira.

4. SOLIDARIEDADE SOCIAL: REFLEXOS NO DEVER DE PAGAR TRIBUTOS E NA PROGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA. O artigo examina os reflexos da solidariedade social no dever de pagar tributos e na progressividade tributária. A pesquisa contribui para a compreensão do papel da solidariedade na construção de um sistema tributário mais justo e equânime, além de analisar os desafios da aplicação prática desse princípio no âmbito tributário.

5. A CONCENTRAÇÃO DA RENDA E RIQUEZA NO BRASIL, OS BLOQUEIOS INSTITUCIONAIS E AS “REFORMAS TRIBUTÁRIAS”: SERÁ QUE O JOGO PODE MUDAR? O artigo analisa a relação entre a concentração da renda e riqueza no Brasil e as reformas tributárias propostas nos últimos anos. A pesquisa identifica os bloqueios institucionais que dificultam a implementação de reformas mais progressivas, além de discutir as perspectivas de mudança nesse cenário.

6. INTERPRETAÇÃO ECONÔMICA DO DIREITO TRIBUTÁRIO E A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: DISTINÇÕES NECESSÁRIAS. O artigo diferencia a interpretação econômica do Direito Tributário da análise econômica do Direito, destacando

os métodos e objetivos de cada uma delas. A pesquisa contribui para a compreensão dos diferentes instrumentos disponíveis para a análise das normas tributárias, orientando a aplicação do Direito Tributário em situações complexas.

7. AS IMPLICAÇÕES DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 132 DE 2023 NO REGIME DO SIMPLES NACIONAL. O artigo analisa as implicações da Emenda Constitucional nº 132/2023 para o regime do Simples Nacional. A pesquisa identifica as principais mudanças introduzidas pela emenda e seus impactos para as microempresas e empresas de pequeno porte, além de avaliar os desafios da implementação dessas mudanças.

8. A INFLUÊNCIA DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA NA ESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ TRIBUTÁRIA. O artigo examina a influência da capacidade contributiva na estruturação da matriz tributária brasileira. A pesquisa contribui para o debate sobre a justiça fiscal e a progressividade do sistema tributário brasileiro, além de analisar os desafios da aplicação do princípio da capacidade contributiva na prática.

9. IMPOSTO TERRITORIAL RURAL: EXTRAFISCALIDADE E EFETIVIDADE DO TRIBUTO. O artigo analisa a extrafiscalidade do Imposto Territorial Rural (ITR) e sua efetividade como instrumento de política pública. A pesquisa contribui para o debate sobre o papel do ITR na promoção do desenvolvimento rural e na redução das desigualdades sociais no campo, além de avaliar a efetividade do tributo na consecução de seus objetivos.

10. O PROCESSO LEGISLATIVO TRIBUTÁRIO A PARTIR DA EMENDA CONSTITUCIONAL 132, DE 2023: OS NOVOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E A CIÊNCIA DA LEGISLAÇÃO. O artigo analisa os novos princípios constitucionais introduzidos pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e sua influência no processo legislativo tributário. A pesquisa contribui para a compreensão das novas regras que disciplinam a elaboração de leis tributárias, além de analisar os desafios da aplicação desses princípios na prática.

11. CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE: POLÍTICA DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA. Este artigo examina o Código de Defesa do Contribuinte como instrumento de política de justiça tributária. A pesquisa contribui para o debate sobre os direitos dos contribuintes e a efetividade da justiça fiscal no Brasil, além de analisar os desafios da aplicação do Código de Defesa do Contribuinte na prática.

12. A EXTRAFISCALIDADE COMO MECANISMO DE ENFRENTAMENTO DE FATORES DE VULNERABILIDADE QUE ATINGEM A RELAÇÃO JURÍDICA

TRIBUTÁRIA. O artigo analisa a extrafiscalidade como mecanismo de enfrentamento de fatores de vulnerabilidade que atingem a relação jurídica tributária. A pesquisa contribui para o debate sobre a função social do tributo e a proteção dos direitos dos contribuintes mais vulneráveis, além de analisar os desafios da aplicação da extrafiscalidade na prática.

13. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS: ALTERAÇÕES RECENTES, DÚVIDAS ANTIGAS. Este artigo analisa as alterações recentes na legislação sobre subvenção para investimentos e as dúvidas que persistem sobre a aplicação desse regime. A pesquisa contribui para a compreensão das regras que disciplinam a concessão de subvenções para investimentos, além de analisar os desafios da aplicação dessas regras na prática.

14. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO ÂMBITO TRIBUTÁRIO: O IMPACTO DA FLEXIBILIZAÇÃO DA COISA JULGADA NAS RELAÇÕES TRIBUTÁRIAS DE TRATO SUCESSIVO. O artigo analisa o impacto da flexibilização da coisa julgada nas relações tributárias de trato sucessivo, à luz do controle de constitucionalidade. A pesquisa contribui para o debate sobre a segurança jurídica e a modulação dos efeitos das decisões judiciais no âmbito tributário, além de analisar os desafios da aplicação da flexibilização da coisa julgada na prática.

15. COOPERATIVE COMPLIANCE, ECONOMIA DIGITAL E GESTÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL. O artigo examina a relação entre o cooperative compliance, a economia digital e a gestão tributária municipal. A pesquisa contribui para o debate sobre a modernização da administração tributária municipal no contexto da economia digital, além de analisar os desafios da implementação do cooperative compliance nesse contexto.

16. INCENTIVOS FISCAIS E MEIO AMBIENTE: COMO A EXTRAFISCALIDADE PODE CONTRIBUIR COM A REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA. O artigo analisa como a extrafiscalidade pode contribuir para a realização da logística reversa por meio de incentivos fiscais. A pesquisa contribui para o debate sobre a utilização de instrumentos tributários para a proteção do meio ambiente, além de analisar os desafios da implementação de incentivos fiscais para a logística reversa na prática.

17. DRAWBACK NO AGRONEGÓCIO E OS BENEFÍCIOS TRAZIDOS PELA PORTARIA SECEX Nº 295/24. Este artigo analisa os benefícios trazidos pela Portaria SECEX nº 295/24 para o regime de drawback no agronegócio. A pesquisa contribui para a compreensão das novas regras do drawback no agronegócio, além de analisar os impactos dessas regras para o setor.

18. POLÍTICAS PÚBLICAS DE BENEFÍCIOS FISCAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD'S): A NECESSIDADE DA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA CONTEMPLAR POR ISONOMIA OS PORTADORES DE DOENÇAS RENAIIS CRÔNICAS. O trabalho analisa as políticas públicas de benefícios fiscais para pessoas com deficiência (PCD's) à luz da isonomia, com foco na necessidade de contemplar por igual os portadores de doenças renais crônicas. A pesquisa contribui para o debate sobre a justiça fiscal e a inclusão social, defendendo a ampliação da abrangência das políticas públicas de benefícios fiscais para garantir a igualdade de oportunidades para todas as pessoas com deficiência, independentemente da natureza de sua deficiência.

Os 18 trabalhos que compõem o GT-40 - Direito Tributário e Financeiro II - demonstram a riqueza e a diversidade da pesquisa em curso na área. Esperamos que a apresentação desses trabalhos contribua para o conhecimento e o debate sobre temas relevantes para o Direito Tributário e Financeiro.

Agradecemos a todos os participantes do GT.

Atenciosamente,

Coordenação do GT Direito Tributário e Financeiro II.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE: POLÍTICA DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

TAXPAYER DEFENSE CODE: TAX JUSTICE POLICY

Jose Carlos Buzanello

Resumo

Inserir esse artigo dentro dos direitos constitucionais ao separar os direitos fundamentais do contribuinte com os direitos do Estado em tributar. Busca-se, assim, incentivar a criação do “Código de Defesa do Contribuinte”, já aprovada na Câmara dos Deputados, para regular a relação entre o contribuinte e o Fisco garantindo um conjunto de direitos que devem ser observados pela administração tributária, enquanto “norma geral” para a União, Estados e Municípios. Recupera-se, em parte a memória do processo legislativo em curso no Congresso Nacional e das indicações da Comissão de Juristas em prol dos direitos do contribuinte brasileiro. Desta forma, a proposta de código busca-se reforçar as garantias dos direitos fundamentais, por mais aperfeiçoamento que temos no sistema jurídico-administrativo de proteção, ele não poderá evitar todas as ameaças e violações de direitos e abuso da autoridade tributária. Para o aperfeiçoamento da reforma tributária resta-nos a aprovação desta lei integradora aos direitos fundamentais, o Código de Defesa do Contribuinte.

Palavras-chave: Direitos do contribuinte, Código de defesa do contribuinte, Defesa fiscal, Tributação justa, Procedimento justo

Abstract/Resumen/Résumé

It inserts this article within constitutional rights by separating the taxpayer's fundamental rights from the State's rights to tax. The aim is, therefore, to encourage the creation of the “Taxpayer Defense Code”, already approved by the Chamber of Deputies, to regulate the relationship between the taxpayer and the Tax Authorities, guaranteeing a set of rights that must be observed by the tax administration, the “general standard” for the Union, States and Municipalities. The memory of the ongoing legislative process in the National Congress and the recommendations of the Commission of Jurists in favor of the rights of the Brazilian taxpayer is partially recovered. In this way, the code proposal seeks to reinforce the guarantees of fundamental rights, however perfected we have in the legal-administrative protection system, it does not you will be able to avoid all threats and violations of rights and abuse of tax authority. To improve tax reform, we only need to approve this law that integrates fundamental rights, the Taxpayer Defense Code.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Taxpayer rights, Taxpayer defense code, Tax defense, Fair taxation, Fair procedure



GENERAL PROGRAM

The Winter School is organized in three different moments during the day.

MORNING LECTURES

Each morning from **9:00 to 10:00**, all the participants will participate in the **morning lectures**.

COURSES

After a coffee break, the participants are divided into two different groups and follow a **course** given by an international scholar from **10:15 to 12:15**. They have to choose between:

- **Applying Policy Analysis in the 21st century** by [Andrea Migone](#)
- **Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches** by [Philippe Zittoun](#)

AFTERNOON WORKSHOP

The afternoon will be dedicated to a three-hour workshop on **research design**, during which participants will have the opportunity to present a paper for which they would like to receive constructive feedback from the other participants and the professor. This paper can be a doctoral thesis research project or a project of an article they would like to submit to a journal or present at a conference. The relevant size would be from 5.000 to 10.000 words and it must include a clear research question, a presentation of methodology, and some key arguments.

Participants who don't present a paper will discuss the papers presented with the professor. All the participants are expected to read the papers before the workshop to engage in constructive discussions.

TENTATIVE PROGRAM



Monday 19	Tuesday 20	Wednesday 21	Thursday 22	Friday 23
9:00 - 10:00 Welcome Speech	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture
10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break
10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course
12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch
14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 17:00 Free Afternoon - Outdoor activities	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 16:00 Workshop on Research Design
15:30 - 15:45 Coffee Break	15:30 - 15:45 Coffee Break		15:30 - 15:45 Coffee Break	16:00 - 17:00 Conclusion
15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	15:45 - 17:15 Workshop on Research Design		15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	Check-out



INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION

LAET-ENTPE, 3 Rue Maurice Audin
69120 Vaulx en Velin, France
Tel. +33 (0) 72 04 72 53

> contact@ippa-pp.org

IPPA NEWSLETTER

Subscribe

FOLLOW US



-

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

ABSTRACT

This course focuses on how to study Policy Processes by mobilizing different qualitative perspectives, from Constructivist to Pragmatic Approaches. Its main objective is to identify and discuss how we can empirically and methodologically grasp the policy process by observing and defining the struggles around the problem and also around the meaning of proposed solutions. Special attention will be paid to the building of coalitions, existing powerful dimensions, and the solutions to the different challenges encountered along their path.

Why do some solutions manage to make it to the decision-making process whereas others fail? Under what conditions and at what price do solutions make it to the solution agenda? How do some actors succeed in "domesticating" "wicked" problems? First, this course will explore the career of a public problem, from emergence to agenda-setting.

Second, it will explore the career of the proposal as it passes through different areas such as bureaucracy, the advice system, and the political arena. Policy problems and solutions will be observed based on three games: the game of language where a statement takes on meaning and becomes a problem/solution, the game of actors where this definition is stabilized through coalition building, and the game of power through the formation of multiple levels of power.

The course will draw on the studies undertaken by key authors in the field and will explore how they perceive the political dimension in the policy process. It will also propose different concepts and approaches to help grasp the policy process from a different perspective.

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

PLANNING

MONDAY AUGUST 19

Public Policy - General Introduction

9.00 - 10.00	WELCOME SPEECH
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 1: The main idea of this morning's course is to provide a general introduction to public Policy Studies. We will begin by discussing different definitions and the main research questions found in Policy Studies. Additionally, each participant will share their definition and the literature they have utilized. This introduction will help us understand the diversity of perspectives in the literature and the various approaches developed by the participants in the group. We will also use classical definitions from the literature to engage in a discussion about the complexity of studying policy objects and the challenges associated with understanding the processes and influences that shape them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 1: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 1: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH
CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE
APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

TUESDAY AUGUST 20

The problem definition and its agenda

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 2 : The course begins by examining the emergence of different perspectives within sociology and political science regarding public problems and agenda setting. It starts with the famous controversies between John Dewey and Walter Lippmann in 1925/27 on the nature of the public and its problems. The course aims to explore how sociology debates have intertwined with political science debates, particularly those concerning the subjective and objective definitions of public problems, as well as the behavioral approaches to decision-making versus elitist approaches to the pre-decision process. Furthermore, the course delves into the concept of the "agenda" and its connections to various arenas, such as the media agenda and the governmental agenda. This exploration helps to understand the limitations of the concept and the research challenges it presents. Finally, the course concludes by discussing the defining characteristics of the agenda itself and how policymakers and spokespersons struggle to impose their own definitions in different arenas.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 2: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 2: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

WEDNESDAY AUGUST 21

A Constructivist and Pragmatist Perspective of Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 3 : This course revisits the dominant model that has developed in the literature for understanding the Policy Process and its limitations. It focuses specifically on the epistemological gap between the pragmatist approaches to problem-solving as a social construct and the positivist approaches to solutions and coupling. In order to propose an alternative, the course first delves into the pragmatist philosophy of Pierce, James, and Dewey. It explores their rejection of causal models and the divisions between object and subject, individual and society, among others. The course then examines the influence of pragmatist sociology on scholars such as Lasswell and the Chicago School. It also explores the contributions of authors like Latour, Boltanski, Bourdieu, and Foucault, who have provided insights into understanding social activities as transactions between individual identity and discourse. Drawing on this literature, the course presents a pragmatist perspective on the policy process, with a specific focus on the definition of policy statements and the multiple argumentations used to support and propagate them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 17.00	FREE AFTERNOON

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

THURSDAY AUGUST 22

The Policy Formulation between experts, bureaucrats and politicians

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 4: This course revisits the two main dimensions discussed in Policy Studies regarding Policy Formulation: the definition of the proposal and the configuration in which this discussion occurs. Regarding the first point, the course proposes to view the Policy Proposal as a social construction, similar to how we approach the Public Problem. The main focus is understanding the knowledgetypes utilized in shaping a Policy Proposal Statement. This includes examining its instrumentation, its capacity to address an unresolved problem redefined as treatable, and the shaping of the relationship between the government and its public. The second dimension pertains to the venues where this definition process takes place and where it propagates. By revisiting the numerous controversies surrounding different configurations proposed in Policy Literature (such as Policy System, Policy Subsystem, Policy Community, Policy Venue, etc.), the course delves into researchers' ability to understand better the multiple hidden micro-spaces where discussions and struggles occur to comprehend the trajectory of the Policy Proposal.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 3: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 3: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

FRIDAY AUGUST 23

Qualitative Methodology to Study Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 5 : In this final course, the focus is on discussing the various methods employed to conduct qualitative studies on the Policy Process. The main objective is to engage in a discussion about the epistemological reflexivity of these methods and their inherent biases. Additionally, the course includes a practical component where participants will engage in a simulation exercise of conducting qualitative interviews. The course begins by exploring how to study written documents such as reports, newspaper articles, notes, websites, parliamentary debates, and public discourses. The main question revolves around how to consider the content of these documents in research investigations and the biases that may arise from their inclusion. Special attention will be given to qualitative interviews, which are frequently used but often not sufficiently interrogated as a methodological practice. The aim is to develop the capacity to design and conduct qualitative interviews, and to understand the various techniques involved, such as understanding why certain questions are not asked ("Why never asked Why") or the significance of interviews lasting at least one hour. The course seeks to provide practical skills and insights into conducting qualitative research interviews effectively.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 16.00	Workshop 4: Discussion on participant's research project
16.00 - 17.00	CONCLUSION



Rio Winter School 2024 – List of Participants & teams of discussion

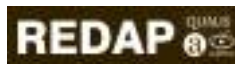
Philippe Zittoun's group on Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches

#	NAME	<i>Paper discussed by</i>	<i>Day of Presentation</i>
10	Lorena Mourão de Oliveira	Emerson Affonso da Costa Moura	Monday 19
1	Ricardo Duarte	Maria Paula Lucia de Oliveira	Monday 19
12	Emerson Affonso da Costa Moura	Laila Maria Domith Vicente	Tuesday 20
20	Taissa Sales Romeiro	Lorena Mourão de Oliveira	Tuesday 20
23	Maria Paula Lucia de Oliveira	Willis Santiago Guerra Filho	Thursday 22
24	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Ricardo Duarte	Thursday 22
15	Laila Maria Domith Vicente	Caroline Gonzaga	Thursday 22
25	Willis Santiago Guerra Filho	Taissa Sales Romeiro	Friday 23
28	Caroline Gonzaga	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Friday 23

Your paper will be only shared with your fellow group members to facilitate the discussion during the workshop sessions. It can be a research project or an article and must have a certain length: for research projects, at least 10 pages long, and for articles, 7,000 to 10,000 words, in compliance with international standards.

Presentation timing:

- Presentation: **15 minutes**
- Discussion: **10 minutes**
- General Discussion with the group: **20 minutes**



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL: O PROCESSO LEGISLATIVO PARA A CONFORMAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães

UNIRIO

Autor

Dr. Leonardo de Andrade Mattietto

UNIRIO

Autor

Palavras-chave: Políticas Públicas, Proteção de dados pessoais, Processo Legislativo

Resumo

No Brasil, houve o advento da LGPD que constituiu um marco regulatório de proteção de dados. Além dela, houve a consolidação desse direito como garantia fundamental presente no art. 5º da Constituição. Nesse sentido, o presente artigo objetiva analisar o processo legislativo brasileiro no que diz respeito à tutela do da proteção de dados pessoais. Outrossim, objetiva-se examinar a temática no âmbito das políticas públicas. O presente artigo tem como escopo responder a seguinte questão: como se deu o desenvolvimento legislativo da proteção de dados no Brasil e quais são suas origens? A análise desse tema será realizada em dois passos: (i) análise das origens legislativas e suas discussões iniciais sobre a proteção de dados pessoais e (ii) o paralelismo existente entre o direito do consumidor e a proteção de dados. Conclui-se explicitando-se as discussões iniciais no âmbito do Mercosul e o seu impacto na legislação brasileira, apresentando o iter legislativo da matéria no Brasil, além disso, demarcando os pontos de contato entre o direito do consumidor e a proteção de dados pessoais no contexto brasileiro.

Downloads

[PDF](#)

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar

POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL: O PROCESSO LEGISLATIVO PARA A CONFORMAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DE DADOS. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3). <https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/89>

Formatos de Citação

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Leonardo de Andrade Mattietto, [DIREITO À IGUALDADE, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: POR UMA REVISÃO DA DISTINÇÃO ENTRE IGUALDADE FORMAL E SUBSTANCIAL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)

- Leonardo de Andrade Mattietto, [A POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O REGIME DAS INCAPACIDADES NO DIREITO BRASILEIRO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Artigos Semelhantes

- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS “PROCESSOS ADMINISTRATIVOS” E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Laila Laila Maria Domith Vicente, Heloisa Melino, [GÊNERO, MIGRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO INCREMENTO DA ENTRADA DE MULHERES MIGRANTES NO BRASIL NA DÉCADA DE 2010-2020](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Lucas da Silva Rocha, Saulo Pinto Coelho, [PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASILEIROS: ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS CAPACIDADES E OS DESAFIOS INSTITUCIONAIS PARA O MANEJO DE PRECEDENTES NO PROCESSO DE CONTAS NUM CONTEXTO MULTINÍVEL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2022\)](#)
- Caroline Müller Bitencourt, André Afonso Tavares, [DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CATEGORIA ‘CRITÉRIOS’: ANÁLISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE À LUZ DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Arianne Campos Souza, Diva Júlia Sousa Safe Coelho, [REGULAÇÃO DO USO DE DADOS E PROTEÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAS: UM ESTUDO COMPARADO A PARTIR DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS BRASILEIRA E A LEI DE CIBERSEGURANÇA CHINESA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#)
- Maria Lucia Paula de Oliveira, Willis Santiago Guerra Filho, Paola Cantarini, [A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Benedito Adeodato, [INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL ENTRE 2018 E 2022: UM ESTUDO SOBRE AS DIFICULDADES ALIMENTARES E A DESMEDIDA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Maria Lucia de Paula Oliveira, Adriano Fonseca, [DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À AIDS COMO EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE](#), [Revista de Direito da](#)

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources

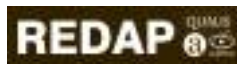


Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

A POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O REGIME DAS INCAPACIDADES NO DIREITO BRASILEIRO

Leonardo de Andrade Mattietto

Autor

Palavras-chave: igualdade substancial; incapacidade civil; políticas públicas; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

Resumo

O artigo defende o ideal de igualdade substancial como um vetor para as políticas públicas – dentre as quais destaca a inclusão das pessoas com deficiência, aspecto fundamental da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que é um instrumento crucial para a construção de uma sociedade democrática que promova os direitos humanos e o respeito às minorias. Embora a igualdade formal tenha desempenhado um papel histórico central na afirmação do Estado de Direito e dos direitos fundamentais, a mera declaração da igualdade de todas as pessoas perante a lei (ou mesmo a sua vertente de igualdade de oportunidades) não é capaz de fornecer, por si só, a realização do programa democrático de convivência pacífica nas diversas esferas de pertencimento em que os sujeitos participam da vida social. A promoção da inclusão das pessoas com deficiência deve nortear a reestruturação do regime das incapacidades no Código Civil brasileiro.

Downloads



 PDF

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar
A POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O REGIME DAS INCAPACIDADES NO DIREITO BRASILEIRO. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3).
<https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/94>

Formatos de Citação ▼

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Leonardo de Andrade Mattietto, [DIREITO À IGUALDADE, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: POR UMA REVISÃO DA DISTINÇÃO ENTRE IGUALDADE FORMAL E SUBSTANCIAL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)

- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Dr. Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL: O PROCESSO LEGISLATIVO PARA A CONFORMAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DE DADOS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Artigos Semelhantes

- Leonardo de Andrade Mattietto, [DIREITO À IGUALDADE, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: POR UMA REVISÃO DA DISTINÇÃO ENTRE IGUALDADE FORMAL E SUBSTANCIAL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- [DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: CONQUISTAS DA CIDADANIA BRASILEIRA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Flavio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes, [A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO \(TCU\) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Vanessa Santos do Canto, Ilzver de Matos Oliveira, [DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: Uma necessária abordagem histórica \(1995-2023\)](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Taissa Romeiro, [POLÍTICAS PÚBLICAS E CRIPTOMOEDAS: MARCO LEGAL DAS CRIPTOMOEDAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Arianne Campos Souza, Diva Júlia Sousa Safe Coelho, [REGULAÇÃO DO USO DE DADOS E PROTEÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAS: UM ESTUDO COMPARADO A PARTIR DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS BRASILEIRA E A LEI DE CIBERSEGURANÇA CHINESA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#)
- Maria Lucia de Paula Oliveira, Adriano Fonseca, [DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À AIDS COMO EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Oswaldo Pereira de Lima Junior, Luana Cristina da Silva Lima Dantas, José Carlos José Carlos Buzanello, [POLÍTICAS PÚBLICAS NA ERA DIGITAL: CIDADANIA, DIREITOS E JUSTIÇA SOCIAL NO MARCO CIVIL DA INTERNET E A BUSCA PELA LIBERDADE REGULADA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

O evento já encerrou...

2nd International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policies

[VER EVENTO](#)

Eventos para você



NUMANICE | RIO DE JANEIRO

[Data extra]

Riocentro - Rio de Janeiro, RJ

DOM, 08 DEZ - 14:00



Love Sessions Festival w/ Vintage Culture & Anna

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, RJ

SAB, 14 DEZ - 19:00



Budah - Turnê Púrpura

Casa Natura Musical - São Paulo, SP

QUI, 13 MAR - 21:00



22º FESTIVAL DA EDUCAÇÃO

Concha Acústica - Salvador, BA

SAB, 07 DEZ - 19:00

Vem viver com a gente



Benefícios
Mastercard



Réveillon 2025



Carnaval



Festas e Shows



Teatros e
Espetáculos



Stand Up Comedy

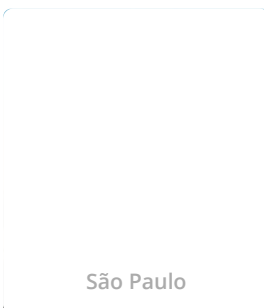


Passeios e Tours

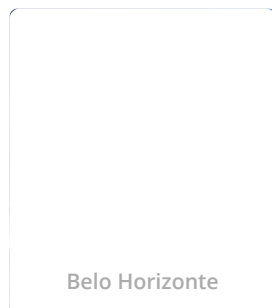


Es

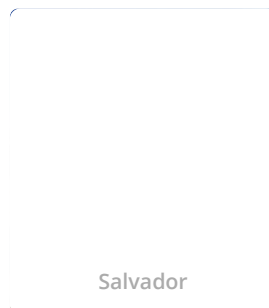
O melhor de cada cidade



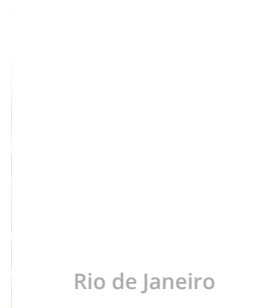
São Paulo



Belo Horizonte



Salvador



Rio de Janeiro



Porto Alegre

[COMPARTILHAR](#)

2nd International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policies

02 dez - 2024 • 07:00 > 03 dez - 2024 • 12:00

Evento Online via Indefinida

Descrição do evento

Dia 2/12/2024, das 7h até 12h (12/2/2024 - 7am to 12pm - Brazilian time):

No primeiro dia do II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, será inaugurada uma série de palestras com foco em abordagens transnacionais sobre direitos humanos, constitucionalismo e políticas públicas. O evento reunirá especialistas de renome internacional, que compartilharão análises teóricas e experiências práticas sobre temas de alta relevância para o cenário global contemporâneo. Este primeiro encontro será marcado por debates qualificados e reflexões críticas, no qual o diálogo interdisciplinar e as discussões sobre políticas públicas inclusivas ocuparão o centro das atenções. Trata-se de uma oportunidade única para engajar-se em uma jornada acadêmica de impacto e ampliação de perspectivas.

On the first day of the II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, a series of lectures will launch a comprehensive exploration of transnational approaches to human rights, constitutionalism, and public policy. The event will bring together internationally renowned experts to share theoretical insights and practical experiences on topics of significant global relevance. This inaugural session will feature high-level debates and critical reflections, in which interdisciplinary dialogue and discussions on inclusive public policies will take center stage. It is a unique opportunity to engage in an impactful academic journey and broaden perspectives.

Dia 3/12/2024, das 7h até 12h (12/3/2024 - 7am to 12pm - Brazilian time):

No segundo dia do II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, o foco será uma análise detalhada da relação entre políticas públicas e direitos humanos, considerando diversos contextos sociopolíticos e enfrentando desafios contemporâneos de maneira crítica. O programa incluirá exposições e debates conduzidos por especialistas renomados, explorando questões como as implicações do constitucionalismo na efetivação das garantias fundamentais e as respostas institucionais às desigualdades estruturais. Com abordagem acadêmica rigorosa e foco em soluções inovadoras, este dia proporcionará um ambiente propício ao desenvolvimento de reflexões estratégicas e à construção de contribuições relevantes para o avanço das políticas públicas e dos estudos de direito transnacional.

On the second day of the II International Meeting: Human Rights, Constitutionalism and Public Policy - Transnational Perspectives, the focus will be on a detailed analysis of the intersection between public policy and human rights, considering diverse sociopolitical contexts and critically addressing contemporary challenges. The program will include presentations and debates led by renowned specialists, exploring issues such as the implications of constitutionalism for the realization of fundamental guarantees and institutional responses to structural inequalities. With a rigorous academic approach and emphasis on innovative solutions, this day will foster strategic reflections and contribute to meaningful advancements in public policy and transnational legal studies.

[A programação dos palestrantes de cada dia segue abaixo:](#)

2 de dezembro de 2024:

Emerson Affonso da Costa Moura
Ella Gorian
Sonu Argawal
Prabhpreet Singh
Albin Anto
Vinodh Jaichand
Raquel Z. Yrigoyen Fajardo
Agnieszka Bień-Kacała
Marieta Safta, Geanina Banu e Iustin
Priescu
Maria Gomez
Benedito Adeodato

3 de dezembro de 2024:

Oswaldo Lima Junior
Maree Crabbe
Ausma Bernot
Antonietta Elia
Tetiana Drakokhrust
Nyasha Mboti
Gabrielle Bardall
Pierre-Guillaume
Tamara Thermitus
Anna Tarnowska
Edna Raquel Hogemann

COORDENADORES/COORDINATORS:

Prof.^a Dr.^a. Edna Raquel Hogemann
Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa
Moura

Prof. Dr. Leonardo Mattietto
Prof. Dr. Oswaldo Pereira Lima Jr.

Política do evento

Cancelamento de pedidos pagos

Cancelamentos de pedidos serão aceitos até 7 dias após a compra, desde que a solicitação seja enviada até 48 horas antes do início do evento.

[Saiba mais sobre o cancelamento](#)

Edição de participantes

Você poderá editar o participante de um ingresso apenas uma vez. Essa opção ficará disponível até 24 horas antes do início do evento.

[Saiba como editar participantes](#)

[Termos e políticas](#) [Denunciar este evento](#)

Como acessar o evento



Acesse a aba **Ingressos** no site ou no app Sympla disponível para **iOS** e **Android**



Selecione o evento desejado e toque no botão **acessar evento**



Pronto! O link de acesso também será enviado para você por email.

[Saiba mais sobre o acesso a eventos online](#)

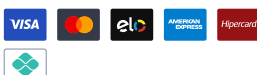
Sobre o produtor

Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas

Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

 [Fale com o produtor](#)

Métodos de pagamento



 [Parcele sua compra em até 12x](#)

Compre com total segurança

Os dados sensíveis são criptografados e não serão salvos em nossos servidores.

Google
Safe Browsing

Precisando de ajuda?

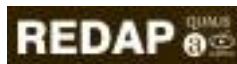
Acessa a nossa [Central de Ajuda](#) Sympla ou Fale com o produtor.

[✉ Fale com o produtor](#)

COMPRA PELO APP

[ENCONTRE EVENTOS](#)[CIDADES](#)[CATEGORIAS](#)[PARA PRODUTORES](#)[CRIE SEU EVENTO](#)[AJUDA](#)[Ver todas opções](#)[Home](#) [Sobre](#) [Blog](#) [Carreiras](#) [Termos e Políticas](#) [Ética e conduta](#) [Política de Direitos Humanos da Prosus](#)

Sympla Internet Soluções S.A. © Copyright 2024 - v1.54.0



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

A INCORPORAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES COMO DIRETRIZ PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Fábio Periandro de Almeida Hirsch

Universidade Federal da Bahia

Autor

Maria Lucia Paula de Oliveira

Autor

Jailce Campos e Silva

Autor

Palavras-chave: Políticas públicas. Transversalidade. Desigualdade de gênero.

Resumo

Este artigo traz uma reflexão acerca da importância de incorporar a transversalidade nas políticas públicas voltadas aos grupos minoritários, em especial às mulheres, com a adoção de mecanismos eficazes no estabelecimento de redes entre órgãos setoriais, entes federativos e sociedade para o enfrentamento das desigualdades sociais. Traz, também, uma análise sobre o “Programa Política para as Mulheres” previsto no Plano Plurianual Participativo do Estado da Bahia para o quadriênio 2020-2023, assim como a avaliação do seu desempenho e resultado feita pelo órgão público responsável. Para abordagem deste estudo, buscou-se a sua fundamentação em normativos nacionais e internacionais, assim como fontes doutrinárias, visando confirmar que o estabelecimento de rede para uma atuação coordenada e interdependente dos órgãos públicos é o mecanismo apropriado para o alcance dos objetivos propostos em cada política pública.

Downloads

[PDF](#)

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar

A INCORPORAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES COMO DIRETRIZ PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3).
<https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/75>

Formatos de Citação

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Maria Lucia Paula de Oliveira, Willis Santiago Guerra Filho, Paola Cantarini, [A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Vívian Nigri Queiroga Diniz da Paixão, Alvaro Reinaldo de Souza, Willis Santiago Guerra Filho, Maria Lucia Paula de Oliveira, [INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: BASES EPISTEMOLÓGICAS PARA UM MODELO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE](#)

[DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL PARA MULHERES INDÍGENAS EM ALDEIAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

- Fábio Periandro de Almeida Hirsch, Vanessa de Fátima Terrade, Maria Carolina Barroso Bastos Monteiro, Carla Conchita Pacheco Bouças Periandro Hirsch,, [POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA NO BRASIL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Artigos Semelhantes

- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Laila Laila Maria Domith Vicente, Heloisa Melino, [GÊNERO, MIGRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO INCREMENTO DA ENTRADA DE MULHERES MIGRANTES NO BRASIL NA DÉCADA DE 2010-2020](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Vívian Nigri Queiroga Diniz da Paixão, Alvaro Reinaldo de Souza, Willis Santiago Guerra Filho, Maria Lucia Paula de Oliveira, [INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: BASES EPISTEMOLÓGICAS PARA UM MODELO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL PARA MULHERES INDÍGENAS EM ALDEIAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Vanessa Santos do Canto, [O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: Uma Abordagem das Principais Políticas Públicas para a Promoção da Equidade de Gênero e Raça](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Renata Maria Aponte Rodrigues de Carvalho, Daniela Bucci, Alessandra Cristina Guedes Pellini, [A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO À CIDADE E A DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS DE COVID-19 NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, BRASIL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#)
- Caroline Müller Bitencourt, André Afonso Tavares, [DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CATEGORIA 'CRITÉRIOS': ANÁLISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE À LUZ DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Saulo Pinto Coelho, Lucas da Silva Rocha, [CONTROLE DE CONTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ENTENDER AS CAPACIDADES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA ANÁLISE FINANCEIRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Flavio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes, [A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO \(TCU\) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

- Andre Ricardo Cruz Fontes, [LIBERDADE DE EXPRESSÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAMENTAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UM EXAME NO CONTEXTO DO REGIME POLÍTICO MILITAR E PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

1-10 de 55 [Próximo](#) →

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPEs



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

**DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL II**

EDSON RICARDO SALEME

EVERTON DAS NEVES GONÇALVES

MARCO ANTÔNIO CÉSAR VILLATORE

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito, economia e desenvolvimento econômico sustentável II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Edson Ricardo Saleme; Everton Das Neves Gonçalves; Marco Antônio César Villatore – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-887-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito e economia. 3. Desenvolvimento econômico sustentável. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL II

Apresentação

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL II

Encontramo-nos, em mais essa oportunidade própria da faina do CONPEDI, para apresentarmos e debatermos nossos trabalhos acadêmicos no GT 62 Direito, Economia e desenvolvimento Econômico Sustentável II. De fato, o GT tem sido brindado com a excelência de artigos que, especialmente, fazem perceber a importância de se avançar na defesa do meio ambiente equilibrado e saudável se é que ainda se o pode ter, haja vista todo o descaso verificado com a efetiva proteção ambiental em escala mundial. No Brasil, especialmente, lembrem-se das recentes inundações no Rio Grande do Sul levando a cerca de 179 mortes e 34 desaparecidos (dados registrados em 28/06/2024), aproximadamente 629.000 desabrigados, e 478 dos 497 Municípios atingidos pelas águas; isso ainda lembrando as secas nos rios amazônicos em 2023 e os atuais incêndios no Pantanal de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Por óbvio, a desordem ambiental se manifesta em diversos locais do Planeta e tudo isso nos faz refletir sobre a necessidade de uma economia que leve em conta, inexoravelmente, a ambientabilidade sob pena de nossa própria extinção. O problema urge e respostas adequadas por parte do Direito Econômico e da Análise Econômica do Direito e que devem ser suscitadas com a devida presteza para; extrapolando os muros da Academia, fazerem-se presentes nas tomadas de decisões político-jurídicas. Urge que os Poderes da República ouçam a Academia para fim de que leis sejam criadas, medidas administrativas sejam tomadas e sentenças sejam exaradas levando-se em conta o clamor do Planeta quanto a sua necessária sobrevivência. A Pachamama (Mãe Terra em Quechua) está aí a responder a toda ação que a tem aviltado em alerta nefasto aos incautos que a destroem no enlouquecedor ufanismo da destruição.

O Planeta Terra, enquanto manifestação da natureza, certamente haverá de se reerguer nos Séculos dos Séculos vindouros. A questão, então, é se nós seres humanos estaremos aqui para vivenciar essa regeneração. Assim, levantamos nossas bandeiras acadêmicas para repensar o dirigismo e a liberdade econômica, o desenvolvimento necessário em meio ao crescimento econômico próprio de um Sistema produtivo tão poluidor. Lembremos que, se antes, centenas ou milhares de civilizações nos precederam na névoa dos tempos; agora, a partir dos últimos cem anos, modificamos de tal maneira nosso meio ambiente que já não reconhecemos na “nossa casa” (O Planeta Terra) a devida segurança alimentar, de moradia,

de vivências, de vida. Lembremo-nos, ainda, que da década de cinquenta, no Século XX, para agora, mais de 90% da população brasileira migrou do campo para as cidades e que, a partir dos anos oitenta do também Século XX, o desenvolvimento tecnológico foi de tal monta que nos faz perceber a importância, o real papel e o comprometimento para bem e para mal das duas ou três últimas gerações em relação às mudanças do Globo Terrestre. Somos, portanto, os causadores dos principais problemas ambientais vivenciados agora e teremos, para nosso próprio bem, de sermos aqueles que apresentarão soluções para que se evite a destruição do Planeta e da vida terrestre. Urge, então, para nós outros, acadêmicos, o compromisso de contribuir para com a sociedade apresentando, trazendo a lume, nosso pensamento em defesa de uma economia progressista, inclusora, ambientalmente assertiva e capaz de evitar a sexta destruição em massa do Planeta.

Com esse desiderato e reconhecendo que os mínimos esforços são benfazejos, apresentamos, então, no GT 62 Direito, Economia e desenvolvimento Econômico Sustentável II, os seguintes trabalhos:

A ESCOLA AUSTRIACA DE ECONOMIA: BREVE ANÁLISE DE SEUS PRINCIPAIS FUNDAMENTOS de autoria de Mario Inacio Xavier De Barros Martins, Felipe Souza Podolan e Rafael Campos Macedo Britto abordando, sob o prisma da Análise Econômica do Direito, os fundamentos e postulados da Escola Austríaca de Economia, reconhecidamente liberal, e que ressignificou conceitos econômicos tidos como absolutos, além de ter influenciado economistas, filósofos e pensadores ao redor do globo, destacando-se para tanto, os postulados de Carl Menger – tido como fundador da Escola Austríaca, e de seu aluno e sucessor Eugen von Bohm-Bawerk; para além, das contribuições recentes de Ludwig Von Mises.

CONSTRUINDO UM FUTURO VERDE: A ECONOMIA ECOLÓGICA COMO GUIA PARA EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS REDD+ NA AMAZÔNIA apresentado por Marcos Venancio Silva Assunção e Ana Elizabeth Neirão Reymão destacando que o uso do mecanismo para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) tem se tornado instrumento econômico importante para ações de mitigação envolvendo os ecossistemas florestais e as mudanças climáticas, mormente, na Amazônia e concluindo que a abordagem da economia ecológica oferece arcabouço teórico coerente com a complexidade da Região Amazônica, destacando sua ênfase na consideração integrada de fatores ambientais, sociais e econômicos.

ECONOMIA CIRCULAR: UM CAMINHO PARA ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL defendido por Caroline Albuquerque Gadêlha de

Moura ensinando que o modelo de desenvolvimento baseado no consumo desenfreado, acarretou uma série de preocupações e questionamentos, especialmente no tocante aos impactos ambientais; destarte, a pesquisa investiga se a transição para a economia circular, notadamente marcada pela associação do desenvolvimento econômico a um melhor uso de recursos naturais, pode contribuir para a promoção do Desenvolvimento Sustentável e para o cumprimento do ODS 12 – Consumo e produção responsáveis - da Agenda 2030 da ONU.

EXCHANGES DE CRIPTOATIVOS E LAVAGEM DE DINHEIRO: A QUESTÃO DOS SUJEITOS OBRIGADOS apresentado por Amanda Brand Buliki e Fábio André Guaragni e ocupando-se em determinar a natureza jurídica das exchanges, debatendo em que medida os usuários estão resguardados ao transacionarem através destas plataformas mediante a utilização de criptoativos, examinados a partir das lentes de proteção ao investidor e de políticas de prevenção à lavagem de dinheiro.

GOVERNANÇA AMBIENTAL E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ANALISADAS PELA ÓPTICA NEOLIBERAL NO USO INDISCRIMINADO DE RECURSOS HÍDRICOS elaborado por Ursula Eustorgio Oliveira De Azevedo e objetivando o estudo da governança ambiental sobre a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), empresa de economia mista, sobre o caso de contaminação das águas da estação e tratamento do sistema Guandu fornecidas por essa companhia referente ao ano de 2021.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E CAPITALISMO CONSCIENTE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES EM UM MUNDO GLOBALIZADO apresentado por Márcia Assumpção Lima Momm e analisando a intrincada interação entre governança corporativa e o movimento do capitalismo consciente em um contexto de mundialização do capital com base nas obras de François Chesnais e John Mackey e Raj Sisodia investigando o impacto da mundialização do capital na governança corporativa e como a filosofia do capitalismo consciente pode influenciar as empresas em sua busca por um impacto positivo na sociedade.

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS E DAS REDES SOCIAIS — UM CASO DE EXO-REGULAÇÃO PELO CONTROLE de autoria de Bruno Felipe de Oliveira e Miranda e discutindo a atuação do Poder Judiciário na regulação das redes sociais, explorando a percepção de que, mais do que atuar como instância de controle da atividade desse ecossistema, a jurisdição constitucional tem assumido um destacado papel regulatório.

NAMING RIGHTS E A GESTÃO EFICIENTE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO SOB A ÓTICA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO trazido por Nicolas Schuindt de Andrade e Mayara Rayanne Oliveira de Almeida e discutindo a gestão eficiente do patrimônio público sob a ótica da Análise Econômica do Direito como solução alternativa ao aumento de tributos como forma de arrecadação de recursos públicos para fazer frente ao atendimento das necessidades coletivas e à concretização dos direitos sociais.

O FENÔMENO DO CONSTITUCIONALISMO ECONÔMICO: ENTRE CARL SCHMITT E A ESCOLA ORDO-LIBERAL apresentado por João Alexandre de Souza Menegassi destacando que as constituições, muito embora ainda se inspirem de certa forma na República de Weimar, não estão mais inseridas no contexto das constituições sociais. A financeirização e a lógica neoliberal tornaram as constituições econômicas voltadas agora ao mercado, não mais à criação e manutenção de políticas públicas em prol da transformação social. A esse fenômeno se dá o nome de constitucionalismo econômico.

O INCENTIVO À GERAÇÃO DE ENERGIA SUSTENTÁVEL NO AMAZONAS: A EXTRAFISCALIDADE COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 07 E A LEI 5.350/2020 trabalhado por Amanda Nicole Aguiar de Oliveira e Antônia Marília Marques de França Barreto e enfatizando que a questão do Desenvolvimento Sustentável é realidade que tem que ser implementada por todos os países signatários dos acordos relacionados ao meio ambiente. A partir, então da experiência amazônica, o artigo indaga como se dá o uso da extrafiscalidade enquanto instrumento de efetivação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 07 com a vigência da Lei nº. 5.350/2020 no Estado do Amazonas?

REFLEXÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CONDIÇÃO PARA A CAPACIDADE/LIBERDADE DA ESCOLHA SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DA AED apresentado por Stephanie Tais Rohde e discutindo a importância das políticas públicas no desenvolvimento das capacitações humanas, de forma que quanto melhor capacitadas as pessoas, maior será sua liberdade para fazer escolhas.

SUSTENTABILIDADE NA SOCIEDADE DE CONSUMO EM TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: UMA ANÁLISE INTEGRADA discutido por Patrícia Lucia Marcelino e enfatizando que a contínua evolução da transformação digital tem sido fenômeno constante, inclusive na forma de consumo. Nesse contexto, destaca a preocupação com a sustentabilidade ambiental em meio aos avanços tecnológicos que impactam significativamente no meio ambiente.

TRIBUTAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE CAPITALISMO DE PRECARIZAÇÃO: UMA CRÍTICA À TEORIA DE AMARTYA SEM apresentado por Maria Lucia de Paula Oliveira e afirmando que é imprescindível uma avaliação com relação ao novo momento em que se colocam as políticas públicas em tempos de capitalismo de precarização.

Portanto; ao que se vê, a plêiade de pensadores que contribui para o momento, se ocupa de temas extremamente pertinentes quanto ao repensar de nosso futuro em um Planeta que sofre as consequências de um crescimento econômico e de um modo de vida tecnologicamente avançado que, no entanto, deixa a questionar a possibilidade ou não de continuidade da vida na Terra em patamares minimamente aceitáveis de coexistência na Pachamama.

Desejamos para todos e todas a instigante e profícua leitura dos artigos que se apresenta com vistas à efetiva mudança nos paradigmas Institucionais e da Sociedade Civil com vistas à efetivas mudanças no porvir do País e do Globo Terrestre.

Excelente leitura.

Florianópolis, SC, junho de 2024.

Edson Ricardo Saleme;

Everton das Neves Gonçalves e

Marco Antônio César Villatore

Coordenadores do GT Direito, Economia e Desenvolvimento Econômico Sustentável II

TRIBUTAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE CAPITALISMO DE PRECARIZAÇÃO: UMA CRÍTICA À TEORIA DE AMARTYA SEN.

TAXATION AND PUBLIC POLICIES EM TIMES OF PRECARIETY CAPITALISM: A CRITIQUE OF AMARTYA SEN'S THEORY

Maria Lucia de Paula Oliveira ¹

Resumo

É imprescindível uma avaliação com relação ao novo momento em que se colocam as políticas públicas em tempos de capitalismo de precarização. Para tanto, se procederá a uma compreensão histórica das políticas públicas e suas relações com os momentos do capitalismo até o momento atual. Nas circunstâncias contemporâneas, desenvolveremos um pouco mais a dinâmica do chamado “capitalismo de precarização”. Em seguida, retoma-se correlação entre políticas públicas e tributação, considerando as funções da tributação. Por fim, passará a se apreciar uma das teorias mais relevantes para pensar as políticas públicas, especialmente as políticas sociais, que é a proposta por Amartya Sen. O que se pretende evidenciar é que, em que pese os méritos da sua teoria das capacidades, ela seria insuficiente para dar conta das consequências excludentes dos desdobramentos do modelo neoliberal e sua radicalização com a precarização decorrente.

Palavras-chave: Tributação, Políticas públicas, Capitalismo, Precarização, Capacidades

Abstract/Resumen/Résumé

It is essential to evaluate the new situation in which public policies are placed in times of precarity capitalism. To this end, a historical understanding of public policies and their relations with the periods of capitalism up to the present moment will be carried out. In contemporary circumstances, we will develop the dynamics of so-called “precarity capitalism” a little further. Next, the correlation between public policies and taxation is resumed, considering the functions of taxation. Finally, we will appreciate one of the most relevant theories for thinking about public policies, especially social policies, which is the one proposed by Amartya Sen. What we intend to highlight is that, despite the merits of his capabilities theory, it would be insufficient to account for the exclusionary consequences of the developments of the neoliberal model and its radicalization with the resulting precarity.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Taxation, Public policies, Capitalism, Precarity, Capabilities

¹ Professora Adjunta - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito -UNIRIO. Procuradora da Fazenda Nacional.



GENERAL PROGRAM

The Winter School is organized in three different moments during the day.

MORNING LECTURES

Each morning from **9:00 to 10:00**, all the participants will participate in the **morning lectures**.

COURSES

After a coffee break, the participants are divided into two different groups and follow a **course** given by an international scholar from **10:15 to 12:15**. They have to choose between:

- **Applying Policy Analysis in the 21st century** by [Andrea Migone](#)
- **Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches** by [Philippe Zittoun](#)

AFTERNOON WORKSHOP

The afternoon will be dedicated to a three-hour workshop on **research design**, during which participants will have the opportunity to present a paper for which they would like to receive constructive feedback from the other participants and the professor. This paper can be a doctoral thesis research project or a project of an article they would like to submit to a journal or present at a conference. The relevant size would be from 5.000 to 10.000 words and it must include a clear research question, a presentation of methodology, and some key arguments.

Participants who don't present a paper will discuss the papers presented with the professor. All the participants are expected to read the papers before the workshop to engage in constructive discussions.

TENTATIVE PROGRAM



Monday 19	Tuesday 20	Wednesday 21	Thursday 22	Friday 23
9:00 - 10:00 Welcome Speech	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture
10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break
10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course
12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch
14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 17:00 Free Afternoon - Outdoor activities	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 16:00 Workshop on Research Design
15:30 - 15:45 Coffee Break	15:30 - 15:45 Coffee Break		15:30 - 15:45 Coffee Break	16:00 - 17:00 Conclusion
15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	15:45 - 17:15 Workshop on Research Design		15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	Check-out



INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION

LAET-ENTPE, 3 Rue Maurice Audin
69120 Vaulx en Velin, France
Tel. +33 (0) 72 04 72 53

> contact@ippa-pp.org

IPPA NEWSLETTER

Subscribe

FOLLOW US



-

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

ABSTRACT

This course focuses on how to study Policy Processes by mobilizing different qualitative perspectives, from Constructivist to Pragmatic Approaches. Its main objective is to identify and discuss how we can empirically and methodologically grasp the policy process by observing and defining the struggles around the problem and also around the meaning of proposed solutions. Special attention will be paid to the building of coalitions, existing powerful dimensions, and the solutions to the different challenges encountered along their path.

Why do some solutions manage to make it to the decision-making process whereas others fail? Under what conditions and at what price do solutions make it to the solution agenda? How do some actors succeed in "domesticating" "wicked" problems? First, this course will explore the career of a public problem, from emergence to agenda-setting.

Second, it will explore the career of the proposal as it passes through different areas such as bureaucracy, the advice system, and the political arena. Policy problems and solutions will be observed based on three games: the game of language where a statement takes on meaning and becomes a problem/solution, the game of actors where this definition is stabilized through coalition building, and the game of power through the formation of multiple levels of power.

The course will draw on the studies undertaken by key authors in the field and will explore how they perceive the political dimension in the policy process. It will also propose different concepts and approaches to help grasp the policy process from a different perspective.

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

PLANNING

MONDAY AUGUST 19

Public Policy - General Introduction

9.00 - 10.00	WELCOME SPEECH
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 1: The main idea of this morning's course is to provide a general introduction to public Policy Studies. We will begin by discussing different definitions and the main research questions found in Policy Studies. Additionally, each participant will share their definition and the literature they have utilized. This introduction will help us understand the diversity of perspectives in the literature and the various approaches developed by the participants in the group. We will also use classical definitions from the literature to engage in a discussion about the complexity of studying policy objects and the challenges associated with understanding the processes and influences that shape them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 1: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 1: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

TUESDAY AUGUST 20

The problem definition and its agenda

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 2 : The course begins by examining the emergence of different perspectives within sociology and political science regarding public problems and agenda setting. It starts with the famous controversies between John Dewey and Walter Lippmann in 1925/27 on the nature of the public and its problems. The course aims to explore how sociology debates have intertwined with political science debates, particularly those concerning the subjective and objective definitions of public problems, as well as the behavioral approaches to decision-making versus elitist approaches to the pre-decision process. Furthermore, the course delves into the concept of the "agenda" and its connections to various arenas, such as the media agenda and the governmental agenda. This exploration helps to understand the limitations of the concept and the research challenges it presents. Finally, the course concludes by discussing the defining characteristics of the agenda itself and how policymakers and spokespersons struggle to impose their own definitions in different arenas.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 2: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 2: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

WEDNESDAY AUGUST 21

A Constructivist and Pragmatist Perspective of Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 3 : This course revisits the dominant model that has developed in the literature for understanding the Policy Process and its limitations. It focuses specifically on the epistemological gap between the pragmatist approaches to problem-solving as a social construct and the positivist approaches to solutions and coupling. In order to propose an alternative, the course first delves into the pragmatist philosophy of Pierce, James, and Dewey. It explores their rejection of causal models and the divisions between object and subject, individual and society, among others. The course then examines the influence of pragmatist sociology on scholars such as Lasswell and the Chicago School. It also explores the contributions of authors like Latour, Boltanski, Bourdieu, and Foucault, who have provided insights into understanding social activities as transactions between individual identity and discourse. Drawing on this literature, the course presents a pragmatist perspective on the policy process, with a specific focus on the definition of policy statements and the multiple argumentations used to support and propagate them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 17.00	FREE AFTERNOON

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

THURSDAY AUGUST 22

The Policy Formulation between experts, bureaucrats and politicians

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 4: This course revisits the two main dimensions discussed in Policy Studies regarding Policy Formulation: the definition of the proposal and the configuration in which this discussion occurs. Regarding the first point, the course proposes to view the Policy Proposal as a social construction, similar to how we approach the Public Problem. The main focus is understanding the knowledgetypes utilized in shaping a Policy Proposal Statement. This includes examining its instrumentation, its capacity to address an unresolved problem redefined as treatable, and the shaping of the relationship between the government and its public. The second dimension pertains to the venues where this definition process takes place and where it propagates. By revisiting the numerous controversies surrounding different configurations proposed in Policy Literature (such as Policy System, Policy Subsystem, Policy Community, Policy Venue, etc.), the course delves into researchers' ability to understand better the multiple hidden micro-spaces where discussions and struggles occur to comprehend the trajectory of the Policy Proposal.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 3: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 3: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

FRIDAY AUGUST 23

Qualitative Methodology to Study Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 5 : In this final course, the focus is on discussing the various methods employed to conduct qualitative studies on the Policy Process. The main objective is to engage in a discussion about the epistemological reflexivity of these methods and their inherent biases. Additionally, the course includes a practical component where participants will engage in a simulation exercise of conducting qualitative interviews. The course begins by exploring how to study written documents such as reports, newspaper articles, notes, websites, parliamentary debates, and public discourses. The main question revolves around how to consider the content of these documents in research investigations and the biases that may arise from their inclusion. Special attention will be given to qualitative interviews, which are frequently used but often not sufficiently interrogated as a methodological practice. The aim is to develop the capacity to design and conduct qualitative interviews, and to understand the various techniques involved, such as understanding why certain questions are not asked ("Why never asked Why") or the significance of interviews lasting at least one hour. The course seeks to provide practical skills and insights into conducting qualitative research interviews effectively.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 16.00	Workshop 4: Discussion on participant's research project
16.00 - 17.00	CONCLUSION



Rio Winter School 2024 – List of Participants & teams of discussion

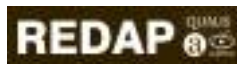
Philippe Zittoun's group on Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches

#	NAME	<i>Paper discussed by</i>	<i>Day of Presentation</i>
10	Lorena Mourão de Oliveira	Emerson Affonso da Costa Moura	Monday 19
1	Ricardo Duarte	Maria Paula Lucia de Oliveira	Monday 19
12	Emerson Affonso da Costa Moura	Laila Maria Domith Vicente	Tuesday 20
20	Taissa Sales Romeiro	Lorena Mourão de Oliveira	Tuesday 20
23	Maria Paula Lucia de Oliveira	Willis Santiago Guerra Filho	Thursday 22
24	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Ricardo Duarte	Thursday 22
15	Laila Maria Domith Vicente	Caroline Gonzaga	Thursday 22
25	Willis Santiago Guerra Filho	Taissa Sales Romeiro	Friday 23
28	Caroline Gonzaga	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Friday 23

Your paper will be only shared with your fellow group members to facilitate the discussion during the workshop sessions. It can be a research project or an article and must have a certain length: for research projects, at least 10 pages long, and for articles, 7,000 to 10,000 words, in compliance with international standards.

Presentation timing:

- Presentation: **15 minutes**
- Discussion: **10 minutes**
- General Discussion with the group: **20 minutes**



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente

Luana Lima Dantas

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Autor

<https://orcid.org/0000-0003-4867-5616>

Oswaldo Pereira de Lima Junior

universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Autor

Palavras-chave: democracia, políticas públicas, mulheres deslocadas forçadamente

Resumo

O presente estudo se debruça sobre a análise das ideias de deliberação e participação na teoria da democracia e das políticas públicas, bem como na formulação de quadro de proteção e emancipação de mulheres deslocadas forçadamente no Brasil. Tem-se como objetivo examinar a inclusão deliberativa-participativa dessas *agentes* nos processos decisórios das políticas públicas, considerando as interseccionalidades de gênero, raça, classe e localidade. A análise abordará a relação entre teoria democrática, estado democrático de direito, políticas públicas, relações de poder e direitos fundamentais, visando compreender como a deliberação democrática e a participação política podem fortalecer os processos de formulação de políticas públicas que assegurem a dignidade, segurança e bem-estar das mulheres deslocadas arbitrariamente. E, de igual modo, catalisar processos de empoderamento que permitirão a essas mulheres participar ativamente na criação de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas e promovam sua emancipação. A pesquisa utiliza a metodologia qualitativa, com análise teórico-documental, para propor estratégias de políticas públicas que sejam justas e inclusivas, garantindo a participação ativa e a proteção adequada das mulheres deslocadas. Ao promover o empoderamento dessas mulheres, espera-se minorar seus níveis de vulnerabilidade e promover

uma maior justiça social, fortalecendo assim a própria democracia e os direitos humanos no contexto brasileiro.

Downloads



Biografia do Autor

Luana Lima Dantas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Advogada (OAB/SP). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social (GPDHTS) - UNIRIO. Membro da Comissão Assistente Editorial da Revista "Direito das Políticas Públicas" - (UNIRIO). Associada do Instituto Nacional de Pesquisa e Promoção de Direitos Humanos (INPPDH).



Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar

Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3). <https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/79>

Formatos de Citação ▼

Artigos Semelhantes

- Laila Laila Maria Domith Vicente, Heloisa Melino, [GÊNERO, MIGRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO INCREMENTO DA ENTRADA DE MULHERES MIGRANTES NO BRASIL NA DÉCADA DE 2010-2020](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 03 (2023): Dossiê Estado e Políticas Públicas
- Vanessa Santos do Canto, Ilzver de Matos Oliveira, [DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: Uma necessária abordagem histórica \(1995-2023\)](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2024): Dossiê Direito e Políticas Públicas
- Vívian Nigri Queiroga Diniz da Paixão, Alvaro Reinaldo de Souza, Willis Santiago Guerra Filho, Maria Lucia Paula de Oliveira, [INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: BASES EPISTEMOLÓGICAS PARA UM MODELO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL PARA MULHERES INDÍGENAS EM ALDEIAS](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 03 (2023): Dossiê Estado e Políticas Públicas
- Maria Lucia Paula de Oliveira, Willis Santiago Guerra Filho, Paola Cantarini, [A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 03 (2023): Dossiê Estado e Políticas Públicas
- Ivan César Ribeiro¹, [ACCOUNTABILITY, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2022): Estado e Políticas Públicas
- Fábio Periandro de Almeida Hirsch, Maria Lucia Paula de Oliveira, Jailce Campos e Silva, [A INCORPORAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES COMO DIRETRIZ PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2024): Dossiê Direito e Políticas Públicas
- [DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: CONQUISTAS DA CIDADANIA BRASILEIRA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2022): Estado e Políticas Públicas
- Leonardo de Andrade Mattietto, [DIREITO À IGUALDADE, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: POR UMA REVISÃO DA DISTINÇÃO ENTRE IGUALDADE FORMAL E SUBSTANCIAL](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2022): Estado e Políticas Públicas
- Vanessa Santos do Canto, [O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: Uma Abordagem das Principais Políticas Públicas para a Promoção da](#)

[Equidade de Gênero e Raça](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

- Caroline Müller Bitencourt, André Afonso Tavares, [DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CATEGORIA 'CRITÉRIOS': ANÁLISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE À LUZ DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

1-10 de 45 [Próximo](#) →

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPEs



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

**XIII ENCONTRO INTERNACIONAL
DO CONPEDI URUGUAI –
MONTEVIDÉU**

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

FABIO FERNANDES NEVES BENFATTI

GABRIELLE SCOLA DUTRA

MARCELO TOFFANO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFRSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Fabio Fernandes Neves Benfatti, Gabrielle Scola Dutra, Marcelo Toffano – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-981-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: ESTADO DE DERECHO, INVESTIGACIÓN JURÍDICA E INNOVACIÓN

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI URUGUAI – MONTEVIDÉU (2: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI URUGUAI – MONTEVIDÉU

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

Apresentação

Apresentação

O XIII Encontro Internacional do CONPEDI, foi realizado nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2024, na cidade de Montevideo, Uruguai. Este evento é uma iniciativa do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) e visa fortalecer a integração da pesquisa jurídica nacional com os países da América Latina. Uma oportunidade única para uma rica troca de experiências entre pesquisadores de diferentes países, promovendo a cooperação acadêmica e jurídica em toda a região.

Nesta edição, o tema central foi "Estado de Derecho, Investigación Jurídica e Innovación". Sendo explorada como a sinergia entre o Estado de Direito, a pesquisa jurídica e a inovação pode contribuir para a construção de um sistema jurídico mais justo, dinâmico e responsivo às demandas contemporâneas. Nesse sentido, o GT: DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III reconhece a importância da pesquisa jurídica em oferecer soluções inovadoras e adaptadas às novas realidades sociais, econômicas e tecnológicas, foram trabalhados os seguintes temas:

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR PARA PESSOAS NEURODIVERGENTES E COM DEFICIÊNCIA SOB O VIÉS DA METATEORIA DO DIREITO FRATERNAL, Priscila De Freitas , Milena Cereser da Rosa, A educação inclusiva constitui direito fundamental de pessoas neurodivergentes e pessoas com deficiência e deve ser assegurada em todos os níveis, além do aprendizado ao longo de toda a vida.

ALTERIDADE E FRATERNIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PARA MULHERES MIGRANTES COM DEFICIÊNCIA, Janaína Machado Sturza , Gabrielle Scola Dutra , Milena Cereser da Rosa, As políticas públicas inclusivas para mulheres migrantes com deficiência, sob a perspectiva da alteridade e fraternidade. Constata-se que a fraternidade e a alteridade, como forma de compreensão humana, são fenômenos que, interseccionados, transcendem as ações afirmativas inclusivas vigentes, na medida em que preservam a singularidade e especificidades desses sujeitos, abrindo espaço para que a diferença de fato possa existir e compor a diversidade da humanidade.

DIREITO FRATERNO E O PARADOXO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE: O ACESSO À SAÚDE DAS MULHERES MIGRANTES NO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DO PLANO ESTADUAL DE SAÚDE (2024-2027) Janaína Machado Sturza , Gabrielle Scola Dutra , Sandra Regina Martini, O direito humano à saúde das mulheres migrantes no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Constata-se que a fraternidade detém potencialidade de desvelar o paradoxo do direito à saúde no locus sul-rio-grandense em prol da efetivação do direito humano à saúde das mulheres migrantes, mas precisa ser resgatada no mundo real, tendo em vista que o Plano Estadual de Saúde não adquire alcance para analisar todas as intersecções existenciais que atravessam os corpos das mulheres migrantes no RS.

A LEI DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR E OS SEUS DESAFIOS DE PERMANÊNCIA. Josinaldo Leal De Oliveira , Kaio Heron Gomes Sales , Dayton Clayton Reis Lima. A lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, mais conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), determinou a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, destacando os critérios, compreendendo como as instituições de ensino lidam com a estrutura, a capacitação e os recursos disponíveis. Identificar os desafios que as pessoas com deficiência encontram nesses ambientes e os projetos e políticas públicas também são determinantes.

CAMINHOS PARA A INCLUSÃO: ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO BRASIL, Marcos Vinícius de Jesus Miotto , Gabriela Teixeira Tresso , Simone Sapia De Freitas, A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um desafio crescente que exige a implementação de políticas públicas eficazes. Nesse sentido, este artigo pretende examinar o panorama das estratégias adotadas e dos desafios enfrentados na criação e aplicação dessas políticas no Brasil.

A UTILIZAÇÃO DO PROCESSO COLETIVO COMO LOCUS DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS. Barbara Campolina Paulino , José Carlos Ferreira Couto Filho , Fabrício Veiga Costa. Os desafios enfrentados por crianças autistas no acesso à educação, enfatizando a falta de preparo dos professores e de recursos adequados como principais barreiras. Ao abordar questões sistêmicas por meio de meios judiciais, as ações civis públicas obrigam o Estado a cumprir suas obrigações constitucionais, resultando em reformas educacionais mais amplas e sustentáveis. Essa abordagem não apenas resolve casos individuais, mas também estabelece

precedentes que beneficiam todos os alunos autistas, promovendo um sistema educacional mais inclusivo e equitativo.

ENTRE VIDAS E LEIS: O ASSOCIATIVISMO PARA O RECONHECIMENTO DA FISSURA LABIOPALATINA COMO CONDIÇÃO QUE CAUSA DEFICIÊNCIA. Thyago Cezar , Antonio Jose Souza Bastos , Josinaldo Leal De Oliveira. Atuação e impacto da Rede Profis na conquista do reconhecimento legal da fissura labiopalatina como uma condição que causa deficiência no Brasil. A discussão aborda os desafios enfrentados pelo movimento, como a resistência inicial de alguns setores e a necessidade de sensibilização contínua. Conclui-se que o associativismo, quando bem estruturado e articulado, pode ser uma ferramenta poderosa na luta por direitos e inclusão social.

A POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PNPIC) E O DIREITO SOCIAL À SAÚDE: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DESSA POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Luiza Emília Guimarães de Queiros. A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) visa integrar abordagens terapêuticas alternativas e complementares à medicina convencional no Sistema Único de Saúde (SUS), com foco no município do Rio de Janeiro, destacando os aspectos jurídicos envolvidos. A aceitação cultural dessas práticas e a resposta favorável dos pacientes indicam um impacto positivo na qualidade de vida dos cidadãos. Conclui-se que a consolidação das PICs no SUS requer maior suporte institucional e jurídico, além de esforços contínuos para superar barreiras existentes, promovendo formação e capacitação de profissionais e produção de pesquisas de alta qualidade.

OS BENEFÍCIOS DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS PARA A REINserÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL NO MERCADO DE TRABALHO DO MARANHÃO: UM ESTUDO À LUZ DA FUNÇÃO SOCIAL E SOLIDÁRIA DA EMPRESA. Sebastião Felipe Lucena Pessoa , Clara Rodrigues de Brito , Renato Bernardi. Os benefícios das contratações públicas para a reinserção de egressos do sistema prisional no mercado de trabalho no Estado do Maranhão, tendo como base a perspectiva da função social e solidária da empresa. A fim de destacar a relevância dessa abordagem, examina-se, neste estudo, como as contratações públicas desempenham um papel crucial para a reintegração social, não se limitando, apenas, ao aspecto econômico. Ainda, analisa a função social e solidária da empresa, o compromisso e responsabilidade que as organizações têm em contribuir para o bem-estar da sociedade em que estão inseridas.

RETIFICAÇÃO DO NOME DE PESSOAS TRANS POST-MORTEM E O DIREITO SOCIAL À NÃO-DISCRIMINAÇÃO: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO NOME

ENQUANTO DIREITO DA PERSONALIDADE. Fabrício Veiga Costa , Matheus Henrique Viana da Silva , Pedro Fernandes Diniz Pereira. A possibilidade jurídica de retificação do registro civil de nascimento de pessoas trans post mortem. Permitir a retificação do registro civil de nascimento de pessoa trans post mortem é uma forma legítima de assegurar a proteção de inúmeros direitos fundamentais sociais e individuais, tais como o nome, a imagem e, acima de tudo, o direito à igualdade e não-discriminação. Construir perspectivas e concepções críticas acerca do direito à retificação do nome de pessoa trans após o seu falecimento, visto como um direito social e da personalidade.

A RETÓRICA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA RECONSTRUÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. João Hélio Ferreira Pes , Jaci Rene Costa Garcia , Micheli Capuano Irigaray. As políticas públicas e os atos normativos que visam a reconstrução do Rio Grande do Sul verificando se tais medidas têm a preocupação de efetivar a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável ou se são apenas medidas que possam se enquadrar no que se denomina de retórica da sustentabilidade.

A INCLUSÃO DOS TRABALHADORES DE PLATAFORMAS DIGITAIS NA CONDIÇÃO DE SEGURADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL COMO FATOR DE MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL. Carolina Silvestre , Juliana de Almeida Salvador , Renato Bernardi. As plataformas de aplicativos cresceram exponencialmente nos últimos anos, proporcionando novas dinâmicas de trabalho. Ao final, apresenta o recente Projeto de Lei nº 12/2024, que visa regulamentar o trabalho dos motoristas de aplicativos de transporte de pessoas. Ao longo do estudo é possível demonstrar a necessidade da atuação estatal visando promover a inclusão previdenciária dos trabalhadores de plataformas digitais para assim, alcançar a dignidade humana e um futuro sustentável, em consonância com a solidariedade do sistema previdenciário.

O NORTE EXISTE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA FRAGMENTAÇÃO DE RECURSOS POR MEIO DAS EMENDAS PARLAMENTARES PARA O FOMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAZONAS. Laiz Araújo Russo de Melo e Silva , Fabiana Oliveira Barroso. A região Norte do país, não obstante sua vasta extensão territorial e rica diversidade cultural, frequentemente se encontra à margem das políticas públicas e, também por essa razão, enfrenta desafios socioeconômicos singulares no desenvolvimento da economia local, o que dificulta a diversificação do seu portfólio econômico. Entre esses desafios, destaca-se as dificuldades de promoção da agricultura familiar no Amazonas de forma permanente e consistente, que embora seja responsável pelo maior número de postos de trabalho na zona rural, apresenta dados diametralmente opostos na produção de riqueza no setor em comparação com outras regiões do país.

O DIREITO FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ANÁLISE DA PEC Nº 17/2023. Luiza Emília Guimarães de Queiros , Oswaldo Pereira De Lima Junior , Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann. Uma análise crítica à Proposta de Emenda à Constituição nº 17 /2023, que sugere substituir a expressão "direito à alimentação", presente no rol de direitos sociais do artigo 6º da CRFB/88 de 1988, pela expressão "segurança alimentar". A modificação da terminologia no texto constitucional para uma expressão cujo significado difere significativamente da nomenclatura jurídica adotada no arcabouço legislativo nacional e internacional representaria um retrocesso judicial.

DESAFIOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL: UM PANORAMA ATUAL DO ODS 6 DA AGENDA DE 2030. João Hélio Ferreira Pes , Micheli Capuano Irigaray. O Brasil é detentor de 12% das reservas de água doce do planeta e, por isso, assume um papel central no cenário geopolítico global em relação à gestão desse recurso essencial. A problemática é a complexa dinâmica da água. A distribuição espacial de recursos hídricos é irregular. Verificando-se ao final a necessidade de adequação da política pública brasileira, às dessas diretrizes internacionais, quanto ao reconhecimento expresso do direito de acesso à água potável como direito humano fundamental social, de universalização do direito de acesso à água potável, em adequação às diretrizes da agenda de 2030, na concretização de uma nova cidadania da água.

A DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS COMO FORMA DE REFORÇAR A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO. Laiz Araújo Russo de Melo e Silva , Fabiana Oliveira Barroso. Até 2015, o orçamento público brasileiro era caracterizado como autorizativo, ou seja, as despesas previstas no orçamento poderiam ser executadas ou não, conforme a discricionariedade do governo. Essa situação mudou com o advento da Emenda Constitucional nº 86/2015, conhecida como "PEC do Orçamento Impositivo". Apesar do nome abrangente, essa impositividade passou a se aplicar apenas a uma parte do orçamento: as emendas parlamentares individuais. Com essa alteração, a execução dessas emendas tornou-se obrigatória. A mesma emenda constitucional também estipulou que a distribuição dessas emendas deve ser equitativa, garantindo que todos os parlamentares recebam o mesmo valor. O objetivo é demonstrar que a distribuição equitativa de emendas parlamentares não favorece o fortalecimento da representação feminina, considerando que, embora as mulheres componham 51% da população, ocupam pouco mais de 15% dos assentos parlamentares.

Ótima leitura a todos e todas!

Fabio Fernandes Neves Benfatti

Gabrielle Scola Dutra

Marcelo Toffano

**O DIREITO FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ANÁLISE DA PEC Nº 17
/2023**

**THE FUNDAMENTAL RIGHT TO FOOD AND PUBLIC POLICIES ON FOOD AND
NUTRITIONAL SECURITY: AN ANALYSIS OF PEC NO. 17/2023**

**Luiza Emília Guimarães de Queiros
Oswaldo Pereira De Lima Junior
Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann**

Resumo

Este artigo faz uma análise crítica à Proposta de Emenda à Constituição nº 17/2023, que sugere substituir a expressão "direito à alimentação", presente no rol de direitos sociais do artigo 6º da CRFB/88 de 1988, pela expressão "segurança alimentar". O trabalho investiga o controverso impacto dessa medida por meio de revisão qualitativa e descritiva da literatura e da análise histórico-documental como métodos de pesquisa. Os resultados mostram que a restritividade do conceito de segurança alimentar, sem o viés nutricional, faz com que essa substituição seja inapropriada devido à sua inadequação terminológica e incompatibilidade com o conjunto legislativo. Há indicações de que a PEC contém erros insuperáveis em relação a conceitos jurídicos estabelecidos, tanto no Sistema Internacional dos Direitos Humanos quanto no âmbito do direito interno. Conclui-se que o direito humano à alimentação adequada é um direito exigível e passível de judicialização, impondo deveres ao Estado brasileiro, que deve concretizá-lo através de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. A modificação da terminologia no texto constitucional para uma expressão cujo significado difere significativamente da nomenclatura jurídica adotada no arcabouço legislativo nacional e internacional representaria um retrocesso judicial.

Palavras-chave: Direito à alimentação, Segurança alimentar e nutricional, Direitos sociais, Políticas públicas, Proposta de emenda à constituição

Abstract/Resumen/Résumé

This article provides a critical analysis of Constitutional Amendment Proposal 17/2023, which suggests replacing the term "right to food," currently listed among the social rights in Article 6 of the 1988 Constitution of the Federative Republic of Brazil, with the term "food security". The study investigates the controversial impact of this measure through qualitative and descriptive literature review and historical-document analysis as research methods. The findings indicate that the restrictive nature of the concept of food security, without the nutritional aspect, renders this substitution inappropriate due to its terminological inadequacy and incompatibility with the legislative framework. There are indications that the proposal contains insurmountable errors concerning established legal concepts, both within the International Human Rights System and domestic law. It is concluded that the human right to



GENERAL PROGRAM

The Winter School is organized in three different moments during the day.

MORNING LECTURES

Each morning from **9:00 to 10:00**, all the participants will participate in the **morning lectures**.

COURSES

After a coffee break, the participants are divided into two different groups and follow a **course** given by an international scholar from **10:15 to 12:15**. They have to choose between:

- **Applying Policy Analysis in the 21st century** by [Andrea Migone](#)
- **Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches** by [Philippe Zittoun](#)

AFTERNOON WORKSHOP

The afternoon will be dedicated to a three-hour workshop on **research design**, during which participants will have the opportunity to present a paper for which they would like to receive constructive feedback from the other participants and the professor. This paper can be a doctoral thesis research project or a project of an article they would like to submit to a journal or present at a conference. The relevant size would be from 5.000 to 10.000 words and it must include a clear research question, a presentation of methodology, and some key arguments.

Participants who don't present a paper will discuss the papers presented with the professor. All the participants are expected to read the papers before the workshop to engage in constructive discussions.

TENTATIVE PROGRAM



Monday 19	Tuesday 20	Wednesday 21	Thursday 22	Friday 23
9:00 - 10:00 Welcome Speech	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture
10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break
10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course
12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch
14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 17:00 Free Afternoon - Outdoor activities	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 16:00 Workshop on Research Design
15:30 - 15:45 Coffee Break	15:30 - 15:45 Coffee Break		15:30 - 15:45 Coffee Break	16:00 - 17:00 Conclusion
15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	15:45 - 17:15 Workshop on Research Design		15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	Check-out



INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION

LAET-ENTPE, 3 Rue Maurice Audin
69120 Vaulx en Velin, France
Tel. +33 (0) 72 04 72 53

> contact@ippa-pp.org

IPPA NEWSLETTER

Subscribe

FOLLOW US



-

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

ABSTRACT

This course focuses on how to study Policy Processes by mobilizing different qualitative perspectives, from Constructivist to Pragmatic Approaches. Its main objective is to identify and discuss how we can empirically and methodologically grasp the policy process by observing and defining the struggles around the problem and also around the meaning of proposed solutions. Special attention will be paid to the building of coalitions, existing powerful dimensions, and the solutions to the different challenges encountered along their path.

Why do some solutions manage to make it to the decision-making process whereas others fail? Under what conditions and at what price do solutions make it to the solution agenda? How do some actors succeed in "domesticating" "wicked" problems? First, this course will explore the career of a public problem, from emergence to agenda-setting.

Second, it will explore the career of the proposal as it passes through different areas such as bureaucracy, the advice system, and the political arena. Policy problems and solutions will be observed based on three games: the game of language where a statement takes on meaning and becomes a problem/solution, the game of actors where this definition is stabilized through coalition building, and the game of power through the formation of multiple levels of power.

The course will draw on the studies undertaken by key authors in the field and will explore how they perceive the political dimension in the policy process. It will also propose different concepts and approaches to help grasp the policy process from a different perspective.

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

PLANNING

MONDAY AUGUST 19

Public Policy - General Introduction

9.00 - 10.00	WELCOME SPEECH
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 1: The main idea of this morning's course is to provide a general introduction to public Policy Studies. We will begin by discussing different definitions and the main research questions found in Policy Studies. Additionally, each participant will share their definition and the literature they have utilized. This introduction will help us understand the diversity of perspectives in the literature and the various approaches developed by the participants in the group. We will also use classical definitions from the literature to engage in a discussion about the complexity of studying policy objects and the challenges associated with understanding the processes and influences that shape them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 1: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 1: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH
CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE
APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

TUESDAY AUGUST 20

The problem definition and its agenda

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 2 : The course begins by examining the emergence of different perspectives within sociology and political science regarding public problems and agenda setting. It starts with the famous controversies between John Dewey and Walter Lippmann in 1925/27 on the nature of the public and its problems. The course aims to explore how sociology debates have intertwined with political science debates, particularly those concerning the subjective and objective definitions of public problems, as well as the behavioral approaches to decision-making versus elitist approaches to the pre-decision process. Furthermore, the course delves into the concept of the "agenda" and its connections to various arenas, such as the media agenda and the governmental agenda. This exploration helps to understand the limitations of the concept and the research challenges it presents. Finally, the course concludes by discussing the defining characteristics of the agenda itself and how policymakers and spokespersons struggle to impose their own definitions in different arenas.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 2: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 2: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

WEDNESDAY AUGUST 21

A Constructivist and Pragmatist Perspective of Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 3 : This course revisits the dominant model that has developed in the literature for understanding the Policy Process and its limitations. It focuses specifically on the epistemological gap between the pragmatist approaches to problem-solving as a social construct and the positivist approaches to solutions and coupling. In order to propose an alternative, the course first delves into the pragmatist philosophy of Pierce, James, and Dewey. It explores their rejection of causal models and the divisions between object and subject, individual and society, among others. The course then examines the influence of pragmatist sociology on scholars such as Lasswell and the Chicago School. It also explores the contributions of authors like Latour, Boltanski, Bourdieu, and Foucault, who have provided insights into understanding social activities as transactions between individual identity and discourse. Drawing on this literature, the course presents a pragmatist perspective on the policy process, with a specific focus on the definition of policy statements and the multiple argumentations used to support and propagate them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 17.00	FREE AFTERNOON

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

THURSDAY AUGUST 22

The Policy Formulation between experts, bureaucrats and politicians

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 4: This course revisits the two main dimensions discussed in Policy Studies regarding Policy Formulation: the definition of the proposal and the configuration in which this discussion occurs. Regarding the first point, the course proposes to view the Policy Proposal as a social construction, similar to how we approach the Public Problem. The main focus is understanding the knowledgetypes utilized in shaping a Policy Proposal Statement. This includes examining its instrumentation, its capacity to address an unresolved problem redefined as treatable, and the shaping of the relationship between the government and its public. The second dimension pertains to the venues where this definition process takes place and where it propagates. By revisiting the numerous controversies surrounding different configurations proposed in Policy Literature (such as Policy System, Policy Subsystem, Policy Community, Policy Venue, etc.), the course delves into researchers' ability to understand better the multiple hidden micro-spaces where discussions and struggles occur to comprehend the trajectory of the Policy Proposal.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 3: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 3: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

FRIDAY AUGUST 23

Qualitative Methodology to Study Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 5 : In this final course, the focus is on discussing the various methods employed to conduct qualitative studies on the Policy Process. The main objective is to engage in a discussion about the epistemological reflexivity of these methods and their inherent biases. Additionally, the course includes a practical component where participants will engage in a simulation exercise of conducting qualitative interviews. The course begins by exploring how to study written documents such as reports, newspaper articles, notes, websites, parliamentary debates, and public discourses. The main question revolves around how to consider the content of these documents in research investigations and the biases that may arise from their inclusion. Special attention will be given to qualitative interviews, which are frequently used but often not sufficiently interrogated as a methodological practice. The aim is to develop the capacity to design and conduct qualitative interviews, and to understand the various techniques involved, such as understanding why certain questions are not asked ("Why never asked Why") or the significance of interviews lasting at least one hour. The course seeks to provide practical skills and insights into conducting qualitative research interviews effectively.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 16.00	Workshop 4: Discussion on participant's research project
16.00 - 17.00	CONCLUSION



Rio Winter School 2024 – List of Participants & teams of discussion

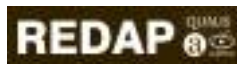
Philippe Zittoun's group on Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches

#	NAME	<i>Paper discussed by</i>	<i>Day of Presentation</i>
10	Lorena Mourão de Oliveira	Emerson Affonso da Costa Moura	Monday 19
1	Ricardo Duarte	Maria Paula Lucia de Oliveira	Monday 19
12	Emerson Affonso da Costa Moura	Laila Maria Domith Vicente	Tuesday 20
20	Taissa Sales Romeiro	Lorena Mourão de Oliveira	Tuesday 20
23	Maria Paula Lucia de Oliveira	Willis Santiago Guerra Filho	Thursday 22
24	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Ricardo Duarte	Thursday 22
15	Laila Maria Domith Vicente	Caroline Gonzaga	Thursday 22
25	Willis Santiago Guerra Filho	Taissa Sales Romeiro	Friday 23
28	Caroline Gonzaga	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Friday 23

Your paper will be only shared with your fellow group members to facilitate the discussion during the workshop sessions. It can be a research project or an article and must have a certain length: for research projects, at least 10 pages long, and for articles, 7,000 to 10,000 words, in compliance with international standards.

Presentation timing:

- Presentation: **15 minutes**
- Discussion: **10 minutes**
- General Discussion with the group: **20 minutes**



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

BIG TECH E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSUMIDORES NO BRASIL

taíssa romeiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Autor

Palavras-chave: Big techs. Consumidor. Proteção de Dados. Normas Técnicas da ANPD.

Resumo

O objetivo deste artigo é pesquisar as Big Techs e a proteção de dados a partir das políticas públicas para o consumidor no Brasil. As Big Techs são conhecidas como grandes empresas digitais cujo produto é a transação de dados dos consumidores sem o seu consentimento, o que gera muitas restrições ao direito geral à privacidade, especialmente à plena liberdade do cidadão. É preciso estudar as políticas públicas adotadas pelo Estado para coibir os abusos praticados por essas grandes empresas digitais em razão da introdução da tecnologia da informação na sociedade. Como os usuários/consumidores podem defender seus direitos, diante da violação dos princípios básicos do Código de Defesa do Consumidor, boa-fé objetiva e da autodeterminação informativa, previstos na LGPD? Quanto à metodologia, trata-se de um estudo empírico exploratório, utilizando métodos qualitativos através de pesquisa bibliográfica.

Downloads



 PDF

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar
BIG TECH E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSUMIDORES NO BRASIL. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3). <https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/86>

Formatos de Citação ▼

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Taissa Romeiro, [POLÍTICAS PÚBLICAS E CRIPTOMOEDAS: MARCO LEGAL DAS CRIPTOMOEDAS](#) , [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)

Artigos Semelhantes

- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Dr. Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL: O PROCESSO LEGISLATIVO PARA](#)

[A CONFORMAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DE DADOS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

- Eduardo Henrique Lolli, Saulo de Oliveira Pinto Coelho, [CONTROLE INTERNO DOS INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS: UM ESTUDO DE CASO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2022\)](#).
- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Arianne Campos Souza, Diva Júlia Sousa Safe Coelho, [REGULAÇÃO DO USO DE DADOS E PROTEÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAS: UM ESTUDO COMPARADO A PARTIR DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS BRASILEIRA E A LEI DE CIBERSEGURANÇA CHINESA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#).
- Moisés Figueiredo da Silva, Luciano Henrique Trindade, Antônio Pires Barbosa, [A IMPORTÂNCIA DO USO DE INDICADORES DO SUS PARA O PLANEJAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE ILHABELA/SP](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#).
- Marcelo Henrique de Assis, Francisco Carlos Paletta, [CURADORIA DIGITAL E GESTÃO DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO COM OS DADOS DA COVID-19](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#).
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS “PROCESSOS ADMINISTRATIVOS” E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Elisabete Felix Farias, Estela Capelas Barbosa, Ana Maria Malik, Antônio Pires Barbosa, [SÍNDROME DE BURNOUT, PRESENTEÍSMO E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE GESTORES DE UMA INSTITUIÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#).
- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Cecilia Silva Campos, Giulia Parola, [O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NO CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA GARANTIA DA MORADIA DIGNA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: 2022 E UM NOVO DESASTRE HABITACIONAL/AMBIENTAL EM PETRÓPOLIS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)

1-10 de 56 [Próximo](#) →

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO E SUSTENTABILIDADE II

LIVIA GAIGHER BOSIO CAMPELLO

MAGNO FEDERICI GOMES

MANOEL ILSON CORDEIRO ROCHA

JOÃO PEDRO DE SOUSA ASSIS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito e sustentabilidade II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: João Pedro de Sousa Assis; Livia Gaigher Bosio Campello; Magno Federici Gomes – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-948-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Sustentabilidade. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO E SUSTENTABILIDADE II

Apresentação

O VII Encontro Virtual do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado nos dias 24 a 28 de junho de 2024, objetivou o fortalecimento e a socialização da pesquisa jurídica. Teve como tema geral: A PESQUISA JURÍDICA NA PERSPECTIVA DA TRANSDISCIPLINARIDADE.

Este livro é derivado da articulação acadêmica, com o objetivo de transmissão do conhecimento científico, entre o CONPEDI, docentes e pesquisadores de diversos Programas de Pós-graduação “stricto sensu” no Brasil e no exterior, com vínculo direto com seus respectivos projetos e Grupos de Pesquisa junto ao CNPQ.

O grupo de trabalho DIREITO E SUSTENTABILIDADE II, realizado em 25 de junho de 2024, teve bastante êxito, tanto pela excelente qualidade dos artigos, quanto pelas discussões empreendidas pelos investigadores presentes. Foram apresentados 17 trabalhos, efetivamente debatidos, a partir dos seguintes eixos temáticos: “teoria geral do Direito ambiental”; “Administração Pública, políticas públicas ambientais e alimentares”; “governança ambiental e responsabilidade socioambiental” e “degradação ambiental”.

No primeiro bloco, denominado “teoria geral do Direito ambiental”, o primeiro artigo consistiu na ABORDAGEM JURÍDICA DOS DIREITOS PLANETÁRIOS: INTER-RELAÇÃO ENTRE A CONCEPÇÃO DE ECOLOGIA INTEGRAL DA ENCÍCLICA “LAUDATO SI” E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA, de Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, Ana Caroline Queiroz dos Remédios e Ana Maria Bezerra Pinheiro, que trouxe a preocupação pela conservação dos recursos naturais a um maior número de pessoas, não apenas aos religiosos, fazendo um contraponto da encíclica papal com a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA: Lei nº 6.938/81).

Após, o trabalho intitulado TRANSCONSTITUTUCIONALISMO GLOBAL COMO FERRAMENTA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, de autoria de Vanessa Ramos Casagrande, Liton Lanes Pilau Sobrinho e Paulo Márcio da Cruz, mostrou a necessidade de proteção do meio ambiente, inclusive em função dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por meio do transconstitucionalismo global multinível.

Em sequência, debateu-se A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO INSTRUMENTO PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE, de Maria da Conceição Lima Melo Rolim, Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini e Sandro Mansur Gibran, que evidenciou que a aplicação da Inteligência Artificial (IA) pode ser desenvolvida para melhorar a eficácia das medidas de proteção da biodiversidade e contribuir para a conservação das espécies em risco nos ecossistemas.

Depois, ainda no mesmo bloco, foi a vez de ECOCÍDIO: UM COMPÊNDIO HISTÓRICO-NORMATIVO DO CRIME CONTRA A HUMANIDADE, de Vanessa Gama Pacheco Batista e André Pires Gontijo. Nele, defendeu-se que o Ecocídio deve ser normatizado como um crime contra a paz internacional, bem como deve ser criado um “dever de cuidado” legal para todos os habitantes que foram ou estão em risco de serem seriamente prejudicados, com prevenção, proibição e antecipação dos danos ecológicos e climáticos.

O segundo bloco de trabalhos, agrupados sob o título “Administração Pública, políticas públicas ambientais e alimentares”, contou com a apresentação de cinco trabalhos, iniciado por Mariana Dias Villas Boas e Taíssa Salles Romeiro, com o estudo intitulado A PARTICIPAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO MECANISMO DE MELHORIA NA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTUDO DE CASO: FUNÇÕES DE CONFIANÇA NAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS. O texto verificou a interferência do neoliberalismo na evolução institucional e a relação dos princípios da participação e da impessoalidade nas instituições da Administração Pública, propondo uma regulamentação uniforme das funções de confiança como ferramenta para um modelo institucional adequado.

Na sequência, Christiane Lingner de Souza apresenta seu estudo com o título SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO PRINCÍPIO DO PROCESSO LICITATÓRIO, apontando que a incorporação da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável nas licitações já acontece no Brasil, haja vista que o país possui legislação pertinente, bem como recepciona ambos como princípios constitucionais.

Por sua vez, Rafael Martins Santos propôs o artigo intitulado TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO SETOR AUTOMOTIVO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O BRASIL e concluiu que a eletrificação automotiva pode ser uma solução viável para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE's) no Brasil, mas ainda existem desafios a serem superados para que os automóveis “verdes” cumpram plenamente sua missão.

Por sua vez, Renan Felipe de Marcos e Carlos Renato Cunha estudaram a FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, TECNOLOGIA E AGRONEGÓCIO: O CASO DA PULVERIZAÇÃO DAS ÁREAS AGRÍCOLAS, demonstrando os pontos positivos e negativos do poder de polícia na prática de pulverização de áreas agrícolas, a fim de favorecer a tributação ambiental e o seu uso adequado na agricultura.

Encerrando o bloco, Vera Lucia dos Santos Silva analisa OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS PEQUENOS AGRICULTORES, POVOS TRADICIONAIS E ORIGINÁRIOS NA AGRICULTURA FAMILIAR, a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que garante uma diversidade de produtos, capacitação dos agricultores e aumenta a produção de alimentos, atendendo às exigências do mercado e promovendo o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

No terceiro eixo de trabalhos, chamado “governança ambiental e responsabilidade socioambiental”, Brenda Dutra Franco e Caroline da Rosa Pinheiro apresentaram o artigo EXPLORANDO A MATERIALIDADE NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: A RETÓRICA E A PRÁTICA DAS ESTRATÉGIAS ESG, objetivando solucionar os problemas relacionados à efetividade de tais relatórios e identificar tendências, lacunas e oportunidades de pesquisa sobre governança corporativa.

A seu turno, Patricia Sampaio Fiad Maroja, no texto intitulado A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO EMPRESÁRIO: UMA REVISÃO SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE E DO ATUAL ARCABOUÇO JURÍDICO BRASILEIRO constatou uma proposição colaborativa do legislador a favor de valores relacionados à sustentabilidade, sem com isso retirar do empresariado autonomia para eleger, voluntariamente, atividades de cunho social.

A seu turno, Lourival José de Oliveira e Luís Felipe Assunção de Oliveira Santos, com o estudo APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NOS CLUBES DE FUTEBOL, revelaram que, independente da natureza jurídica adotada pelos clubes, eles têm adotado medidas significativas de responsabilidade social empresarial (RSE), que vão desde campanhas de conscientização até a influência na formação cidadã de jovens atletas e suas famílias.

Para terminar esse bloco, Vitor Russi de Mattos e Flavia Trentini apresentaram GREENWASHING ALÉM DO CONSUMIDOR: UMA ABORDAGEM DO FENÔMENO

EM PERSPECTIVA AMPLIADA que constatou que a legislação brasileira oferece meios adequados para combater o ilícito em suas diversas manifestações, indo além da perspectiva puramente consumerista, apesar de não existir farta jurisprudência sobre o assunto.

O quarto bloco de trabalhos, agrupados sob o título “degradação ambiental”, contou com a apresentação de quatro artigos.

O primeiro, com o título IMPACTOS DAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RESÍDUOS COSTEIROS NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE URBANA: UMA ANÁLISE À LUZ DO OBJETIVO 11 DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030, de autoria de Emerson Reginaldo Caetano e Felipe Kern Moreira, demonstra a interconexão entre gestão de resíduos costeiros, o ODS-11 e a Agenda 2030, destacando a necessidade de abordar questões socioambientais de forma integrada e holística, além da necessidade de conscientização da população, da ampliação dos programas de gestão eficaz e da adequação das políticas públicas ambientais.

O segundo, intitulado A “GUERRA DOS PNEUS”: ESTUDO SOBRE AS MEDIDAS ADOTADAS PELO BRASIL E PELA UNIÃO EUROPEIA NA DESTINAÇÃO DE PNEUS INSERVÍVEIS, de Márcio Goncalves Felipe, Leonardo Bernardes Guimarães e Isabelle Sofia Ablas, revelou a insuficiência do parque industrial brasileiro para atender toda a demanda de pneus descartados ainda que os fabricantes declarem terem cumprido as metas impostas por lei.

O terceiro, com o título UM ESTUDO DE CASO DA EXTRAÇÃO DE POTÁSSIO NO MUNICÍPIO DE AUTAZES-AM E SUA INTERFACE COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, de lavra de Veronica Maria Félix da Silva, Bianor Saraiva Nogueira Júnior e Roselma Coelho Santana, concluiu que é extremamente desafiante atrelar desenvolvimento sustentável e extração dos recursos naturais na Amazônia, mas não impossível. Sugeriu-se seriedade, consciência, tecnologia, fiscalização, compromisso dos governantes, empresários e sociedade, para preservação do meio ambiente para todas as gerações e tutela diferenciada dos povos tradicionais.

Encerrando o bloco, foi apresentado o artigo com o título PROPAGANDA ELEITORAL E SEU IMPACTO AMBIENTAL: COMPETÊNCIA NORMATIVA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL PARA REGULAR O LIXO PRODUZIDO NAS ELEIÇÕES, de autoria de Livia Brioschi e Adriano Sant'Ana Pedra, que sugeriu possibilidades e limites de atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que pode emitir resoluções sobre lixo eleitoral dentro dos limites da lei.

Como conclusão, a Coordenação sintetizou os trabalhos do grupo, discutiu temas conexos e sugeriu novos estudos, a partir da leitura atenta dos artigos aqui apresentados, para que novas respostas possam ser apresentadas para os problemas que se multiplicam nesta sociedade de risco líquida.

A finalidade deste livro é demonstrar os estudos, debates conceituais e ensaios teóricos voltados ao Direito e à Sustentabilidade, no qual a transdisciplinaridade, em suas várias linhas de pesquisa, serão empregadas para expor os temas e seus respectivos problemas. Objetiva-se, ademais, ampliar as reflexões e discussões sobre a pesquisa realizada sob diversos posicionamentos, posto que as investigações não se encontram totalmente acabadas.

Na oportunidade, os Coordenadores agradecem a todos que contribuíram a esta excelente iniciativa do CONPEDI, principalmente aos autores dos trabalhos que compõem esta coletânea de textos, tanto pela seriedade, quanto pelo comprometimento demonstrado nas investigações realizadas e na redação de trabalhos de ótimo nível.

Gostaríamos que a leitura dos trabalhos aqui apresentados possa reproduzir, ainda que em parte, a riqueza e satisfação que foi para nós coordenar este Grupo, momento singular de aprendizado sobre os temas discutidos.

Os artigos, ora publicados, pretendem fomentar a investigação transdisciplinar com o Direito e com a Sustentabilidade. Assim, convida-se o leitor a uma leitura atenta desta obra.

Em 03 de julho de 2024.

Os Coordenadores:

Prof. Dr. João Pedro de Sousa Assis

Instituto Universitário Lisboa (ISCTE) e Polytechnic University of Lisbon (ISCAL)

jpassis@iscal.ipl.pt

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

liviagaigher@gmail.com

Prof. Dr. Magno Federici Gomes

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

magnofederici@gmail.com

**A PARTICIPAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO MECANISMO DE
MELHORIA NA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTUDO DE CASO:
FUNÇÕES DE CONFIANÇA NAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS**

**PARTICIPATION IN PUBLIC ADMINISTRATION AS A MECHANISM FOR
IMPROVING THE EFFECTIVENESS OF PUBLIC POLICIES, CASE STUDY:
FUNCTIONS OF TRUST IN FEDERAL STATE COMPANIES**

Mariana Dias Villas Boas ¹
Taíssa Salles Romeiro ²

Resumo

Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para serem realizados até o ano de 2030 (Agenda 2030) está presente “ODS6 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes” a partir do qual nota-se uma preocupação com o fortalecimento e a construção institucional, principalmente, nos países em desenvolvimento, como sendo uma das premissas para a realização do desenvolvimento sustentável. No Brasil poucas instituições passaram por reformas ou reestruturações de modo a compatibilizar seus arranjos institucionais com suas atribuições no desenvolvimento das políticas públicas. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é a análise dos modelos institucionais brasileiros ao longo do tempo e sua relação com as políticas públicas. Especificamente, pretende-se verificar a interferência do neoliberalismo na evolução institucional e a relação dos princípios da participação e da impessoalidade nas instituições na administração pública, considerando sua contribuição para um modelo institucional adequado a partir da regulamentação uniforme das funções de confiança como ferramenta e tendo como estudo de caso a análise comparativa da regulamentação dos cargos não-efetivos em algumas empresas estatais federais.

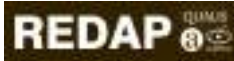
Palavras-chave: Sustentabilidade, Governança pública, Impessoalidade, Neoliberalismo, Clientelismo

Abstract/Resumen/Résumé

Among the 17 Sustainable Development Goals (SDGs) to be achieved by the year 2030 (Agenda 2030) is the present “SDG6 – Peace, Justice and Effective Institutions” from which there is a concern with the strengthening and institutional construction, mainly in developing countries, as one of the premises for achieving sustainable development. In Brazil, few institutions have undergone reforms or restructuring in order to make their institutional arrangements compatible with their responsibilities in the development of public policies. Therefore, the objective of this work is to analyze Brazilian institutional models over time and their relationship with public policies. Specifically, we intend to verify the interference of neoliberalism in institutional evolution and the relationship between the principles of

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação "stricto sensu" em Direito – UNIRIO

² Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais.



CONTRIBUIÇÕES DA ÉTICA QUÂNTICA TRANSREAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS REGULATÓRIAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Willis Santiago Guerra Filho

Autor

Walter Gomides do Nascimento Junior

Autor

Palavras-chave: Políticas Públicas; Regulação; Inteligência artificial; Ética quântica transreal.

Resumo

Busca o presente trabalho definir a necessidade nas políticas públicas regulatórias da inteligência artificial a definição de uma ética no que tange a governança de dados de forma a garantir o atendimento ao bem comum. Neste viés determina quais são as contribuições que uma ética quântica transreal para contribuir para uma data Governance gerando qualidade, segurança, legalidade e eficiência no uso de dados.

Downloads





PDF

Publicado

2024-11-30

Edição

[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção

Pesquisas Teóricas

Como Citar

CONTRIBUIÇÕES DA ÉTICA QUÂNTICA TRANSREAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS REGULATÓRIAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3).

<https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/95>

Formatos de Citação



Artigos Semelhantes

- María Méndez Rocasolano, [INTELIGENCIA ARTIFICIAL Y POLITICAS PUBLICAS. EL JUICIO DE MAAT: La pluma de los derechos frente al sesgo algorítmico discriminatorio, una cuestión de equilibrio](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2024): Dossiê Direito e Políticas Públicas
- José Carlos Buzanello, Pedro Henrique Barbosa Rocha, [REGULAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURAS URBANAS: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS FAVELA-BAIRRO E MORAR CARIOCA NO RIO DE JANEIRO](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 03 (2023): Dossiê Estado e Políticas Públicas
- Taissa Romeiro, [POLÍTICAS PÚBLICAS E CRIPTOMOEDAS: MARCO LEGAL DAS CRIPTOMOEDAS](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2022): Estado e Políticas Públicas
- Marcio Andre de Assis Brasil, Jose Buzanello, [POLÍTICAS PÚBLICAS DE TELECOMUNICAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO 5G NO BRASIL](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2024): Dossiê Direito e Políticas Públicas
- Oswaldo Pereira de Lima Junior, Luana Cristina da Silva Lima Dantas, José Carlos José Carlos Buzanello, [POLÍTICAS PÚBLICAS NA ERA DIGITAL: CIDADANIA, DIREITOS E JUSTIÇA SOCIAL NO MARCO CIVIL DA INTERNET E A BUSCA PELA LIBERDADE REGULADA](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 03 (2023): Dossiê Estado e Políticas Públicas

- Emerson Affonso da Costa Moura, Marcos Alcino de Azevedo Torres, Mauricio Jorge Pereira da Mota, [REGULAÇÃO ESTATAL, CIDADE E POLÍTICAS URBANAS: ELEMENTOS PARA UMA TEORIA JURÍDICA DA REGULAÇÃO URBANA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Caroline Müller Bitencourt, André Afonso Tavares, [DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CATEGORIA 'CRITÉRIOS': ANÁLISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE À LUZ DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Saulo Pinto Coelho, Lucas da Silva Rocha, [CONTROLE DE CONTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ENTENDER AS CAPACIDADES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA ANÁLISE FINANCEIRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Flavio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes, [A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO \(TCU\) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

1-10 de 48 [Próximo](#) →

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS II

FREDERICO THALES DE ARAÚJO MARTOS

ILTON GARCIA DA COSTA

REGINA VERA VILLAS BOAS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - Ufersa - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direitos sociais e políticas públicas II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Frederico Thales de Araújo Martos; Ilton Garcia Da Costa; Regina Vera Villas Boas – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-900-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. VII

Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS II

Apresentação

O "VII Encontro Virtual do CONPEDI" foi realizado de forma virtual entre os dias 24 e 28 de junho de 2024. Este evento exemplar foi um marco de excelência acadêmica e colaboração científica, reunindo pesquisadores e estudiosos de diversas áreas do Direito.

Destacamos especialmente o Grupo de Trabalho intitulado “Direitos Sociais e Políticas Públicas II”, que se destacou pela profundidade e relevância dos temas abordados. Sob a coordenação dos professores Frederico Thales de Araújo Martos (FDF e UEMG), Ilton Garcia Da Costa (UENP) e Regina Vera Villas Boas (PUC/SP), o GT proporcionou um espaço privilegiado para a discussão de questões fundamentais no campo dos direitos sociais e políticas públicas.

Neste GT foram apresentados trabalhos de elevada qualidade e importância crítica, sob os seguintes títulos:

- COOPERAÇÃO SOCIAL E O ALTRUÍSMO COMO ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DO CUSTO DOS DIREITOS E DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE;
- A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O MÍNIMO EXISTENCIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA;
- A EFETIVAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA PIEC NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO PARÁ;
- A INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E A TUTELA COLETIVA COMO INSTRUMENTO JURÍDICO DE EFETIVAÇÃO;
- A MITIGAÇÃO DO DIREITO DE CONVIVÊNCIA DOS PAIS ENCARCERADOS;
- COMO O PODER JUDICIÁRIO FACILITA OU DIFICULTA O CURSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS JUDICIÁRIAS DENTRO DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO?;

- CONSIDERAÇÕES SOBRE A FOME E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE 2003-2024;
- DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGENDA 2030 DA ONU: INDICADORES VINCULADOS À IGUALDADE DE GÊNERO, A PARTIR DA ABORDAGEM INTERSECCIONAL;
- ENSINO SUPERIOR E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: EXCLUSÃO, DESENVOLVIMENTO E ALTERIDADE;
- ENVELHECIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSECCIONALIDADE: O PROJETO DE LEI Nº 171, DE 2021, E A IMPLEMENTAÇÃO DOS CENTROS DE CUIDADOS DIURNOS COMO INSTRUMENTOS DE EFETIVAÇÃO DAS NORMAS PROTETIVAS DO IDOSO;
- IMPACTO SOCIOAMBIENTAL E O DIREITO À MORADIA NO BRASIL: UMA ABRODAGEM SEDIMENTADA À LUZ DA FILANTROPIA ESTRATÉGICA;
- INTERSECCIONALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS – ANÁLISE DO TRABALHO DE CUIDADO DAS MULHERES NEGRAS E A POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS NO BRASIL;
- O DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DURANTE A PANDEMIA: A INAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO;
- O EXPONENCIAL CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO PRISIONAL BRASILEIRA POR FALTA DE VAGA NO REGIME SEMIABERTO;
- O PAPEL CONTRAMAJORITÁRIO DO STF NA EFETIVAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE: OS LIMITES À ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO À LUZ DA CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO;
- O PAPEL DA POLÍTICA REGULATÓRIA EDUCACIONAL NA GARANTIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA;
- O PROGRAMA LAR LEGAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL;

- POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ATENDIMENTO HUMANIZADO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES E ATOS INFRACIONAIS;
- POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE ACESSIBILIDADE E AUTONOMIA;
- PROPORCIONALIDADE E A UTILIZAÇÃO DE ALGORITMOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS;
- REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL;
- UMA ANÁLISE DA LEI DE COTAS N. 12. 711/2012 E O SEU PAPEL NO ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL.

A qualidade dos trabalhos apresentados neste GT foi notável, refletindo o compromisso dos participantes com a pesquisa de alto nível e a inovação acadêmica. As contribuições dos estudiosos trouxeram insights significativos e promoveram um debate enriquecedor sobre os desafios contemporâneos e as perspectivas futuras nessas áreas cruciais do Direito.

O VII Encontro Virtual do CONPEDI não apenas consolidou seu papel como um canal de referência no cenário acadêmico nacional e internacional, mas também reafirmou o compromisso com a qualidade científica e a excelência na produção do conhecimento jurídico.

Convidamos calorosamente todos os interessados a explorarem mais profundamente os frutos desse encontro notável por meio dos anais do evento, no qual os textos completos estão disponíveis. Essa plataforma representa uma oportunidade única para acessar de forma integral as análises e reflexões apresentadas, enriquecendo ainda mais o debate acadêmico e ampliando o alcance das ideias discutidas.

Agradecemos a todos os participantes, coordenadores e apoiadores por tornarem o evento um verdadeiro sucesso e por contribuírem para o avanço contínuo da pesquisa jurídica no Brasil.

Com os cumprimentos dos coordenadores.

Prof. Dr. Frederico Thales de Araújo Martos (FDF e UEMG)

Prof. Dr. Ilton Garcia Da Costa (UENP)

Profa. Dra. Regina Vera Villas Boas (PUC/SP)

PROPORCIONALIDADE E A UTILIZAÇÃO DE ALGORITMOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROPORTIONALITY AND THE USE OF ALGORITHMS IN THE IMPLEMENTATION OF PUBLIC POLICIES

Alexandre Antonio Bruno Da Silva ¹

Willis Santiago Guerra Filho ²

Francisco Claudio Melo Fontenele ³

Resumo

O conceito de burocracia de Max Weber é legitimado pelo poder racional-legal, caracterizando organizações como sistemas sociais racionais, baseados na especialização, formalismo, hierarquia, normas e impessoalidade. A explosão na geração de dados impulsiona a expansão da dominação burocrática, com a ascensão das ferramentas de big data, embora a automação e algoritmos levantem questões éticas. A análise de Frank Pasquale sobre a mudança na tomada de decisões destaca a transição para algoritmos, que embora eficientes, podem introduzir viés e desigualdades. A ascensão da governança algorítmica reflete a busca histórica por eficiência, mas sem salvaguardas pode resultar em consequências adversas. A discussão sobre tecnocracia destaca a importância da racionalidade, mas também a necessidade de considerar implicações sociais e éticas. A integração dos algoritmos em políticas públicas enfatiza conceitos jurídicos como a teoria dos atos administrativos e a LGPD. A digitalização na esfera pública é evidenciada, porém a presença humana continua crucial. A motivação e proporcionalidade nos atos administrativos são essenciais para garantir congruência com os direitos fundamentais dos cidadãos.

Palavras-chave: Algoritmos, Inteligência artificial, Políticas públicas, Proporcionalidade, Administração pública

Abstract/Resumen/Résumé

The concept of bureaucracy by Max Weber is legitimized by rational-legal authority, characterizing organizations as rational social systems based on specialization, formalism, hierarchy, rules, and impersonality. The explosion in data generation drives the expansion of bureaucratic domination, with the rise of big data tools, although automation and algorithms raise ethical questions. Frank Pasquale's analysis of the shift in decision-making highlights

¹ Pós-doutorando em Direito na UNIRIO. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). Doutor em Direito (PUC-SP) e Políticas Públicas (UECE).

² Professor Titular do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutor em Direito (Bielefeld, Alemanha), Comunicação e Semiótica (PUC-SP); Psicologia (PUC-SP).

³ Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).



GENERAL PROGRAM

The Winter School is organized in three different moments during the day.

MORNING LECTURES

Each morning from **9:00 to 10:00**, all the participants will participate in the **morning lectures**.

COURSES

After a coffee break, the participants are divided into two different groups and follow a **course** given by an international scholar from **10:15 to 12:15**. They have to choose between:

- **Applying Policy Analysis in the 21st century** by [Andrea Migone](#)
- **Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches** by [Philippe Zittoun](#)

AFTERNOON WORKSHOP

The afternoon will be dedicated to a three-hour workshop on **research design**, during which participants will have the opportunity to present a paper for which they would like to receive constructive feedback from the other participants and the professor. This paper can be a doctoral thesis research project or a project of an article they would like to submit to a journal or present at a conference. The relevant size would be from 5.000 to 10.000 words and it must include a clear research question, a presentation of methodology, and some key arguments.

Participants who don't present a paper will discuss the papers presented with the professor. All the participants are expected to read the papers before the workshop to engage in constructive discussions.

TENTATIVE PROGRAM



Monday 19	Tuesday 20	Wednesday 21	Thursday 22	Friday 23
9:00 - 10:00 Welcome Speech	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture
10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break
10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course
12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch
14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 17:00 Free Afternoon - Outdoor activities	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 16:00 Workshop on Research Design
15:30 - 15:45 Coffee Break	15:30 - 15:45 Coffee Break		15:30 - 15:45 Coffee Break	16:00 - 17:00 Conclusion
15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	15:45 - 17:15 Workshop on Research Design		15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	Check-out



INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION

LAET-ENTPE, 3 Rue Maurice Audin
69120 Vaulx en Velin, France
Tel. +33 (0) 72 04 72 53

> contact@ippa-pp.org

IPPA NEWSLETTER

Subscribe

FOLLOW US



-

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

ABSTRACT

This course focuses on how to study Policy Processes by mobilizing different qualitative perspectives, from Constructivist to Pragmatic Approaches. Its main objective is to identify and discuss how we can empirically and methodologically grasp the policy process by observing and defining the struggles around the problem and also around the meaning of proposed solutions. Special attention will be paid to the building of coalitions, existing powerful dimensions, and the solutions to the different challenges encountered along their path.

Why do some solutions manage to make it to the decision-making process whereas others fail? Under what conditions and at what price do solutions make it to the solution agenda? How do some actors succeed in "domesticating" "wicked" problems? First, this course will explore the career of a public problem, from emergence to agenda-setting.

Second, it will explore the career of the proposal as it passes through different areas such as bureaucracy, the advice system, and the political arena. Policy problems and solutions will be observed based on three games: the game of language where a statement takes on meaning and becomes a problem/solution, the game of actors where this definition is stabilized through coalition building, and the game of power through the formation of multiple levels of power.

The course will draw on the studies undertaken by key authors in the field and will explore how they perceive the political dimension in the policy process. It will also propose different concepts and approaches to help grasp the policy process from a different perspective.

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

PLANNING

MONDAY AUGUST 19

Public Policy - General Introduction

9.00 - 10.00	WELCOME SPEECH
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 1: The main idea of this morning's course is to provide a general introduction to public Policy Studies. We will begin by discussing different definitions and the main research questions found in Policy Studies. Additionally, each participant will share their definition and the literature they have utilized. This introduction will help us understand the diversity of perspectives in the literature and the various approaches developed by the participants in the group. We will also use classical definitions from the literature to engage in a discussion about the complexity of studying policy objects and the challenges associated with understanding the processes and influences that shape them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 1: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 1: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

TUESDAY AUGUST 20

The problem definition and its agenda

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 2 : The course begins by examining the emergence of different perspectives within sociology and political science regarding public problems and agenda setting. It starts with the famous controversies between John Dewey and Walter Lippmann in 1925/27 on the nature of the public and its problems. The course aims to explore how sociology debates have intertwined with political science debates, particularly those concerning the subjective and objective definitions of public problems, as well as the behavioral approaches to decision-making versus elitist approaches to the pre-decision process. Furthermore, the course delves into the concept of the "agenda" and its connections to various arenas, such as the media agenda and the governmental agenda. This exploration helps to understand the limitations of the concept and the research challenges it presents. Finally, the course concludes by discussing the defining characteristics of the agenda itself and how policymakers and spokespersons struggle to impose their own definitions in different arenas.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 2: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 2: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

WEDNESDAY AUGUST 21

A Constructivist and Pragmatist Perspective of Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 3 : This course revisits the dominant model that has developed in the literature for understanding the Policy Process and its limitations. It focuses specifically on the epistemological gap between the pragmatist approaches to problem-solving as a social construct and the positivist approaches to solutions and coupling. In order to propose an alternative, the course first delves into the pragmatist philosophy of Pierce, James, and Dewey. It explores their rejection of causal models and the divisions between object and subject, individual and society, among others. The course then examines the influence of pragmatist sociology on scholars such as Lasswell and the Chicago School. It also explores the contributions of authors like Latour, Boltanski, Bourdieu, and Foucault, who have provided insights into understanding social activities as transactions between individual identity and discourse. Drawing on this literature, the course presents a pragmatist perspective on the policy process, with a specific focus on the definition of policy statements and the multiple argumentations used to support and propagate them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 17.00	FREE AFTERNOON

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

THURSDAY AUGUST 22

The Policy Formulation between experts, bureaucrats and politicians

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 4: This course revisits the two main dimensions discussed in Policy Studies regarding Policy Formulation: the definition of the proposal and the configuration in which this discussion occurs. Regarding the first point, the course proposes to view the Policy Proposal as a social construction, similar to how we approach the Public Problem. The main focus is understanding the knowledgetypes utilized in shaping a Policy Proposal Statement. This includes examining its instrumentation, its capacity to address an unresolved problem redefined as treatable, and the shaping of the relationship between the government and its public. The second dimension pertains to the venues where this definition process takes place and where it propagates. By revisiting the numerous controversies surrounding different configurations proposed in Policy Literature (such as Policy System, Policy Subsystem, Policy Community, Policy Venue, etc.), the course delves into researchers' ability to understand better the multiple hidden micro-spaces where discussions and struggles occur to comprehend the trajectory of the Policy Proposal.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 3: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 3: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

FRIDAY AUGUST 23

Qualitative Methodology to Study Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 5 : In this final course, the focus is on discussing the various methods employed to conduct qualitative studies on the Policy Process. The main objective is to engage in a discussion about the epistemological reflexivity of these methods and their inherent biases. Additionally, the course includes a practical component where participants will engage in a simulation exercise of conducting qualitative interviews. The course begins by exploring how to study written documents such as reports, newspaper articles, notes, websites, parliamentary debates, and public discourses. The main question revolves around how to consider the content of these documents in research investigations and the biases that may arise from their inclusion. Special attention will be given to qualitative interviews, which are frequently used but often not sufficiently interrogated as a methodological practice. The aim is to develop the capacity to design and conduct qualitative interviews, and to understand the various techniques involved, such as understanding why certain questions are not asked ("Why never asked Why") or the significance of interviews lasting at least one hour. The course seeks to provide practical skills and insights into conducting qualitative research interviews effectively.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 16.00	Workshop 4: Discussion on participant's research project
16.00 - 17.00	CONCLUSION



Rio Winter School 2024 – List of Participants & teams of discussion

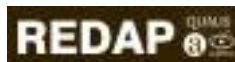
Philippe Zittoun's group on Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches

#	NAME	<i>Paper discussed by</i>	<i>Day of Presentation</i>
10	Lorena Mourão de Oliveira	Emerson Affonso da Costa Moura	Monday 19
1	Ricardo Duarte	Maria Paula Lucia de Oliveira	Monday 19
12	Emerson Affonso da Costa Moura	Laila Maria Domith Vicente	Tuesday 20
20	Taissa Sales Romeiro	Lorena Mourão de Oliveira	Tuesday 20
23	Maria Paula Lucia de Oliveira	Willis Santiago Guerra Filho	Thursday 22
24	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Ricardo Duarte	Thursday 22
15	Laila Maria Domith Vicente	Caroline Gonzaga	Thursday 22
25	Willis Santiago Guerra Filho	Taissa Sales Romeiro	Friday 23
28	Caroline Gonzaga	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Friday 23

Your paper will be only shared with your fellow group members to facilitate the discussion during the workshop sessions. It can be a research project or an article and must have a certain length: for research projects, at least 10 pages long, and for articles, 7,000 to 10,000 words, in compliance with international standards.

Presentation timing:

- Presentation: **15 minutes**
- Discussion: **10 minutes**
- General Discussion with the group: **20 minutes**



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: Uma necessária abordagem histórica (1995-2023)

Vanessa Santos do Canto

USP; UNIRIO

Autor

<https://orcid.org/0000-0001-7720-3031>

Ilzver de Matos Oliveira

UFS; PPGD UCSAL

Autor

<https://orcid.org/0000-0002-3710-7237>

Palavras-chave: Democracia Constitucional; Constitucionalismo Democrático; Políticas Públicas; Combate ao Racismo; Brasil

Resumo

Este artigo discute a relação existente entre a democracia constitucional e as políticas para a promoção da igualdade racial no Brasil desde a perspectiva teórica constitucionalismo democrático. O período abordado é aquele compreendido entre 1995, quando o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o FHC, admite a existência do racismo no Brasil, até 2023, momento de retomada institucional do governo de Luís Inácio da Silva, o Lula. O objetivo geral consiste em ressaltar a importância dos debates promovidos por diferentes segmentos do movimento negro brasileiro desde meados da década de 1990, para que o enfrentamento ao racismo institucional e estrutural fossem enfrentados por políticas de promoção da igualdade racial que possibilitassem a fruição dos direitos humanos fundamentais da população negra. O método é dedutivo, histórico-jurídico, pautado em revisão bibliográfica que nos possibilita, em um primeiro momento discutir a relação existente entre democracia constitucional e políticas para a promoção da igualdade racial no Brasil; em um seguida discutir o conceito de racismo institucional e estrutural elaborado por Silvio Almeida (2019), na perspectiva do constitucionalismo democrático. E, finalmente, adentramos no tema central deste trabalho que consiste na retomada dos debates sobre a necessidade de

políticas públicas de enfrentamento ao racismo institucional e estrutural ao longo de quase 30 (trinta) anos no Brasil.

Downloads



Biografia do Autor

Vanessa Santos do Canto, USP; UNIRIO

Doutora em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio; mestra em Serviço Social pela PUC-Rio; mestra em Direito Constitucional pelo PPGDC-UFF; Especialista em Patrimônio Cultural pelo CEFET-RJ; bacharel em Direito pela PUC-Rio. Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9037921832017837>. E-mail: vanessadocanto@gmail.com

Ilzver de Matos Oliveira, UFS; PPGD UCSAL

Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS); Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Salvador (UCSAL); Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Doutor em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio.



Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção

Como Citar

DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: Uma necessária abordagem histórica (1995-2023). (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3). <https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/71>

Formatos de Citação

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Vanessa Santos do Canto, [O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: Uma Abordagem das Principais Políticas Públicas para a Promoção da Equidade de Gênero e Raça](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2024): [Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Artigos Semelhantes

- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2024): [Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Maria Lucia de Paula Oliveira, Adriano Fonseca, [DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À AIDS COMO EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2022): [Estado e Políticas Públicas](#)
- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 03 (2023): [Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- [DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: CONQUISTAS DA CIDADANIA BRASILEIRA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2022): [Estado e Políticas Públicas](#)
- Fábio Periandro de Almeida Hirsch, Vanessa de Fátima Terrade, Maria Carolina Barroso Bastos Monteiro, Carla Conchita Pacheco Bouças Periandro Hirsch,, [POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA NO BRASIL](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2024): [Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Edna Raquel Hogemann, Benedito Adeodato da Fonseca, [UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR \(PNAE\) COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR](#), *Revista de Direito da Administração Pública*: v. 1 n. 3 (2022): [Estado e Políticas Públicas](#)

- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro¹, [ACCOUNTABILITY, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Renata Maria Aponte Rodrigues de Carvalho, Daniela Bucci, Alessandra Cristina Guedes Pellini, [A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO À CIDADE E A DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS DE COVID-19 NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, BRASIL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#).
- Saulo Pinto Coelho, Lucas da Silva Rocha, [CONTROLE DE CONTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ENTENDER AS CAPACIDADES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA ANÁLISE FINANCEIRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

1-10 de 55 [Próximo](#) →

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources

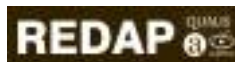


Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO: Uma Abordagem das Principais Políticas Públicas para a Promoção da Equidade de Gênero e Raça

Vanessa Santos do Canto

USP; UNIRIO

Autor

<https://orcid.org/0000-0001-7720-3031>

Palavras-chave: Conselho Nacional de Justiça; Poder judiciário; Ações Afirmativas; Gênero; Raça

Resumo

Este artigo apresenta as principais ações afirmativas desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), voltadas à ampliação da participação feminina no Poder Judiciário, promovendo a equidade de gênero e raça. A primeira parte do artigo aborda o método de análise a ser desenvolvida ao longo do texto a partir da metodologia utilizada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Em seguida, aborda os Censos do CNJ e os diagnósticos sobre participação feminina, que comprovaram a ausência de equidade de gênero e raça nos tribunais brasileiros. Na terceira parte discute o CNJ e a promoção da equidade de gênero e raça através de breves considerações acerca das bases normativas para ampliar a participação feminina no Poder Judiciário. Por fim, apresenta o Repositório Nacional de Mulheres Juristas do CNJ, enquanto exemplo de ação afirmativa para a promoção da equidade de gênero e raça, suas possibilidades e limites. O objetivo geral do artigo é contribuir para a ampliação e aprofundamento dos debates sobre equidade de gênero e raça no Poder Judiciário, tendo em vista a importância deste Poder para a fruição de direitos fundamentais e direitos humanos, garantidos pela Constituição da República, promulgada em 05 de outubro de 1988, e ampliados através das emendas constitucionais voltadas à incorporação de decisões judiciais proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e dos tratados internacionais de direitos humanos. Nosso referencial teórico é pautado no pensamento feminista negro e decolonial.

Downloads



Biografia do Autor

Vanessa Santos do Canto, USP; UNIRIO

Doutora em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio; mestra em Serviço Social pela PUC-Rio; mestra em Direito Constitucional pelo PPGDC-UFF; Especialista em Patrimônio Cultural pelo CEFET-RJ; bacharel em Direito pela PUC-Rio. Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9037921832017837>. E-mail: vanessadocanto@gmail.com

 PDF

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar
O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO:Uma Abordagem das Principais Políticas Públicas para a Promoção da Equidade de Gênero e Raça. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3). <https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/70>

Formatos de Citação ▼

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Vanessa Santos do Canto, Ilzver de Matos Oliveira, [DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: Uma necessária abordagem histórica \(1995-2023\)](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Artigos Semelhantes

- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Cecilia Silva Campos, Giulia Parola, [O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NO CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA GARANTIA DA MORADIA DIGNA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: 2022 E UM NOVO DESASTRE HABITACIONAL/AMBIENTAL EM PETRÓPOLIS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann, [LITÍGIOS ESTRUTURAIS E A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Laila Laila Maria Domith Vicente, Heloisa Melino, [GÊNERO, MIGRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO INCREMENTO DA ENTRADA DE MULHERES MIGRANTES NO BRASIL NA DÉCADA DE 2010-2020](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Lucas Andrés Quintero Velázquez, Elaine Vitto Ferreira, Ana Sofia da Fonseca Pereira, Wilson Levy Braga da Silva Neto, Luís Fernando Massoneto, [A INCLUSÃO DOS IDOSOS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DA CIDADE DE SÃO PAULO – 2021/2022](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#)
- Daniel Albuquerque de Abreu, Fernanda Busanello Ferreira, [O MOMENTO DO CONTROLE PREVENTIVO DE CONVENCIONALIDADE PELO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO E O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2022\)](#)
- Bruno Rocha Arantes, [A ASSIMETRIA NA BALANÇA DA DEUSA THÊMIS: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA REMESSA NECESSÁRIA NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2022\)](#)
- Elisabete Felix Farias, Estela Capelas Barbosa, Ana Maria Malik, Antônio Pires Barbosa, [SÍNDROME DE BURNOUT, PRESENTEÍSMO E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE GESTORES DE UMA INSTITUIÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#)
- Henrique Ribeiro Cardoso, Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Luiz Antônio de Alcântara Santos, Bruna Barbosa de Góes Nascimento, [INTEGRIDADE EMPRESARIAL COMO UM](#)

[CAMINHO PARA A SEGURANÇA NECESSÁRIA À DESESTATIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2022\)](#).

- Edna Raquel Hogemann, Benedito Adeodato da Fonseca, [UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR \(PNAE\) COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)

1-10 de 54 [Próximo](#) →

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPEs



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP



GENERAL PROGRAM

The Winter School is organized in three different moments during the day.

MORNING LECTURES

Each morning from **9:00 to 10:00**, all the participants will participate in the **morning lectures**.

COURSES

After a coffee break, the participants are divided into two different groups and follow a **course** given by an international scholar from **10:15 to 12:15**. They have to choose between:

- **Applying Policy Analysis in the 21st century** by [Andrea Migone](#)
- **Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches** by [Philippe Zittoun](#)

AFTERNOON WORKSHOP

The afternoon will be dedicated to a three-hour workshop on **research design**, during which participants will have the opportunity to present a paper for which they would like to receive constructive feedback from the other participants and the professor. This paper can be a doctoral thesis research project or a project of an article they would like to submit to a journal or present at a conference. The relevant size would be from 5.000 to 10.000 words and it must include a clear research question, a presentation of methodology, and some key arguments.

Participants who don't present a paper will discuss the papers presented with the professor. All the participants are expected to read the papers before the workshop to engage in constructive discussions.

TENTATIVE PROGRAM



Monday 19	Tuesday 20	Wednesday 21	Thursday 22	Friday 23
9:00 - 10:00 Welcome Speech	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture	9:00 - 10:00 Morning Lecture
10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break	10:00 - 10:15 Coffee Break
10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course	10:15 - 12:15 Course
12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch	12:15 - 14:00 Lunch
14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 17:00 Free Afternoon - Outdoor activities	14:00 - 15:30 Workshop on Research Design	14:00 - 16:00 Workshop on Research Design
15:30 - 15:45 Coffee Break	15:30 - 15:45 Coffee Break		15:30 - 15:45 Coffee Break	16:00 - 17:00 Conclusion
15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	15:45 - 17:15 Workshop on Research Design		15:45 - 17:15 Workshop on Research Design	Check-out



INTERNATIONAL PUBLIC POLICY ASSOCIATION

LAET-ENTPE, 3 Rue Maurice Audin
69120 Vaulx en Velin, France
Tel. +33 (0) 72 04 72 53

> contact@ippa-pp.org

IPPA NEWSLETTER

Subscribe

FOLLOW US



-

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

ABSTRACT

This course focuses on how to study Policy Processes by mobilizing different qualitative perspectives, from Constructivist to Pragmatic Approaches. Its main objective is to identify and discuss how we can empirically and methodologically grasp the policy process by observing and defining the struggles around the problem and also around the meaning of proposed solutions. Special attention will be paid to the building of coalitions, existing powerful dimensions, and the solutions to the different challenges encountered along their path.

Why do some solutions manage to make it to the decision-making process whereas others fail? Under what conditions and at what price do solutions make it to the solution agenda? How do some actors succeed in "domesticating" "wicked" problems? First, this course will explore the career of a public problem, from emergence to agenda-setting.

Second, it will explore the career of the proposal as it passes through different areas such as bureaucracy, the advice system, and the political arena. Policy problems and solutions will be observed based on three games: the game of language where a statement takes on meaning and becomes a problem/solution, the game of actors where this definition is stabilized through coalition building, and the game of power through the formation of multiple levels of power.

The course will draw on the studies undertaken by key authors in the field and will explore how they perceive the political dimension in the policy process. It will also propose different concepts and approaches to help grasp the policy process from a different perspective.

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

PLANNING

MONDAY AUGUST 19

Public Policy - General Introduction

9.00 - 10.00	WELCOME SPEECH
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 1: The main idea of this morning's course is to provide a general introduction to public Policy Studies. We will begin by discussing different definitions and the main research questions found in Policy Studies. Additionally, each participant will share their definition and the literature they have utilized. This introduction will help us understand the diversity of perspectives in the literature and the various approaches developed by the participants in the group. We will also use classical definitions from the literature to engage in a discussion about the complexity of studying policy objects and the challenges associated with understanding the processes and influences that shape them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 1: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 1: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

TUESDAY AUGUST 20

The problem definition and its agenda

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 2 : The course begins by examining the emergence of different perspectives within sociology and political science regarding public problems and agenda setting. It starts with the famous controversies between John Dewey and Walter Lippmann in 1925/27 on the nature of the public and its problems. The course aims to explore how sociology debates have intertwined with political science debates, particularly those concerning the subjective and objective definitions of public problems, as well as the behavioral approaches to decision-making versus elitist approaches to the pre-decision process. Furthermore, the course delves into the concept of the "agenda" and its connections to various arenas, such as the media agenda and the governmental agenda. This exploration helps to understand the limitations of the concept and the research challenges it presents. Finally, the course concludes by discussing the defining characteristics of the agenda itself and how policymakers and spokespersons struggle to impose their own definitions in different arenas.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 2: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 2: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

WEDNESDAY AUGUST 21

A Constructivist and Pragmatist Perspective of Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 3 : This course revisits the dominant model that has developed in the literature for understanding the Policy Process and its limitations. It focuses specifically on the epistemological gap between the pragmatist approaches to problem-solving as a social construct and the positivist approaches to solutions and coupling. In order to propose an alternative, the course first delves into the pragmatist philosophy of Pierce, James, and Dewey. It explores their rejection of causal models and the divisions between object and subject, individual and society, among others. The course then examines the influence of pragmatist sociology on scholars such as Lasswell and the Chicago School. It also explores the contributions of authors like Latour, Boltanski, Bourdieu, and Foucault, who have provided insights into understanding social activities as transactions between individual identity and discourse. Drawing on this literature, the course presents a pragmatist perspective on the policy process, with a specific focus on the definition of policy statements and the multiple argumentations used to support and propagate them
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 17.00	FREE AFTERNOON

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

THURSDAY AUGUST 22

The Policy Formulation between experts, bureaucrats and politicians

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 4: This course revisits the two main dimensions discussed in Policy Studies regarding Policy Formulation: the definition of the proposal and the configuration in which this discussion occurs. Regarding the first point, the course proposes to view the Policy Proposal as a social construction, similar to how we approach the Public Problem. The main focus is understanding the knowledgetypes utilized in shaping a Policy Proposal Statement. This includes examining its instrumentation, its capacity to address an unresolved problem redefined as treatable, and the shaping of the relationship between the government and its public. The second dimension pertains to the venues where this definition process takes place and where it propagates. By revisiting the numerous controversies surrounding different configurations proposed in Policy Literature (such as Policy System, Policy Subsystem, Policy Community, Policy Venue, etc.), the course delves into researchers' ability to understand better the multiple hidden micro-spaces where discussions and struggles occur to comprehend the trajectory of the Policy Proposal.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 15.30	Workshop 3: Discussion on participant's research project
15.30 - 15.45	COFFEE BREAK
15.45 - 17.15	Workshop 3: Discussion on participant's research project

COURSE ON STUDYING POLICY PROCESS WITH CONSTRUCTIVIST, PRAGMATIC AND QUALITATIVE APPROACHES

PHILIPPE ZITTOUN (UNIVERSITY OF LYON)

FRIDAY AUGUST 23

Qualitative Methodology to Study Policy Process

9.00 - 10.00	MORNING LECTURE
10.00 - 10.15	COFFEE BREAK
10.15 - 12.15	Course 5 : In this final course, the focus is on discussing the various methods employed to conduct qualitative studies on the Policy Process. The main objective is to engage in a discussion about the epistemological reflexivity of these methods and their inherent biases. Additionally, the course includes a practical component where participants will engage in a simulation exercise of conducting qualitative interviews. The course begins by exploring how to study written documents such as reports, newspaper articles, notes, websites, parliamentary debates, and public discourses. The main question revolves around how to consider the content of these documents in research investigations and the biases that may arise from their inclusion. Special attention will be given to qualitative interviews, which are frequently used but often not sufficiently interrogated as a methodological practice. The aim is to develop the capacity to design and conduct qualitative interviews, and to understand the various techniques involved, such as understanding why certain questions are not asked ("Why never asked Why") or the significance of interviews lasting at least one hour. The course seeks to provide practical skills and insights into conducting qualitative research interviews effectively.
12.15 - 14.00	LUNCH BREAK
14.00 - 16.00	Workshop 4: Discussion on participant's research project
16.00 - 17.00	CONCLUSION



Rio Winter School 2024 – List of Participants & teams of discussion

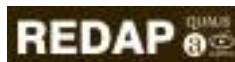
Philippe Zittoun's group on Studying Policy Process with Constructivist, Pragmatic and Qualitative Approaches

#	NAME	<i>Paper discussed by</i>	<i>Day of Presentation</i>
10	Lorena Mourão de Oliveira	Emerson Affonso da Costa Moura	Monday 19
1	Ricardo Duarte	Maria Paula Lucia de Oliveira	Monday 19
12	Emerson Affonso da Costa Moura	Laila Maria Domith Vicente	Tuesday 20
20	Taissa Sales Romeiro	Lorena Mourão de Oliveira	Tuesday 20
23	Maria Paula Lucia de Oliveira	Willis Santiago Guerra Filho	Thursday 22
24	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Ricardo Duarte	Thursday 22
15	Laila Maria Domith Vicente	Caroline Gonzaga	Thursday 22
25	Willis Santiago Guerra Filho	Taissa Sales Romeiro	Friday 23
28	Caroline Gonzaga	Oswaldo Pereira de Lima Junior	Friday 23

Your paper will be only shared with your fellow group members to facilitate the discussion during the workshop sessions. It can be a research project or an article and must have a certain length: for research projects, at least 10 pages long, and for articles, 7,000 to 10,000 words, in compliance with international standards.

Presentation timing:

- Presentation: **15 minutes**
- Discussion: **10 minutes**
- General Discussion with the group: **20 minutes**



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA NO BRASIL

Fábio Periandro de Almeida Hirsch

Universidade Federal da Bahia

Autor

Vanessa de Fátima Terrade

Autor

Maria Carolina Barroso Bastos Monteiro

Autor

Carla Conchita Pacheco Bouças Periandro Hirsch,

Autor

Palavras-chave: Políticas públicas. Racismo estrutural. Necropolítica.

Resumo

O trabalho aborda os conceitos fundamentais de racismo estrutural e necropolítica no Brasil a fim de buscar evidenciar que a população cuja pele é preta está permanentemente passível de ataques e violência por conta da ausência de um conjunto de políticas públicas minimamente eficientes na superação do preconceito arraigado na sociedade e nas instituições. Conclui que a falta de tais políticas públicas viabiliza a manutenção do estado de coisas desigual e legitimador de mortes brutais e sem motivo justo de quantidade relevante de pessoas apenas por conta de seu fenótipo diferenciado do padrão europeu.

Downloads



 PDF

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar
POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA NO BRASIL. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3).
<https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/74>

Formatos de Citação ▼

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Fábio Periandro de Almeida Hirsch, Maria Lucia Paula de Oliveira, Jailce Campos e Silva, [A INCORPORAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES COMO DIRETRIZ PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA](#), *Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 (2024): Dossiê Direito e Políticas Públicas*

Artigos Semelhantes

- Vanessa Santos do Canto, Ilzver de Matos Oliveira, [DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: Uma necessária abordagem histórica \(1995-2023\)](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Caroline Müller Bitencourt, André Afonso Tavares, [DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CATEGORIA 'CRITÉRIOS': ANÁLISE DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE À LUZ DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Saulo Pinto Coelho, Lucas da Silva Rocha, [CONTROLE DE CONTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ENTENDER AS CAPACIDADES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA ANÁLISE FINANCEIRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, [Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Andre Ricardo Cruz Fontes, [LIBERDADE DE EXPRESSÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAMENTAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UM EXAME NO CONTEXTO DO REGIME POLÍTICO MILITAR E PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Flavio Garcia Cabral, André Ricardo Cruz Fontes, [A ATUAÇÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO \(TCU\) INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [Burocracia e Políticas Públicas: Para Além da Burocracia de Nível de Rua](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- Taissa Romeiro, [POLÍTICAS PÚBLICAS E CRIPTOMOEDAS: MARCO LEGAL DAS CRIPTOMOEDAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- Brunno Roberto Araujo Lins Magalhães, Leonardo de Andrade Mattietto, [POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE DA ADI Nº 6561/TO](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- Ivan César Ribeiro, Benedito Fonseca e Souza Adeodato, [PRIMEIRAS LINHAS DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS "PROCESSOS ADMINISTRATIVOS" E A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)

1-10 de 46 [Próximo →](#)Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources

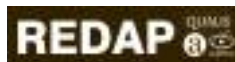


Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

UM OLHAR PRAGMÁTICO NO TOCANTE AO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR À LUZ DA POLÍTICA PÚBLICA DE PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Vanessa de Fátima Terrade

Universidade Federal Fluminense

Autor

Resumo

O presente artigo propõe uma análise a respeito da responsabilidade legal, relativa ao direito administrativo sancionador, em razão de ilícito administrativo, e da implementação de medidas de proteção ambiental no delicado equilíbrio entre o desenvolvimento da energia nuclear e a política pública de preservação da biodiversidade marinha. Para tanto, o presente estudo parte do princípio de que a dignidade da pessoa humana, fundamento essencial do Estado Democrático de Direito, está intimamente vinculada à qualidade ambiental. Assim, a degradação do meio ambiente, exemplificada pelas mortes de tartarugas-verdes em Angra dos Reis, constitui uma violação de tal direito fundamental. A partir do caso prática da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal contra a Eletronuclear, o IBAMA e o ICMBio, buscamos aprofundar a discussão sobre a responsabilidade administrativa das entidades envolvidas em atividades que acarretam danos ao meio ambiente. Além disso, serão examinadas as medidas de mitigação e compensação ambiental adotadas, com o intuito de avaliar sua eficácia e adequação. Em termos metodológicos, emprega-se a abordagem dialética e a pesquisa classifica-se como qualitativa, exploratória e bibliográfica.

Downloads



 PDF

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar
UM OLHAR PRAGMÁTICO NO TOCANTE AO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR À LUZ DA POLÍTICA PÚBLICA DE PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3).
<https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/69>

Formatos de Citação ▼

Indexada em | Indexed by | Indizada en:
Google Acadêmico





DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Instagram



12 NOV
2024 16H

EVENTO

Evento ON-LINE

12/11/2024, ÀS 16H

LES POLITIQUES PUBLIQUES ET LES INÉGALITÉS SOCIALES

PALESTRANTE

HUAMÉ SAINT-PAUL KOFFI

DOCTEUR EN DROIT PUBLIC, MAÎTRE DE RECHERCHE, CHAIR DE DROIT PUBLIC COMPARÉ, MAÎTRE DE RECHERCHE EN DROIT PUBLIC, LE DROIT ENFRANÇAIS ET EN DROIT COMPARÉ

PALESTRANTE

BARIM WALLY

DOCTEUR EN DROIT PUBLIC, MAÎTRE DE RECHERCHE, CHAIR DE DROIT PUBLIC COMPARÉ, MAÎTRE DE RECHERCHE EN DROIT PUBLIC, LE DROIT ENFRANÇAIS ET EN DROIT COMPARÉ

PALESTRANTE

MÁRCIA DE SOUZA

MAÎTRE DE RECHERCHE, CHAIR DE DROIT PUBLIC COMPARÉ, MAÎTRE DE RECHERCHE EN DROIT PUBLIC, LE DROIT ENFRANÇAIS ET EN DROIT COMPARÉ

MEDIADOR

DR. MÁRIO FERNANDES

MAÎTRE DE RECHERCHE, CHAIR DE DROIT PUBLIC COMPARÉ, MAÎTRE DE RECHERCHE EN DROIT PUBLIC, LE DROIT ENFRANÇAIS ET EN DROIT COMPARÉ

O Grupo de pesquisa Vulnerabilidades promoverá, o evento "Les Politiques Publiques et les Inégalités Sociales", de forma online no dia 12/11, às 16h.

@direitouffvr

gpvul

vaness



direitouffvr • [Seguir](#)
UFF - Campus Aterrado/VR



direitouffvr ! O Grupo de pesquisa Vulnerabilidades- @gpvul promoverá o evento "Les Politiques Publiques et les Inégalités Sociales".

O evento ocorrerá de forma remota, pelo Google Meet, no dia 12/11 às 16h.

!! O link para se inscrever, e participar do evento no dia, está disponível na bio.

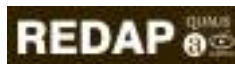
#uffvr #uffvdi #vdiuff #direitouffvr
3 sem Ver tradução



Curtido por **emersonacmoura** e outras pessoas
9 de novembro



Adicione um comentário... [Publicar](#)



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

INTELIGENCIA ARTIFICIAL Y POLITICAS PUBLICAS. EL JUICIO DE MAAT: La pluma de los derechos frente al sesgo algorítmico discriminatorio, una cuestión de equilibrio

María Méndez Rocasolano

UCAM

Autor

Resumo

Como en la década de los años 90, cuando comencé a estudiar el medio ambiente desde el enfoque jurídico, la realidad mostraba los primeros atisbos de la necesaria participación del Derecho en el debate científico, igual ocurre con las nuevas tecnologías, especialmente con los algoritmos y la inteligencia artificial. Si entonces su contribución no sólo posibilitó el complejo entramado normativo e institucional dirigido a proteger y salvaguardar el capital natural de nuestro Planeta, también promueve y fomenta políticas ambientales en todos los países, lo que supuso el impulso de la conciencia ecológica, igualmente el Derecho hoy, tiene un papel capital en el contexto de la digitalización.

Conversaremos con la IA y recordaremos algunos casos muy conocidos que ilustran estos desafíos, consideraremos el marco legal actual y sus limitaciones, y propondremos algunas ideas que pudieran utilizarse para el reconocimiento de nuevos derechos, al servicio de la denominada "Justicia Digital" para restaurar al menos el equilibrio entre el avance tecnológico y los derechos humanos.

Como señala Lawrence Lessig, "el código es la ley" en el ciberespacio^[1]. En la era de la IA, debemos asegurarnos de que este código refleje nuestros valores más elevados y proteja los derechos de todos los individuos. Solo entonces podremos superar el juicio de Maat en este siglo XXI, donde ante la duda, la balanza debe siempre inclinarse a favor de la dignidad de la persona y los derechos que le son inherentes.

En la analogía del juicio de Maat, producto de la utilización de la inteligencia artificial en este asunto, he seleccionado algunos casos conocidos que resultan testimoniales y proporcionan evidencias

concretas de cómo los sistemas de IA pueden afectar la vida de las personas y sus derechos. Conozcámoslos en primer lugar.

[1] Lessig, L. (1999). Code and Other Laws of Cyberspace. Basic Books.

Downloads



 PDF

Publicado
2024-11-30

Edição
[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção
Pesquisas Teóricas

Como Citar
INTELIGENCIA ARTIFICIAL Y POLITICAS PUBLICAS. EL JUICIO DE MAAT: La pluma de los derechos frente al sesgo algorítmico discriminatorio, una cuestión de equilibrio. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3). <https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/81>

Formatos de Citação ▼

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- María Méndez Rocasolano, [CONCEPTOS DEFINITORIOS DE LA POLITICA PUBLICA AMBIENTAL : PROSPERIDAD SOSTENIBLE Y ECONOMÍA CIRCULAR AL CUIDADO DE LA MADRE HERMANA TIERRA](#), [Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPEs



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources

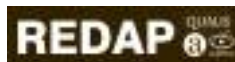


Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP



[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#) / [Pesquisas Teóricas](#)

CONCEPTOS DEFINITORIOS DE LA POLITICA PUBLICA AMBIENTAL : PROSPERIDAD SOSTENIBLE Y ECONOMÍA CIRCULAR AL CUIDADO DE LA MADRE HERMANA TIERRA

María Méndez Rocasolano

UCAM

Autor

Palavras-chave: Ecofeminismo, economía circular, prosperidad sostenible,, ODS Agenda 20--30 ,derecho al medio ambiente, Estado Social y ecológico de Derecho.

Resumo

Reflexión sobre el arquetipo femenino en el desarrollo de las políticas de conservación y protección ambiental, especialmente surgen reflexiones sobre el ecofeminismo y sus implicaciones en el desarrollo de destrezas, habilidades y capacidades de la mujer ahora incorporadas a la economía circular.

Propuesta de nuevas miradas sobre la protección de la Naturaleza circunscritas a la innovación y la prosperidad sostenible y a la biomimesis como proceso a tener en cuenta en la búsqueda de soluciones eficientes a los problemas complejos que representa el Estado Social y Ecológico de Derecho.

Downloads



PDF

Publicado

2024-11-30

Edição

[v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)

Seção

Pesquisas Teóricas

Como Citar

CONCEITOS DEFINITORIOS DE LA POLITICA PUBLICA AMBIENTAL : PROSPERIDAD SOSTENIBLE Y ECONOMÍA CIRCULAR AL CUIDADO DE LA MADRE HERMANA TIERRA. (2024). *Revista De Direito Da Administração Pública*, 1(3). <https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/80>

Formatos de Citação



Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- María Méndez Rocasolano, [INTELIGENCIA ARTIFICIAL Y POLITICAS PUBLICAS. EL JUICIO DE MAAT: La pluma de los derechos frente al sesgo algorítmico discriminatorio, una cuestión de equilibrio](#), *Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 (2024): Dossiê Direito e Políticas Públicas*

Artigos Semelhantes

- [María Méndez Rocasolano, INTELIGENCIA ARTIFICIAL Y POLITICAS PUBLICAS. EL JUICIO DE MAAT: La pluma de los derechos frente al sesgo algorítmico discriminatorio, una cuestión de equilibrio, Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- [Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, Rosana Ribeiro Felisberto, ARRANJO INSTITUCIONAL SOCIOAMBIENTAL PARA POLÍTICA PÚBLICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- [Luana Lima Dantas, Oswaldo Pereira de Lima Junior, Democracia deliberativa e participativa na proteção das vulnerabilidades de gênero: a formulação de políticas públicas para a proteção-emancipação de mulheres deslocadas forçadamente, Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- [Emerson Affonso da Costa Moura, Marcos Alcino de Azevedo Torres, Mauricio Jorge Pereira da Mota, REGULAÇÃO ESTATAL, CIDADE E POLÍTICAS URBANAS: ELEMENTOS PARA UMA TEORIA JURÍDICA DA REGULAÇÃO URBANA, Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- [Cecilia Silva Campos, Giulia Parola, O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NO CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA GARANTIA DA MORADIA DIGNA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: 2022 E UM NOVO DESASTRE HABITACIONAL/AMBIENTAL EM PETRÓPOLIS, Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2022\): Estado e Políticas Públicas](#)
- [Oswaldo Pereira de Lima Junior, Luana Cristina da Silva Lima Dantas, José Carlos José Carlos Buzanello, POLÍTICAS PÚBLICAS NA ERA DIGITAL: CIDADANIA, DIREITOS E JUSTIÇA SOCIAL NO MARCO CIVIL DA INTERNET E A BUSCA PELA LIBERDADE REGULADA, Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 03 \(2023\): Dossiê Estado e Políticas Públicas](#)
- [Vanessa de Fátima Terrade, UM OLHAR PRAGMÁTICO NO TOCANTE AO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR À LUZ DA POLÍTICA PÚBLICA DE PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- [Marcio Andre de Assis Brasil, Jose Buzanello, POLÍTICAS PÚBLICAS DE TELECOMUNICAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO 5G NO BRASIL, Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- [Vanessa Santos do Canto, Ilzver de Matos Oliveira, DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: Uma necessária abordagem histórica \(1995-2023\), Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 3 \(2024\): Dossiê Direito e Políticas Públicas](#)
- [Arianne Campos Souza, Diva Júlia Sousa Safe Coelho, REGULAÇÃO DO USO DE DADOS E PROTEÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAS: UM ESTUDO COMPARADO A PARTIR DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS BRASILEIRA E A LEI DE CIBERSEGURANÇA CHINESA, Revista de Direito da Administração Pública: v. 1 n. 2 \(2023\)](#)

Indexada em | Indexed by | Indizada en:

Google Acadêmico

Google Acadêmico

Periódicos/CAPES



DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Latindex

ResearchBib - Academic Resource Index



Sumários de Revistas Brasileiras

Road - Directory of Open Access Scholarly Resources



Livre - Revistas de Livre Acesso

ISSN - International Standard Serial Number



Platform &
workflow by
OJS / PKP



**AULA
MAGNA**

LUCES Y SOMBRAS DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LAS POLITICAS PUBLICAS

COM

MARÍA MÉNDEZ ROCASOLANO

Doutora em Direito pela Universidad Complutense de Madrid
Professora Assistente da Universidad Complutense de Madrid
Professora da Universidad Alfonso X El Sabio
Consultora da Câmara de Comércio de Madrid

ABERTURA

EMERSON AFFONSO DA COSTA MOURA

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO



**06 SET 2024
18H00MIN**

EVENTO PRESENCIAL

**RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, Nº 107, BOTAFOGO, RJ
MINIAUDITÓRIO - SALA 103**

